Índice

Apresentação.....3

Debate

A expansão do ensino superior público do estado de São Paulo.....6

César Callegari.....7

Cláudio Gomide da Silva.....9

Otaviano Helene.....11

Samantha Neves.....13

Maria Lúcia Prandi.....18

Sérgio Custódio.....19

Luiz Fernando da Silva.....21

Lançamento do "SOS Universidade".....26

Entrevista

"Com certeza, toda a comunidade universitária se manifestou sobre o Projeto de Expansão Unesp"

Com *José Afonso Carrijo Andrade*.....28

Em foco

Precariedade em várias unidades espelha as contradições da expansão imposta pela atual Reitoria.....33

Manifesto da Adunesp sobre a expansão de vagas.....36

Artigos

Expansão do sistema estadual público de ensino superior e como o Centro Paula Souza nele se insere

Sílvia Elena de Lima.....40

Quanto custa uma boa universidade

Otaviano Helene.....42

Expansão do ensino superior público paulista e a negação da política

Samantha Neves.....44

Banco Mundial, ajuste estrutural e universidade

Roberto Leher.....47

Imagens da luta.....50

Expediente

Publicação da Associação dos Docentes da Unesp - Adunesp Seção Sindical.

Diretoria: Antônio Luís de Andrade (presidente), Ana Maria Ramos Estevão (secretária-geral), Marcelo Batista Hott (vice-secretário), Rubens Pereira dos Santos (vice-tesoureiro).

Conselho Editorial: Antônio Luís de Andrade, Ana Maria Ramos Estevão, Marcelo Batista Hott, Rubens Pereira dos Santos, Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, Tânia Celestino Macedo, Carlos Brandão, Maria Valéria Barbosa e Milton Vieira do Prado Júnior.

Praça da Sé, 108, 3º andar, SP. Fones (11) 3242-7080 e 3242-0125.

Home page: www.adunesp.org.br
E-mail: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje (Reg. 19.458) **Ilustrações:** Karmo

Impressão: Gráfica MultCores (Fone 14-222-5911)

Apresentação

*Esta segunda edição dos **Cadernos da Adunesp** aborda uma questão vital para a nossa Universidade e, sem dúvida, para o futuro do ensino público superior paulista. Trata-se dos projetos de expansão de cursos, vagas e campi, apresentados inicialmente pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), e atualmente em estágio de implantação pela Reitoria da Unesp.*

No momento de fechamento desta publicação, recebemos a informação de que a reunião do Conselho Universitário da Unesp (CO), realizada no campus de Araçatuba, em 29 de agosto de 2002, cercada por tropas de choque da PM, aprovou por uma apertada maioria de votos (34 a favor, 24 contrários e sete abstenções) a criação de oito novos campi. Do lado de fora, mais de 400 pessoas, em sua maioria estudantes, manifestavam seu repúdio à forma autoritária com que o atual reitor, professor José Carlos Souza Trindade, vem conduzindo este debate na Unesp. No melhor estilo de épocas de triste lembrança para a comunidade acadêmica, que remetem aos dias sombrios da ditadura militar, o protesto foi abafado pela truculenta presença da polícia, cães, bombas de gás e até sprays de pimenta, ao que parece a nova metodologia de "diálogo" inaugurada pela Reitoria.

Os lamentáveis fatos que envolveram a reunião de 29 de agosto, infelizmente, não são isolados. Eles apenas culminam um processo em que prevaleceram a falta de democracia, a intransigência e a arrogância da atual administração, movida pelas pressões eleitoreiras que sopram do governo estadual.

A Associação dos Docentes da Unesp/ Adunesp reafirma ser favorável à expansão de vagas, pois considera que é papel do Estado garantir ensino público, gratuito e de qualidade para todos. No entanto, é contra a criação de novos campi sem a qualidade e estrutura dos atuais, alavancados sobre uma precária relação econômica com as prefeituras, que arcariam com a estruturação física e contratação de funcionários, e sem quaisquer garantias de verbas nos próximos anos. Além de desviar as prefeituras de suas responsabilidades constitucionais para com a educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos, tal projeto mostra-se uma caricuatura de políticas públicas, ao não apresentar um planejamento consistente, que leve em conta recursos financeiros, diretrizes constitucionais, articulação entre as várias instâncias do Poder Público e a participação democrática da comunidade interna e externa à Universidade. Revela, também, uma total desconsideração da atual situação orçamentário-financeira das prefeituras, que mal conseguem manter seus compromissos com a população local, no que diz respeito à qualidade de vida e oferta de serviços públicos. Tais fatos expressam o despreparo da atual Reitoria na formulação e condução de políticas públicas, requisito fundamental para a gestão pública. Essa aventura pode se concretizar em irreversíveis prejuízos à Unesp, sem precedentes em sua história, devido a ação de uma Reitoria preocupada somente com os compromissos imediatos assumidos com o governo e alguns deputados, em detrimento dos reais interesses da sociedade

A Adunesp considera, ainda, bastante contraditória a postura da atual Reitoria, que fala em expansão, mas alega falta de recursos para contratar professores e atender reivindicações da comunidade, como: reposição salarial, moradia estudantil, restaurante universitário, bolsas estudantis etc. Uma situação que chega a ser dramática em alguns campi, como mostra matéria na página XX.

Em manifesto distribuído à

comunidade, a Adunesp reitera que "a proposta apresentada pela Reitoria da Unesp, ao nosso ver, condena de forma inequívoca o ensino superior público a um destino duvidoso e pantanoso. Não será através de uma proposta de expansão claramente eleitoreira e meramente quantitativa, com precários cuidados sobre a vida financeira e orçamentária, de médio e longo prazo, para o conjunto da universidade, além do claro descaso acadêmico, pedagógico e científico, que daremos uma resposta real e permanente para a sociedade, sobre a questão da expansão de vagas, unidades e cursos". A íntegra do documento pode ser vista a partir da página XX.

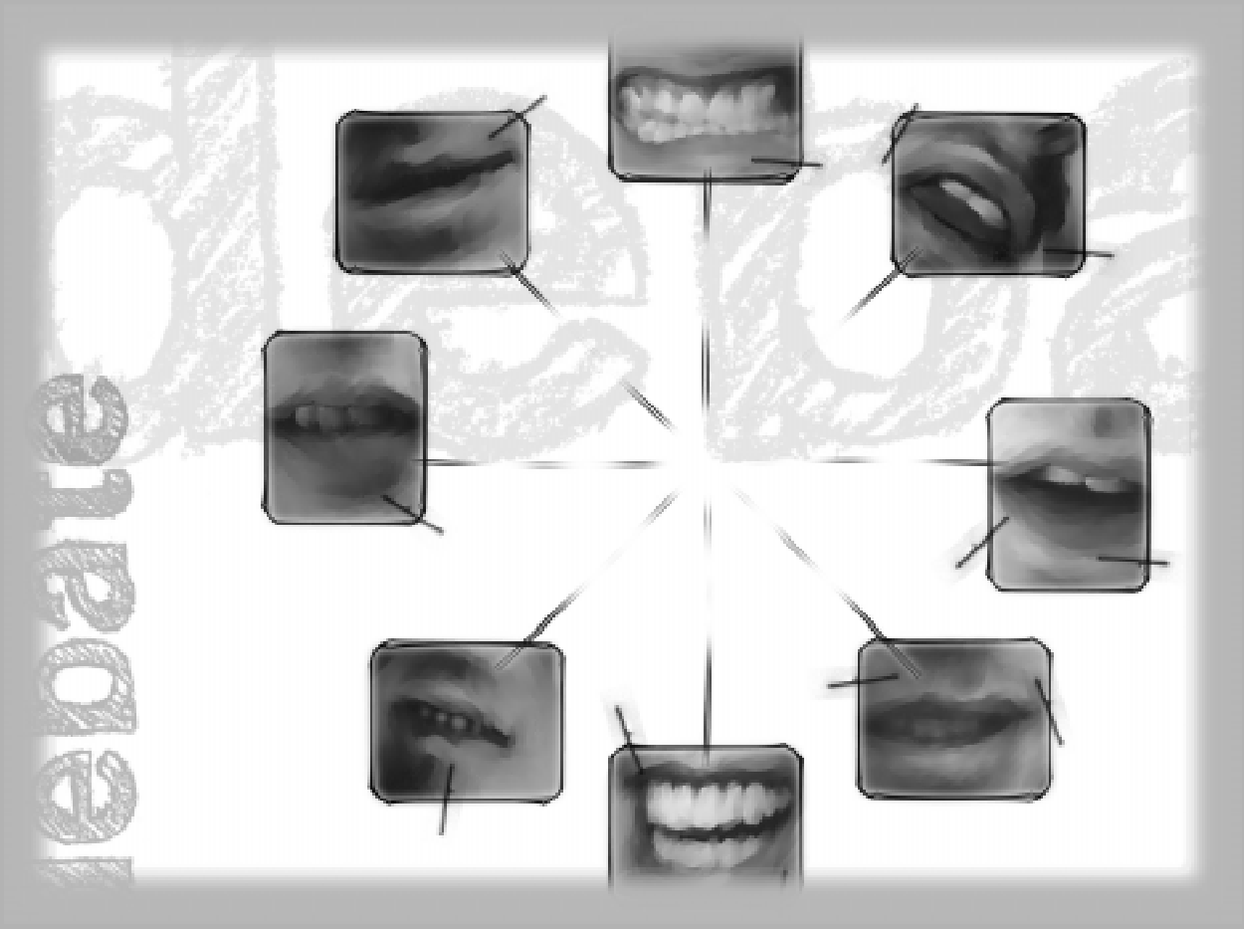
A votação do CO em 29 de agosto, longe de esgotar o assunto, apenas reforça a necessidade de um amplo debate na comunidade acadêmica e no conjunto da sociedade paulista. Estão em jogo não somente alguns novos campi e cursos, mas o futuro do ensino superior público no estado mais importante da federação. O que se vê aqui são os primeiros passos num projeto mais amplo, que visa tornar o ensino público superior de qualidade uma exceção, sufocada pela criação de cursos curtos, sem relação com a pesquisa e a extensão, de duvidosa qualidade e futuro incerto. Por isso, o debate que propomos nesta segunda edição dos ***Cadernos da Adunesp*** *é atual e pertinente.*

Assim como na primeira edição, quando tratamos da formação de professores, nossa intenção foi a de abrir as páginas da publicação para as diferentes posições sobre o assunto. Infelizmente, os que defendem o modelo proposto pela atual Reitoria não quiseram ocupar este espaço. No Seminário sobre expansão do ensino superior público do estado de São Paulo, promovido pelo Fórum das Seis, nos dias 17 e 18 de junho, na Assembléia Legislativa, embora convidado, o reitor da Unesp não compareceu. Desta forma, a posição da Reitoria limita-se a uma entrevista (publicada nas páginas XX a XX), com José Afonso Carrijo Andrade, Assessor Chefe de Relações Externas da Unesp. Entrevista semelhante foi proposta aos reitores da Unicamp e USP, mas o retorno foi negativo. No caso da USP, recebemos a informação de que o reitor Adolpho José Melfi estava hospitalizado nas semanas que coincidiram com o prazo estipulado para a devolução do material.

Além da reprodução do seminário dos dias 17 e 18 de junho – que traz o depoimento de deputados, professores, estudantes e representantes do movimento popular – este caderno contém uma série de artigos, que procuram mostrar a situação em outras instituições (como a USP e o Centro Paula Souza).

A Adunesp convida todos à leitura e ao debate. Que esta publicação contribua para armar a comunidade acadêmica contra políticas que comprometem a existência de uma universidade democrática, de qualidade e referenciada nos interesses da maioria explorada da população.

Debate



A expansão do ensino superior público do estado de São Paulo

O debate que abre a segunda edição dos **Cadernos da Adunesp** aconteceu nos dias 17 e 18 de junho de 2002, no Auditório Franco Montoro, na Assembléia Legislativa de São Paulo. Organizado e convocado pela Adunesp e demais entidades que compõem o Fórum das Seis, o *"Seminário sobre expansão do ensino superior público do estado de São Paulo"* teve o objetivo de aprofundar as discussões a respeito do projeto apresentado pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) e apontar as propostas defendidas por diversos segmentos da comunidade.

No primeiro dia, 17 de junho, o tema foi *"Diagnóstico e perspectivas de expansão do ensino público superior do estado de SP"*, que contou com as presenças de Sueli Guadelupe de Lima Mendonça (docente na Unesp/Marília e diretora da Adunesp) como mediadora; César Callegari (membro da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa); Otaviano Helene (Adusp/Fórum das Seis); Samantha Neves (DCE da USP) e Cláudio Gomide (professor da Unesp/Araraquara e conselheiro do Conselho Estadual de Educação). Um dos convidados, José Mário Pires Azanha (conselheiro do CEE), justificou a ausência.

No segundo dia, 18 de junho, o tema foi *"Formas de expansão do ensino superior em SP"*. Participaram da mesa o professor Adolfo Hengeltraub (Adunicamp), como mediador; Luiz Fernando da Silva (professor da Unesp/Bauru e diretor da Adunesp); Maria Lúcia Prandi (membro da Comissão de Educação da AL) e Sérgio José Custódio (representante do Movimento dos Sem-Universidade, MSU). Embora convidados, não compareceram o reitor da Unesp, professor José Carlos Souza Trindade, e o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Ruy Martins Altenfelder Silva.

A audiência pública com o Cruesp, marcada conjuntamente pelas comissões de Ciência e Tecnologia e Finanças, da Assembléia Legislativa, para a tarde do dia 18, foi cancelada pelos reitores da USP, Unesp e Unicamp, sem qualquer explicação aos deputados e participantes do seminário.

Ainda no dia 18, ocorreu o lançamento do *Movimento Estadual em Defesa da Universidade Pública e Gratuita – "SOS Universidade"*.

Os textos a seguir procuram retratar, mantendo ao máximo possível a oralidade das exposições, as opiniões de todos os debatedores.

Diagnóstico e perspectivas de expansão do ensino público superior do estado de SP

(Debate realizado em 17 de junho de 2002)

"Especialmente para algumas unidades da USP e da Unesp, que deflagraram greves históricas por melhores condições de estudo e em defesa do ensino público, a questão da preservação das universidades públicas paulistas coloca-se num momento contraditório. O Cruesp, com o apoio do governo do Estado, apresenta um plano de expansão universitária que vai na contramão do que reconhecemos como ensino público superior de qualidade. Exatamente para colocar em debate essa política, o Fórum das Seis tomou a iniciativa de convocar este seminário na Assembléia Legislativa de São Paulo. Queremos partir, primeiramente, de um diagnóstico, para depois traçarmos uma perspectiva de expansão do ensino superior público paulista. Convidamos a compor a mesa o deputado César Callegari (membro da Comissão de Educação da AL), o professor Cláudio Benedito Gomide de Souza (professor da Unesp/Araraquara e conselheiro do CEE), o professor Otaviano Helene (Adusp) e a discente Samantha Neves (DCE da USP).

(Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, mediadora)

"Cursos universitários ou cursos pós-médios?"

César Callegari, deputado estadual pelo PSB e membro da Comissão de Educação da AL

Cumprimento as entidades reunidas no Fórum das Seis por organizarem este importante debate a respeito da expansão de vagas nas universidades estaduais paulistas. Como colaboração, vou resgatar alguns acontecimentos que tiveram como palco esta Casa e que estão diretamente ligados à expansão de vagas.

Quando da greve que envolveu as três universidades públicas em 2001, a AL, por nossa iniciativa, constituiu uma comissão da qual participaram e participam deputados de praticamente todos os partidos políticos. Esta comissão foi constituída com a finalidade, naquele instante, de criar um canal externo de intermediação no conflito e, além disso, para expressar o interesse da AL, que vota todos os anos o orçamento das universidades. Quando a greve chegou ao fim, os deputados reuniram-se com os representantes do Fórum das Seis, com a participação dos estudantes, e posteriormente com os próprios reitores da USP, Unesp e Unicamp. Nestas duas oportunidades, combinamos que aquela comissão, que nascera para cumprir um papel específico e pontual, continuaria trabalhando no sentido de discutir questões importantes para as três universidades, como acabou ocorrendo com a expansão. A AL, através dessa comissão, participou ativamente de várias reuniões e debates organizados pela USP, Unesp e Unicamp, sempre relacionados à questão de projetos de expansão.

No ano passado, em meados do primeiro semestre, tivemos uma primeira reunião com os reitores. Já naquela época, desenhava-se a idéia de que os reitores trariam à AL uma primeira proposta de plano de expansão de vagas, principalmente em cursos de graduação. No final do primeiro semestre de 2001, tivemos uma reunião desta comissão com os reitores e eles trouxeram o primeiro desenho do projeto. O semestre fechou-se, a AL entrou em recesso em julho e os deputados ficaram de estudar aquele anteprojeto. E ficou combinada, também, a realização de uma audiência pública, que aconteceu aqui, em agosto de 2001. Foi uma audiência pública grande, precedida de muito alarido. Alguns jornais da grande imprensa já anunciavam que o governo paulista proporia um plano de criação de cerca de 120 mil novas vagas nas universidades públicas de SP.

A audiência pública foi precedida de uma série de debates, desenvolvidos pelas entidades representativas dos vários segmentos das universidades. O grande êxito da audiência foi desnudar a natureza daquela proposta que, entre outros problemas, em vez das 120 mil novas vagas, oferecia, na verdade, a criação de cursos pós-médios e não cursos universitários. Havia, ainda, a expansão de algumas atividades relacionadas ao Centro Paula Souza, mas não a criação de novas vagas na própria estrutura das universidades.

Terminada essa audiência, surgiu uma única e decepcionante realidade: aquilo que se apresentava como programa de expansão para 2002 eram apenas as vagas que os conselhos universitários da Unesp e da USP decidiram criar no começo de 2001.

Um outro dado importante sobre a expansão: minutos antes da votação do orçamento para 2002, na última sessão legislativa em dezembro do ano passado, ficamos sabendo que estavam sendo aprovadas, no alçapão de todas as centenas de emendas de deputados (várias de autoria do deputado Milton Flávio e outros), algumas que retiravam recursos da USP e da Unicamp e os destinavam à Unesp, sob o argumento de esta última universidade iria implantar novos *campi* no interior do estado. Um primeiro aspecto é que nada disso havia passado pela discussão que se travou aqui na AL. Os deputados, mesmo os mais atentos, que acompanham até por dever de ofício as questões relacionadas à área de educação, foram tomados de surpresa. Lembro-me que alguns de nós – ali pelas 11 horas da noite – fomos conversar com o presidente da AL, deputado Walter Feldman, que confirmou estar havendo um processo de realocação de verbas orçamentárias, retirando recursos da USP e da Unicamp e enviando-os à Unesp, sob a justificativa de que isto teria sido produto de um conjunto de conversações e debates na AL. Então,quero dizer categoricamente: **não é verdade**! A criação destes *campi* universitários, bem como a transposição de verbas, não guardam nenhuma relação com aquilo que democraticamente a AL realizou no ano passado. Eu, particularmente, votei contra a emenda, não por ser contrário a Unesp, de forma alguma, mas porque essa medida teve forte componente político, no mau sentido da palavra, de intervenção na autonomia das universidades, já que nem o Cruesp conhecia estas negociações.

Diante destes fatos, gostaria de elencar algumas preocupações.

A primeira delas: quando se fala em expansão do setor universitário público em SP, não se pode levar em conta apenas um investimento inicial, que acaba sendo a parte mais barata do processo. O duro é manter o que foi criado. A descontinuidade de investimentos pode comprometer não só aquelas novas vagas e cursos criados, mas também contaminar as outras estruturas pré-existentes. Falando especificamente do caso da Unesp – logo, poderemos estar nos referindo à USP e à Unicamp – é possível que recursos humanos, por exemplo, que sejam necessários e indispensáveis para se montar uma unidade em Tupã, em Ourinhos, aqui ou acolá, sejam drenados ou buscados em recursos humanos que estão hoje em operação em outra unidade da Unesp. Não se trata de uma expansão, mas apenas de uma realocação de recursos, eventualmente em detrimento de outras unidades.

É por isso que, não apenas pela prática, por aquilo que desejamos, mas até em respeito à Constituição paulista, qualquer decisão que afete a vida da universidade só pode de fato ser tomada com a participação de todos os seus segmentos. A autonomia não é apenas para a universidade escolher em lista aqueles que devem ser seus reitores; é a au-

tonomia para discutir em profundidade os passos necessários na sua própria expansão. E a pergunta é: será que a universidade está fazendo esta discussão concreta? Eu recolho aqui e acolá sintomas de que não.
Abordei a questão da quantidade, mas um segundo ponto importante é a qualidade.

Somos partidários de uma visão que justifica a própria existência de uma universidade pública, que é o caráter indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. Seria muito fácil, até em razão da demanda enorme que existe pela criação de vagas, começarmos a desqualificar o trabalho da universidade e a instalar escolões por aí, sem a necessária conexão entre ensino, pesquisa e extensão, que deve ser realizada não só pelos docentes e técnicos, mas também pelos alunos. Parece-nos que uma universidade que pretenda ser contemporânea de si própria e do contexto mundial não tem condição alguma de manter a qualidade, mesmo em termos de ensino, se isto não estiver conectado na raiz de um trabalho persistente e permanente, subsidiado por pesquisa, produção de conhecimento. E, em qualquer que seja a área, sabemos que isso demanda anos, senão décadas, para se criar um fluxo, uma massa crítica. Ao mesmo tempo, verificamos que existem em SP vários núcleos de pesquisa em nossas universidades, que poderiam ser melhor utilizados se recebessem estes investimentos novos.

A instalação pura e simples de uma unidade em Tupã, por exemplo, significa abrir um centro de pesquisas em Tupã? A pesquisa depende de relações sociais e só guarda sentido social se for basicamente centrada numa rede efetiva de comunicações e de colaboração entre pesquisadores, e não apenas na existência de pesquisadores isolados pelo estado de SP.

Considero que a forma mais adequada de tratarmos a questão da expansão de vagas é a produção, por lei, de um projeto global para as universidades, uma espécie de relação pactuada entre Estado e sociedade, que preveja, portanto, um plano estadual para o ensino superior. Isso é uma coisa totalmente possível e desejável. Não que os planos postos em lei signifiquem grande coisa, mas pelo menos podem significar uma orientação de prazo maior. Em 1988, por exemplo, os constituintes brasileiros determinaram que em 10 anos, a partir daquele ano, o Brasil haveria de ter eliminado o analfabetismo e universalizado o ensino fundamental. Hoje, 14 anos depois, o Brasil tem 16 milhões de analfabetos e 50 milhões de pessoas que mal sabem escrever o próprio nome, os analfabetos funcionais. O fato de estar em plano, portanto, não significa uma segurança absoluta. E é por isso que, aqui na AL, há algumas iniciativas, como é o caso da PEC 14, de nossa autoria, que pretende criar um patamar de segurança, visando garantir a autonomia universitária, pois obriga o governo do Estado a financiar as universidades estaduais com, no mínimo, o índice de 9,57% da arrecadação. Seria uma forma de evitar casuísmos na hora de votar as verbas do setor.

> *"Uma universidade que pretenda ser contemporânea de si própria e do contexto mundial não tem condição de manter a qualidade, mesmo em termos de ensino, se isto não estiver subsidiado por pesquisa, produção de conhecimento."*

Para completar, quero registrar que nós, deputados que participamos da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, praticamente todas as semanas recebemos projetos de lei de deputados que propõem a criação de novas universidades públicas ou mesmo de novas unidades da USP, Unesp ou Unicamp pelo interior do estado. Eu, particularmente, sempre sou favorável ao mérito destes projetos, pois imagino que estes deputados ajam de boa índole, procurando vocalizar uma demanda social real. Mas espero, também, que eles sejam defensores de mais verbas e de mais condições de trabalho para as atuais universidades.

De nossa parte, já fixamos o nosso compromisso: a expansão no sistema universitário público paulista não pode ser uma ameaça à própria sobrevivência destas instituições. Vamos continuar apoiando mais verbas para as universidades na votação da LDO, pressionando os reitores e os diferentes segmentos naquilo que for da nossa competência. Respeitosamente ao próprio conceito de autonomia, vamos continuar procurando positivamente interferir no sentido de dialogar com as universidades sobre o seu papel, que é o de abrir mais oportunidades aos jovens paulistas, mas, ao mesmo tempo, entendemos que o papel da AL é proteger a universidade, ser crítica o suficiente para não fazer passar por aqui medidas que possam agredir não só a autonomia, mas a própria existência da universidade, como ocorreu no final deste ano com estas emendas votadas na calada da noite.

"A expansão sem qualidade leva a uma universidade elitista"

Cláudio Gomide de Souza, professor da Unesp/Araraquara e conselheiro do CEE

Gostaria de ressaltar que não estou representando o Conselho Estadual de Educação. Falarei na condição de conselheiro e de membro da Adunesp, como parte das várias lutas que temos travado em relação ao financiamento do ensino superior público no estado de SP. A primeira premissa que gostaria de estabelecer é que sempre tivemos uma perspectiva a defender nos movimentos de defesa do ensino público. Fico pensando sobre a dimensão do projeto que temos que ter para esse estado. Quando lemos a LDB, vemos que ela trata os estados da mesma maneira, embora São Paulo não seja o mesmo que o Piauí, Minas ou Mato Grosso. Cada estado tem uma realidade diferenciada.

Antes da década de 30, tínhamos alguns institutos isolados públicos de ensino superior paulista. Naquela época, a USP foi concebida como parte de um projeto de desenvolvimento do estado de SP, para ser um motor que transformasse o estado na locomotiva da nação. Isso tinha a ver um pouco com a questão da Revolução de 30; São Paulo queria se desenvolver e crescer.

Após a criação da USP, vieram a Unicamp e a Unesp, e estas três constituíram o sistema universitário paulista, que hoje é responsável, seguramente, por muito mais da metade da produção científica do país. Alguns estimam, dependendo do critério, 50%, 60% ou até mais do que isso.

Até do ponto de vista constitucional, vemos que há uma certa omissão do governo federal em relação a SP. Por exemplo, MG, RS e outros estados têm várias universidades federais, enquanto nós temos apenas a Unifesp e a UFSCar. Então, o forte do nosso sistema universitário é o sistema estadual paulista. É fácil pensar o que seria São Paulo sem este sistema, não só em termos de desenvolvimento social e econômico, mas também em relação à cidadania, porque dentro das universidades estaduais paulistas sempre houve resistência a muitas arbitrariedades que ocorreram no estado. Se esse sistema se deteriorar, estará em xeque toda a cidadania e todo o compromisso com o estado de SP.

Expandindo esse sistema, temos algumas instituições isoladas estaduais, como é o caso das Fatec's, que são vinculadas ao Ceeteps e à Unesp. Temos uma universidade municipal (Taubaté), três centros universitários (Santo André, São Caetano e Araras) e 54 fundações e instituições isoladas.

A LDB é, em alguns casos, omissa e ambígua. Por exemplo, o que é um centro universitário? A lei deixa margem para muitas interpretações, que acabam sendo regulamentadas. Um exemplo simples: o MEC veio fazer a avaliação do sistema do estado de SP e só não o fez porque o CEE disse não, pois isso não é da competência daquele Ministério. Ao MEC, competem as federais e as particulares. Aqui, a competência é do nosso sistema. É claro que não podíamos aceitar aquele "modelinho" de avaliação que eles têm, padronizado para todas as instituições, sem levar em conta a realidade do estado. Aqui, em SP, nós não poderíamos comparar USP com Unesp, por exemplo, ou USP com Unicamp ou com outra instituição isolada. Cada uma delas tem o seu formato e papel, e a avaliação deve ser no sentido de que elas caminhem para patamares cada vez mais altos de qualidade, dentro das suas possibilidades. Portanto, uma avaliação contínua, integrada, mais pró-ativa do que punitiva.

Uma primeira questão, assim, é a necessidade de um movimento de revisão da LDB, que defina realmente as competências dos sistemas estaduais. Esta é uma causa mais do que urgente.

Um outro ponto é, justamente, a necessidade de expansão desse sistema. Sem dúvida, é necessário expandir a educação pública em todos os níveis, pois existem parcelas muito grandes da população que não têm acesso a ela. Vocês devem ter acompanhado, numa recente edição da Revista Exame, o grande negócio em que se transformou a educação no Brasil. Algumas faculdades chegam a colocar 100 pessoas numa sala e cobram 500 reais de cada uma... isso representa R$ 50 mil mensais por sala. Se somarmos os custos e estimarmos por vários parâmetros, é difícil acreditar que cheguem à metade deste valor. É um sistema muito abusivo, que priva grandes parcelas da população. Portanto, a premissa de que deve haver expansão no sistema é defendida por todos aqueles que têm algum compromisso com a cidadania. A segunda premissa é que esta expansão tem que ser feita com qualidade e esse é o grande desafio do planejador, do legislador, do gestor da educação, do dirigente.

Uma expansão sem qualidade, fatalmente, levará a um modelo elitista. Teríamos uma universidade de alto nível, mas apenas para uma ínfima parcela da população. É só ver os percentuais de professores da rede estadual que estão formados no sistema público e os que o são na iniciativa privada. Portanto, é indiscutível que o sistema deva ser expandido, mas assegurando-se a qualidade e em instituições que preservem o formato da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Outras instituições podem ter outros papéis, ou então cumprir parte do que está previsto para as universidades.Isto é aceitável, pois não se pode exigir de uma instituição isolada o mesmo padrão e compromisso que se exige da universidade.

Um terceiro aspecto sobre a expansão é que, desde a criação da USP, nunca houve um planejamento. Foram demandas locais, institutos que cresceram, foram criados, incorporados... não houve um planejamento que balizasse esse sistema e o integrasse. Essa oportunidade está próxima: é a elaboração do Plano Estadual de Educação, previsto na Constituição. Já há o Plano Nacional da Educação, e nós temos de discutir o Plano Estadual de Educação, dentro da perspectiva de uma outra educação, não a que existe no estado. Qual é o formato, quais garantias temos de preservar aquilo que, queiramos ou

não, diferencia o estado de SP dos outros?

Às vezes, sinto-me como se estivesse a bordo do Titanic, essa coisa enorme que é o sistema universitário paulista, o que ele representa em termos nacionais e de América do Sul. E nós navegamos com esse sistema negociando uma LDO a cada ano. Não temos percentuais assegurados, por exemplo, na Constituição, como tem a Fapesp. Eu já disse várias vezes que a universidade não é sanfona, não dá para crescer e encolher conforme o vento ou os interesses. A universidade tem que ter direção, continuidade nos seus programas, cobrança, fiscalização da sociedade.

Há muitos cálculos que são absurdos quando se comparam custos da universidade pública com os da privada. A instituição privada normalmente é vocacionada só para o ensino e, em grande parte, de baixa qualidade. A universidade pública forma quadros, faz pesquisas, extensão, contribui para o avanço do conhecimento em todas as áreas e a cidadania. Talvez, ela até pudesse fazer mais, se houvesse uma parceria mais consistente com os poderes públicos. Porque, às vezes, a universidade é chamada enquanto pessoas, não há um pacto institucional com o poder público municipal, estadual ou federal de utilizar o seu potencial para dar resposta às graves questões da sociedade.

> *"Uma expansão sem qualidade, fatalmente, levará a um modelo elitista. Teríamos uma universidade de alto nível, mas apenas para uma ínfima parcela da população. É só ver quantos professores da rede estadual são formados no sistema público."*

Neste sentido, acredito que o Plano Estadual de Educação seja uma oportunidade muito grande para refletirmos (e aí não me refiro apenas ao ensino superior) o que é o sistema educacional no estado de SP, em todos os seus níveis. Já estou ficando velho na universidade, defendendo apenas a manutenção do que foi conquistado, sem conseguir avançar para atender parcelas mais amplas da sociedade. Fui diretor da FCL, provavelmente a maior unidade de ensino público no país, porque colocamos todos os cursos no período noturno. Quando assumi, havia 2.100 alunos, saí com 3.500 e mantendo qualidade. A Constituição estadual exige um terço do ensino à noite, mas a FCL colocou 100% dos cursos também no noturno, porque senão estaríamos privando pessoas de trabalharem de dia e, à noite, fazer um curso de economia, de administração pública, de letras, pedagogia, ciências sociais. São pessoas que estariam sendo privadas do ensino público e jogadas na iniciativa privada. Quantas parcelas da população estão excluídas? É evidente que não vamos conseguir resolver o problema de uma vez, nos próximos dois, três, quatro anos. Mas temos que ter um sentido de expansão e de preservação. Acho que o trinômio qualidade, expansão e preservação deve ser a grande diretriz para um Plano Estadual de Educação.

Temos que pensar num sistema equilibrado, que se desenvolva, que dê conta do atendimento às necessidades da cidadania. Não podemos fechar os olhos a uma grande parcela da população, que recebe alguns poucos e indiretos benefícios da universidade pública. Às vezes, nem mesmo o atendimento assistencial. Some-se isso à manipulação dos grandes meios de comunicação e teremos muita gente achando que a universidade pública é supérflua, que pode ser trocada por uma instituição particular de ensino, como em grande medida já aconteceu na Argentina. Quem conhece bem a história do sistema argentino, verifica o grau de degradação a que chegou, isto antes da crise financeira. O nosso desafio seria criar um modelo, talvez nas discussões do PEE, envolvendo a Assembléia Legislativa, entidades de classe, órgãos públicos, CEE, para traçar um plano e desenhar um formato. Qual é o formato do ensino superior em SP, para onde vai crescer, quais garantias têm, como ficam os recursos? Temos que pensar estas coisas todas.

"A expansão necessária é aquela na forma de cursos de graduação tradicionais"

Otaviano Helene, diretor da Adusp e representante do Fórum em Defesa da Escola Pública

A luta pela expansão do ensino superior público no estado de SP é um trabalho muito importante para todos nós. Já que os que me antecederam abordaram vários aspectos do diagnóstico, vou ser bastante breve nesta parte e procurar me concentrar nas perspectivas ou possibilidades reais da expansão. Quero falar da estagnação do ensino público, em geral, e do superior público, em particular, no estado e no Brasil.

Atualmente, de cada 100 jovens na faixa etária correspondente ao ensino superior, no Brasil, cerca de 13 apenas se matriculam numa instituição de ensino superior público ou privado. No estado de SP, esse percentual é um pouco maior, na casa dos 17 ou 18%. São percentuais muito baixos, quando comparados com uma série de países. Nem vamos comparar com os desenvolvidos, mas com alguns vizinhos, como Chile, México, Uruguai, Argentina, onde as taxas de matrículas são de duas a três vezes superiores às taxas brasileira e paulista. Quer dizer, o Brasil deveria ter, hoje, aproximadamente, a terça parte dos seus jovens na faixa etária correspondente matriculada numa instituição de ensino superior. Levando em conta a sua produção econômica um pouco mais sofisticada e uma urbanização mais intensa do que o restante do país, São Paulo talvez devesse ter um percentual até superior.

Só para citar um exemplo recente sobre o problema educacional brasileiro: trata-se de uma comparação internacional de desempenho de estudantes, todos com 15 anos, de uma série de países, que aparece num relatório elaborado pela Organização para Cooperação Econômica de Desenvolvimento. A comparação envolvia vários países desenvolvidos, mas também diversos subdesenvolvidos, e o Brasil ficou em último lugar, bastante abaixo do penúltimo lugar, que era o México. A quantidade de estudantes brasileiros com bom desempenho é bem inferior à do México. Então, é um sistema em média ruim, que nem sequer está dando conta de formar a elite cultural do país. Um outro aspecto do relatório é a desigualdade: o Brasil é o sistema de ensino mais desigual de todos eles. Em resumo, a pesquisa mostra as três péssimas características do ensino brasileiro: em média, é ruim; não forma quadros de elite; é profundamente desigual. E é este, exatamente, o quadro que encontramos, hoje, nas universidades.

As universidades de ponta, que realmente estão formando os quadros intelectuais, técnicos e tecnológicos do país são poucas. As universidades são extremamente desiguais. Existe um sistema universitário que está formando pessoas, mas que não merece o nome de ensino superior, ao lado de outras que realmente estão fazendo o serviço de ponta. Na média, no entanto, o sistema é muito ruim.

Qual é a conseqüência disso? No futuro, é bastante clara. Estamos num mundo cada vez mais sofisticado, onde a produção econômica exige uma crescente escolarização da força de trabalho. E nós, no Brasil e em SP, não estamos formando uma força de trabalho capaz de enfrentar o mundo que está aí pela frente. Temos universidades de ponta, excelentes, bons cursos etc. Mas, quantitativamente, isso é insuficiente para dar conta do serviço, para ter uma inserção internacional, com soberania e com dignidade. Esta é uma situação bastante dramática. A necessidade de uma melhoria significativa em todos os níveis de ensino no Brasil, em particular no ensino superior no estado de SP, é absolutamente urgente.

Dentro deste contexto todo, que expansão é essa?

A expansão que é necessária é aquela na forma de cursos de graduação tradicionais, desses que nós conhecemos, sabemos que dão certo. Aqueles que garantem o desenvolvimento social, cultural, econômico, as garantias aos direitos de cidadania etc, que são os cursos de graduação usual que temos hoje. Ou seja, não precisamos inovar nisso, mas sim expandir na forma comum que todos os países conhecem. No caso do estado de SP, essa expansão deveria levar em conta possibilidades e necessidades específicas.

Vou fazer referência a um documento que o Fórum das Seis preparou por ocasião da discussão da expansão do ensino superior, que é um balanço de região por região do estado, das diferentes carências. Se fizermos um programa de expansão do ensino superior em SP, é óbvio que o mínimo a ser levado em conta são as necessidades regionais e, também, as suas diferentes possibilidades. Nesse balanço, encontramos várias regiões administrativas onde o ensino público superior é praticamente ou totalmente inexistente. São as regiões, por exemplo, de Registro, Baixada Santista e Barretos. São três regiões do estado, inclusive com características econômicas e populacionais diferentes, mas que têm em comum a inexistência do ensino superior. A melhor das regiões (a central) atinge apenas 13% dos jovens (é a região que tem a Unesp, em Araraquara, e a USP e a UFSCar, em São Carlos), índice que ainda é três ou quatro vezes menor do que nos países vizinhos. Mesmo considerando os atendidos pelo ensino privado, estamos duas ou três vezes aquém do que deveríamos estar e, se nos restringirmos apenas ao ensino superior público, a calamidade é desproporcional.

Agora, é factível expandir o ensino superior? Porque aí vem o outro argumento, que muitas vezes os adversários do ensino público superior usam, de que este seria muito caro e, portanto, inviável. Não, este argumento não é verdadeiro. Vou citar alguns dados quantitativos, só para dar uma idéia das perspectivas econômicas que o estado de SP teria para expandir o ensino superior. Normalmente, os países destinam para o ensino público superior aproximadamente

1% de seus PIB's. Isso vale, mais ou menos, para todos os países, desenvolvidos ou subdesenvolvidos. Como o PIB paulista é da ordem de R$ 400 bilhões por ano, se estivéssemos na média mundial, o estado de SP deveria destinar perto de R$ 4 bilhões para o ensino superior de graduação anualmente.

Isso seria economicamente factível? Certamente, sim, porque é o que a maioria dos países faz: gastar 1% de seu PIB com ensino superior. Quer dizer, 1% do PIB cabe em qualquer situação. Não é nenhuma calamidade fora de proporção. Não vai inviabilizar outros setores.

Mas vamos fazer a conta de outro jeito. Vamos ver quanto custa o ensino de graduação nas três universidades públicas paulistas. Aqui, o cuidado que devemos tomar, para não cair nas armadilhas que volta e meia os adversários do ensino público querem fazer, é não pegar, por exemplo, o orçamento inteiro da USP e dividir pelo total de alunos de graduação. Isso não vale por várias razões. Primeiro, porque de 20% a 30% do orçamento das universidades públicas correspondem a gastos previdenciários e não a gastos com educação. Segundo, temos ensino de graduação e pós-graduação. Um professor, normalmente contratado em tempo integral e dedicação exclusiva, passa metade de seu tempo cuidando de coisas que dizem respeito ao ensino de graduação. A metade, ou até mais, corresponde ao ensino de pós-graduação e à pesquisa. Então, temos que excluir estes e outros gastos que não são gastos educacionais como, por exemplo, o atendimento dos hospitais universitários à população, que deveria ser contabilizado nos gastos governamentais com saúde, e não na universidade. Então, feita essa limpeza, com esses R$ 4 bilhões por ano, poderíamos atender por volta de 800 mil a um milhão de estudantes de ensino de graduação, a custo de USP, Unesp e Unicamp.

Temos que levar em consideração o seguinte fato: por uma questão comercial, o ensino privado prefere atender, basicamente, os cursos que são lousa e giz, porque são mais rentáveis economicamente, jogando para a universidade pública aqueles cursos caros, especialmente os da área de saúde e biociências.

Bem... um outro argumento contra esta conta é que poderia ser um dinheiro investido a fundo perdido, que haveria necessidades mais urgentes no estado etc etc. Não, o investimento em educação não é a fundo perdido. A conta que prevê lucros econômicos diretos para o investimento não vale na educação. Mas, mesmo desse ponto de vista, podemos ver que, em países como o Brasil, o retorno com investimentos feitos em educação é da ordem de 10% a 20% ao ano. É um investimento que se paga. Se ele dá um retorno de 10% a 20% ao ano, se paga em cinco a dez anos. Um excelente retorno, portanto.

> *"O que está acontecendo em São Paulo e no Brasil é uma coleção de anos de administração do sistema educacional absolutamente irresponsável no que diz respeito às necessidades e possibilidades da população."*

O que está acontecendo em São Paulo e no Brasil é uma coleção de anos de administração do sistema educacional absolutamente irresponsável no que diz respeito às necessidades e possibilidades da população. No estado de São Paulo, claramente de umas duas ou três décadas para cá, aparentemente o sistema educacional ficou completamente entregue ao setor privado, em todos os níveis. Nos últimos 15 ou 20 anos, o número de professores nas universidades estaduais diminuiu absurdamente, na proporção inversa ao aumento da população.

Em médio e longo prazo, o que se vê é uma política de desmonte da universidade pública, onde o único beneficiário é, entre aspas, o ensino comercial privado. O grande custo quem vai pagar somos todos nós. Daqui a uma geração, a força de trabalho brasileira e paulista que estará no mercado é a que hoje está no sistema escolar. Essa força de trabalho, obviamente, será insuficiente para tocar o serviço que o país vai precisar. Como pode um país com a dimensão do Brasil, com todos os problemas que têm, enfrentar um mundo tão sofisticado com uma força de trabalho composta por profissionais que chegaram à oitava série tecnicamente analfabetos, incapazes de interpretar um texto?

Enfim, acho que esta é uma tarefa enorme para todos nós. Os últimos movimentos que vimos nas universidades, cobrando dos reitores, do governo e dos deputados melhores condições para o ensino superior público, mostram o caminho.

"Apropriação oportunista da luta de diversos movimentos por expansão de ensino superior"

Samantha Neves, diretora do DCE da USP

Para discutirmos a expansão de vagas no sistema público de ensino superior paulista, é necessário avaliar as políticas públicas que vêm sendo implementadas pelos sucessivos governos federais, há mais de 30 anos, que apontam para o crescimento das universidades privadas.

Quando pensamos a necessidade de expansão, o que é emergencial e inegável, inclusive pela crescente demanda de formandos do ensino médio, muitas vezes apenas responsabilizamos as universidades públicas, que não fazem o esforço devido pela ampliação.

Nos últimos 40 anos, as políticas públicas que vêm sendo implementadas são de criação de cursos em faculdades isoladas, centros universitários ou mesmo universidades, mas majoritariamente em instituições privadas. Só para dar alguns dados bastante importantes, vale lembrar que este processo de intensa expansão do ensino superior privado no país tem data inicial no período de 64 a 68, com a reforma universitária, e é um processo que vem se reproduzindo e se alongando desde então, sem efetivas transformações. Se, em 1962, 60% das matrículas do ensino superior no Brasil estavam nas universidades públicas, em 1973 ocorre uma inversão deste quadro, ou seja, 40% das matrículas do ensino superior estavam nas universidades públicas e 60% no ensino privado. Esse processo foi se intensificando nas últimas décadas, chegando ao quadro, segundo dados de 2000, fornecidos pelo próprio MEC, de 72% das matrículas concentrarem-se nas universidades privadas. No caso de São Paulo, 89% das matrículas estão nas universidades privadas e apenas 11% nas públicas.

O interessante desta discussão é que o discurso, às vezes, é construído no sentido de que as universidades públicas não se esforçam para ampliar as vagas, pois teriam se estagnado. Mas não é assim. Grande parte das universidades privadas foi construída, no período 64/68, com o incentivo do Conselho Nacional de Educação, então Conselho Federal de Educação, e essa política manteve-se nas últimas duas ou três décadas.

Até 1962, a média de cursos novos criados e aprovados pelo então Conselho Federal de Educação era de 10 por ano. Em 1972, dez anos depois, foram 278 novos cursos aprovados. Isso mostra, mais uma vez, que existe no país uma política pública de expansão do ensino superior privado, dentro do entendimento de que se deve oferecer ensino superior para as classes médias urbanas sem que o Estado tenha que, necessariamente, se envolver com os custos.

É com base neste entendimento que se coloca a proposta feita pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), no ano passado. A proposta do Cruesp tinha o seguinte texto: "Levando-se em conta que a universalização do ensino médio no estado de São Paulo atinge uma população de menor poder aquisitivo e que isso significa aumento de demanda por vagas no ensino superior por um contingente que não pode ter acesso ao ensino pago, ações que contribuam para equacionar este problema devem ser priorizadas, aumentando a participação do sistema público e gratuito na formação dos cidadãos e na diminuição das atuais diferenças sociais".

Quando um documento elaborado pelo Cruesp diz oficialmente que o ensino superior público só deve ser expandido porque o privado não pode mais ser ampliado, fica bem explicitada qual é a concepção dos elaboradores de políticas públicas nesse estado e nesse país. É um entendimento de que a educação não é um direito, não deve ser garantida pelo Estado a todos.

Um segundo aspecto da discussão é a forma com que eles tratam o ensino superior público no estado de São Paulo. Referem-se a USP, Unesp e Unicamp como universidades com cursos tradicionais, e propõem um novo modelo, que é o de cursos seqüenciais, cursos básicos, cursos de curta duração (de um ano e meio a dois anos), que não realizam ensino, pesquisa e extensão. A justificativa para a necessidade desses cursos é que eles garantiriam uma rápida inserção dos jovens no mercado de trabalho. Mas, será que o mercado de trabalho vai considerar de maneira igual estudantes que vêm de quatro ou cinco anos de graduação com ensino, pesquisa e extensão, e aqueles que vêm de cursos de um ano e meio ou dois? A falácia começa por aí. Por outro lado, é preciso destacar que o papel das universidades públicas não é simplesmente formar jovens para o mercado de trabalho, mas dar-lhes uma formação crítica e autônoma, que os capacite a produzir conhecimento para o estado e o país.

Há, ainda, outras questões bem ilustrativas no documento do Cruesp. Propunham que a contratação de pessoal se desse em regime celetista. Os professores não teriam, portanto, os direitos trabalhistas que têm hoje no regime estatutário. Propunham, também, expandir o programa de educação continuada, através do que ficou conhecido como PEC/Formação Universitária, para a formação de professores de educação infantil de primeira a quarta série, através de cursos prioritariamente à distância (teleconferências, videoconferências etc.), que infelizmente a USP e a Unesp aceitaram e estão implementando.

E outra questão interessante é que esta proposta do Cruesp se apropriava de

maneira bastante oportunista da luta de diversos movimentos por expansão de ensino superior, principalmente das regiões do ABC, da Baixada Santista e da Zona Leste de São Paulo. Estas são regiões que têm, há pelo menos 15 anos, reivindicações por universidades públicas. O Cruesp colocava explicitamente no documento que estas eram, por exemplo, regiões prioritárias para a criação desse modelo novo que eles propunham, ou seja, os cursos seqüenciais, desconsiderando que a luta desses movimentos é por universidades públicas e cursos de graduação regulares.

Em relação aos recursos, a proposta que o Cruesp apresentou no ano passado previa criar cerca de 130 mil novas matrículas com R$ 465 milhões, que é a metade do orçamento anual da USP (cerca de R$ 1 bilhão). E 130 mil matrículas são o dobro do que a USP tem anualmente, somando graduação e pós. Então, com metade dos recursos, queriam criar o dobro de matrículas. Não, eles não pretendiam fazer mágica, e sim mudar o modelo de universidade. Por isso, a proposta de cursos de curta duração.

Diante da reação de vários setores, como os movimentos organizados e diversos deputados, os reitores afirmaram que haviam sido muito precipitados em propor estes cursos seqüenciais. Então, com orçamento de 50 milhões de reais por ano, informaram a intenção de criar "projetos piloto", com 1.500 vagas em cursos seqüenciais, 5.000 em cursos de formação de professores... enfim, reduzir bastante o modelo que eles tinham proposto. E aí cabe um alerta para todos nós: precisamos intensificar a discussão e a nossa reação, pois, nos próximos anos, certamente essa proposta de cursos de curta duração vai reaparecer como "projetos piloto". Depois de implementado nas estaduais paulistas, este é um modelo que vai se disseminar, com certeza, pelo país inteiro.

> *"Quando um documento elaborado pelo Cruesp diz oficialmente que o ensino superior público só deve ser expandido porque o privado não pode mais ser ampliado, fica bem clara a concepção dos elaboradores de políticas públicas no estado e no país."*

E, a menos que nos organizemos para evitá-lo, vamos olhar para trás e dizer: "Que pena!".

O debate com o plenário

Maria Valéria Barbosa, presidente da Adunesp/ Marília

Nós sabemos das dificuldades que temos tido para mobilizar a comunidade universitária, para que ela possa enxergar com um pouco mais de cuidado todo o desmonte que está ocorrendo com a universidade pública, em especial no estado de São Paulo. Um patrimônio caro, construído com muita dificuldade, inclusive por nós. No entanto, não estamos conseguindo fazer chegar ao conjunto da comunidade as nossas preocupações. Porque não queremos simplesmente expandir, mas expandir com qualidade.

Ninguém aqui é contra a expansão, mas sabemos que este modelo de expansão vai trazer problemas graves. Infelizmente, existe um movimento no interior da própria universidade, com a conivência de uma parte da comunidade universitária, favorável a este projeto de expansão.

Minha grande preocupação, hoje, é ver como vamos conseguir desnudar esse projeto e barrar o seu curso. Essa é a questão que quero endereçar às pessoas aqui: como podemos articular isso? Acho que este debate é uma forma, mas eu gostaria de saber, por exemplo, se a Assembléia Legislativa tem alguma coisa a fazer. Acabamos de ver uma audiência pública ser desmarcada... e o que vamos fazer? O que pode fazer a Comissão de Educação da AL?

O reitor da Unesp está dizendo que a verba destinada à universidade no ano passado estava, necessariamente, vinculada à expansão de *campi*. Gostaria que o deputado Callegari falasse sobre isso. Esta verba está vinculada especificamente à criação de novos *campi* ou pode ser usada para expandir o que já existe no interior da Unesp?

Quanto ao Conselho Estadual, o que tem feito? O Conselho Estadual tem alguma coisa, efetivamente, para dizer contra este projeto de expansão? Eu gostaria de ter coisas concretas. Pode interpelar a Unesp e dizer que este projeto de expansão não deve ser feito desta forma?

O que é que nós podemos fazer enquanto um conjunto de pessoas preocupadas com o projeto de expansão? É óbvio que eu só acredito, nesse momento, na mobilização da comunidade acadêmica, mas gostaria de contar também com o apoio das outras instituições. Ao Otaviano, eu queria que explicasse melhor os dados apresentados.

Antônio Luís de Andrade (Tato), presidente da Adunesp

Pelas informações que tenho, o sistema público de ensino superior que nós possuímos é o que de melhor existe e foi construído fora dos países centrais, pelo menos na última década, e vem sendo deliberadamente destruído pelo governo federal e pelas políticas públicas nesses últimos 10 ou 20 anos.

Um outro dado é que, se a comunidade acadêmica e as entidades afins não se mobilizarem na construção de um planejamento de médio e longo prazo, dentro de um Plano Estadual de Educação sério, consistente, que não esteja submisso, como foi o Plano Nacional de Educação, não vamos conseguir sair

desse lodaçal no qual fomos metidos. E somos a parte que vem gritando e fazendo a denúncia ao conjunto da sociedade, mostrando disposição de luta e querendo resolver o problema. Então, do ponto de vista do diagnóstico e das perspectivas, já temos dados e informações suficientes. Acho que a proposta da Valéria está correta, ou seja, ver quais são as iniciativas que podem ser feitas nessa Casa, pelo Conselho Estadual e pela própria comunidade acadêmica, no sentido de tornar público, de fato, este debate.

Por outro lado, também não podemos deixar de levar em consideração a política do governo como um todo. Nas Fatec's, do Centro Paula Souza, o governo do estado vem desenvolvendo uma política de implantação desenfreada de unidades, sem garantia de verbas ou de qualidade, o que é a mesma política que o nosso reitor tenta aprovar na Unesp. E isso tem contado com o silêncio de uma parte significativa dos legisladores, do Conselho Estadual, das autoridades que deveriam se pronunciar a respeito desta questão. Em Assis, Marília e na FFLCH, os estudantes estão mostrando o caminho. Nós temos um papel fundamental no destino dessa universidade. Não dá para fazer esta discussão dizendo que isto é uma responsabilidade do quintal da Unesp.

Gustavo Petta, presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE)

Quero contribuir um pouco com o debate e parabenizar a iniciativa do Fórum das Seis. Nós acabamos de realizar, no último final de semana, um encontro estadual de estudantes de universidades particulares, onde um dos temas foi exatamente a expansão do ensino superior no país e no estado de São Paulo, relacionada à questão da qualidade de ensino. E lá alguns dados foram mostrados, que ilustram um pouco este debate.

O estado de São Paulo, de acordo com os dados do último ENEM, forma 460 mil estudantes no ensino médio. Se compararmos isso ao número de vagas que as universidades públicas oferecem no estado, percebe-se que 97% desses estudantes oriundos do ensino médio ficam fora da universidade pública. É por isso que é importante fazermos esse debate.

A LDB permite que se criem, por exemplo, os famosos centros universitários, que não têm responsabilidade com pesquisa. Isso sem falar em inúmeros decretos e medidas do governo para beneficiar o crescimento desenfreado do ensino pago. E a forma como o Cruesp vem tratando a questão da expansão caminha nesta mesma lógica do mercado.

A expansão está inserida, muitas vezes, em interesses políticos regionais, em pressões de um deputado aqui, um interesse governamental ali. Uma expansão totalmente eleitoreira. E o testemunho de São Vicente é exatamente esse. Professores itinerantes, nenhum tipo de planejamento para o curso funcionar. Por último, acho que devemos tomar muito cuidado ao fazer este debate, para não parecer que somos contra a expansão. É uma armadilha, muitas vezes impulsionada pelo próprio Cruesp e pelo governo. Temos que deixar claro que queremos a expansão, mas com qualidade.

Rodney Cardoso, estudante da Unesp de Marília, membro do DA 15 de Março

Quando falamos que é preciso um plano educacional urgente, quando falamos em mobilizar agora... é porque sabemos a situação. Porque nós estamos nos *campi* e sabemos exatamente que este é um plano de expansão que vai além do que aparenta, que segue as diretrizes do governo federal.

Se olharmos para as três universidades, veremos que se trata de um plano voltado para os interesses de mercado. Na USP, por exemplo, já estão funcionando as fundações. Na Unesp, vemos o Trindade querendo colocar goela abaixo da comunidade este plano desenfreado de expansão.

Sabemos da nossa responsabilidade com a expansão, e temos que deixar claro para a comunidade que somos favoráveis a ela, mas desde que seja com qualidade, desde que sejam respeitados o ensino, a pesquisa e a extensão. E este debate não tem que girar só na academia, mas ser transposto para a sociedade, que é afetada diretamente.

Pegando um pouco o caso de Marília: lá, corremos o risco de no segundo semestre ter aula com uma mestranda. Está no primeiro ano de mestrado. É impressionante o número de professores substitutos. Em Franca, onde foi implantado o curso de Relações Internacionais, o diretor alertou o reitor de que não havia recursos para isso e a resposta foi: "isso não é problema meu, você vai ter que resolver".

Para finalizar, gostaria de reforçar a necessidade de que este debate não fique restrito a fóruns parlamentares, à Adunesp, à UEE etc. Não é por acaso que a área mais atacada, neste momento, é a de Humanas. E aqui está a galera da FFLCH/USP, de Marília e de Assis para mostrar isso. Então, ou mobilizamos agora e colocamos um basta nesta política do Trindade, do Alckmin e do Fernando Henrique, ou é o fim da universidade pública.

César Callegari

Vou procurar responder bem sinteticamente, para permitir que o debate aconteça. Em relação às reivindicações da Valéria, sobre o que a Assembléia Legislativa pode fazer, é importante dizer que não existe AL como instituição, quando se trata de bola dividida. A AL é uma resultante de posições políticas que são aqui representadas por maiorias legislativas. Os setores que são mais objetivamente comprometidos com a universidade, com os estudantes e com os profissionais são minoria aqui. Quando as coisas vão a voto, nós perdemos. A Comissão de Ciência e tecnologia, por exemplo, é controlada por uma deputada estadual do PSDB.

Neste ano, um momento particularmente significativo vai ocorrer na AL, que é a votação da LDO, provavelmente na semana que vem. Tradicionalmente, este é o momento da presença mais organizada dos diferentes segmentos da universidade.

Outra coisa: não houve, em nenhum momento, esses 50 milhões de reais a mais que o tempo inteiro se fala. Pelo contrário, as universidades tiveram, neste ano de 2002, 41 milhões de reais a menos do que deveriam ter pela lei. Mas eu tenho aqui um documento que me foi passado pelo reitor da Unesp, que depois deixarei à disposição de todos, que é a cópia da carta por ele enviada ao secretário da Ciência e Tecnologia de São Paulo, Ruy Martins Altenfelder Silva. Esse documento mostra, na visão do reitor da Unesp, exatamente todos os detalhes da operação que acabou drenando recursos de ou-

tras universidades para a Unesp. Na síntese, diz o seguinte: "como as outras universidades, no caso a Unicamp e a USP, não tomaram iniciativas, como houve recursos adicionais, e nós, da Unesp, colocamos iniciativas de expansão, achávamos que era justo que a divisão de recursos não fosse feita da maneira tradicional, mas de acordo com os projetos de expansão. A Unesp tinha mais projetos de expansão, então era justo que ficássemos com a maior parte dos recursos que foram disponibilizados a maior". Só que não houve recursos a maior. Na realidade, houve uma operação que, basicamente, contou com a conivência de alguns deputados da AL de São Paulo. Essas eram as informações centrais que eu queria dar.

Em relação às coisas que o Tato falou, nós chegamos a produzir, aqui na AL, um documento intitulado "subsídios para a elaboração de um Plano Estadual de Educação". Eu coordenei este trabalho, que teve a participação de muitos deputados e de muitos segmentos da área educacional pública e até privada do estado de São Paulo. E esse documento, no que se refere às universidades, apontava para que, em dez anos, deveríamos pelo menos quadruplicar as vagas oferecidas. Nós achamos que isso é possível, atingindo um patamar próximo de 400 mil vagas (depois, também quero saber mais desse cálculo de 800 mil, mostrado pelo professor Otaviano). Bem, essa foi uma proposta que fizemos aqui, na AL. Mas a proposta de um Plano Estadual de Educação, para ser incluído na Constituição do estado de São Paulo, tem que vir por iniciativa do poder executivo. Um deputado não pode apresentar um plano. Nem tampouco as entidades que representam a educação no estado de São Paulo podem fazer isso. É claro que, chegando aqui, ele será debatido, emendado etc. etc. Naturalmente, essa questão pode ser incluída na pauta política de todos os debates que haveremos de ter no processo eleitoral de São Paulo, quando vamos dialogar com vários candidatos a deputado estadual, a deputado federal e, principalmente, com os diferentes candidatos a governador, que certamente vão pedir votos para todos aqui.

Também queria me referir às observações feitas pelo Gustavo. Vem aí uma imensa pressão por parte dos mantenedores, dos proprietários das universidades particulares no nosso país, de disputar recursos públicos para a manutenção do ensino privado. Essa pressão é enorme, não é nova, mas é grave. Em muitas destas escolas, pelo menos é o que a gente ouve por aí, o nível de inadimplência é altíssimo. Claro, os estudantes estão tirando comida da boca para pagar os seus estudos. Com o empobrecimento do país, e particularmente dos setores médios da sociedade, muitos estudantes não conseguem mais pagar. A idéia dos mantenedores é de, no âmbito da reforma tributária, conseguir aprovar dispositivos que permitam que as empresas privadas, a exemplo do que acontece em outros países, possam destinar uma parte daquilo que é devido em termos de imposto de renda, na forma de concessão de bolsas, enfim... recursos públicos para o ensino privado. E calcule o tamanho da pressão: em SP, temos 750 mil matrículas em cursos de graduação, menos de 10% das quais providas por universidades públicas.

Para concluir, quero reforçar que essas e outras investidas do ensino pago só poderão ser barradas com a mobilização da sociedade. E, em meu modo de entender, isso tem que vir de dentro da universidade. Eu sou um dos deputados desta Casa que está engajado nestas lutas. Mas nós somos minoria. Um exemplo concreto disso é a nossa peleja, aqui na AL, pela aprovação da Emenda Constitucional número 14/2000, que consagra um patamar mínimo para as universidades. Eu quero fazer aqui o reconhecimento da presença e das decisões militantes das entidades representadas sob o Fórum das Seis, em apoio a esta emenda.

Neste ano, termina uma das fontes importantes de financiamento do setor universitário público, que são os recursos provenientes das compensações da Lei Kandir. As informações da Secretaria do Tesouro Nacional dão conta de que o repasse para as universidades, que beirou os R$ 100 milhões no ano passado, neste ano terá um desfalque da ordem de uns R$ 60 milhões e, para o ano que vem, um desfalque de R$ 90 milhões. Tudo isso nos leva a projetar um período de maior dificuldade para o financiamento da universidade. É por isso que eu disse que não houve recursos a mais, e sim a menos.

Por outro lado, é de se esperar que tenhamos uma curva declinante na arrecadação do ICMS. Nos últimos 10 anos, embora a economia crescesse muito pouco ou quase nada, por conta do caráter recessivo do modelo econômico imposto ao Brasil pelo governo atual, tivemos, entretanto, uma arrecadação do ICMS mais alta do que o nível praticamente estabilizado da economia. A explicação disso foram os sucessivos aumentos de preços dos derivados do petróleo, na energia elétrica, nas tarifas de telecomunicações e outros, e sobre tudo isso incide ICMS. A maioria dos economistas prevê um certo declínio neste processo. Ou seja, é de se tomar extrema cautela em qualquer mecanismo de financiamento de processo de expansão que não tenha segurança no tempo. E é isso que dialoguei pessoalmente com o reitor da Unesp. Em resumo, há uma pressão cada vez maior pelo atendimento das necessidades da população, mas também uma pressão negativa em relação ao financiamento. Então, a situação exige muito debate e pressão pela tomada democrática de decisões, e não por medidas casuísticas, como temos observado aqui e acolá.

Cláudio Gomide

Em primeiro lugar, quero retomar um conceito muito importante, que é o da autonomia universitária. Para o bem ou para o mal, determinadas decisões, como a criação de cursos ou aplicação de recursos, cabem às universidades, e não à Assembléia Legislativa ou ao Conselho. Particularmente, eu creio que a autonomia, neste sentido, vem para o bem. Como o deputado Callegari disse, outras entidades, o Conselho, a Assembléia podem estabelecer diretrizes, metas, mas sem interferir na autonomia das universidades. No atual formato, compete ao Conselho, por exemplo, avaliar as universidades, até reconhecer os cursos e credenciar as instituições e seus cursos de graduação. Evidentemente, se uma universidade cometer barbaridades, pode ter algum curso descredenciado, ou coisa parecida. Dificilmente isso aconteceria com a USP, Unicamp ou Unesp. Se isto acontecesse, a evidência maior seria a falência da comunidade acadêmica, que deixou as coisas chegarem a esse ponto.

Vejo duas questões para todos, independentemente da função que ocupam, e para as entidades. A primeira delas é que devemos ter um movimento nacional pela revisão da LDB, que está cheia de ambigüidades e omissões, o que permite ao MEC fazer o que quer por portarias e decretos.

Outro aspecto é que, como disse o Gustavo, da UEE, jamais podemos ser contra a expansão do ensino público. E qual é o melhor fórum para discutir isso? Um Plano Estadual de Educação. Estamos afirmando que a expansão atual está sem critério... mas eu pergunto: quando houve critérios para a expansão do ensino público no estado de São Paulo? Sempre foi tudo por acaso, desde a criação de cursos, até a criação de unidades. No máximo, houve micro planejamentos. Veja-se o caso da incorporação do campus de Bauru pela Unesp, entre outras coisas que foram feitas por uma decisão política de momento.

Se conseguirmos construir um Plano Estadual de Educação, teremos dado um grande passo neste sentido. Estas diretrizes de expansão do Estado nunca foram formuladas, pelos menos explicitamente, e nunca foram discutidas na Assembléia ou no Conselho. E não estou me referindo só às universidades, mas ao sistema estadual paulista como um todo, inclusive ao ensino privado.

A LDB também é omissa quanto às entidades privadas. Particularmente, eu entendo que o ensino superior poderia existir, no máximo, como concessão do Estado, dentro de normas, que estabelecessem claramente número de alunos em sala, por exemplo. Porque, se pensarmos apenas no formato universidade pública e gratuita para todos, pode levar muito tempo para acontecer e isso só se for mudada totalmente a estrutura do Estado. Só nosso sistema estadual de ensino básico é da ordem de seis milhões de pessoas. Portu-

gal tem 10 milhões de habitantes. Para vocês terem uma idéia, são 240 mil pessoas na folha de pagamento só no estado de SP. Portanto, acho que um Plano Estadual de Educação deveria dar conta de todos estes formatos.

Otaviano Helene

Aproveitando uma questão que o Cláudio levantou, eu acho que a autonomia da universidade não pode ser confundida com soberania. Certas questões, por exemplo, em que região do estado deve ocorrer a expansão, que área do conhecimento deve ser privilegiada etc, deveriam ser parte de uma política cultural e econômica mais externa. Essa autonomia é didática, científica, acadêmica etc., mas não na soberania.

Cláudio Gomide

É isso o que ocorre, porque a lei dá total autonomia para a universidade criar o curso que quiser, sem qualquer interferência externa. A alternativa seria mudar a legislação, no caso, a LDB.

Otaviano Helene

Mas não é interferência externa. É uma orientação externa. Por exemplo: uma área de engenharia em Santos. Por que? Porque em Santos há indústrias que demandam, há um porto que está se recuperando, um grande número de jovens concluindo o segundo grau. Ou seja, teríamos que criar espaços para discutir questões como essa.

Quanto às questões que foram levantadas sobre o Plano Estadual de Educação, é bastante importante tomarmos cuidado com isso. Todos devem se lembrar da rasteira que o governo FHC deu no Plano Nacional de Educação. Tudo o que era mensurável foi cortado. O que era discurso – "vamos melhorar", "vamos aumentar", "vamos corrigir"...– foi mantido, porque não são coisas passíveis de se medir. Por exemplo, prazo para acabar com o analfabetismo... nem pensar. Nós pedíamos 10% PIB em educação, o substitutivo falou em 7%, mas nem isso ficou. Eu cito estas questões porque aqui, no estado de SP, é importante prepararmos um Plano Estadual de Educação à prova de rasteiras.

Um terceiro ponto, que tem a ver com o que a Valéria questionou, é a questão de como encaminhar a nossa reação de forma objetiva, para conquistarmos alguma coisa. Eu até gostaria de gastar um tempo para estudar como que outros países resolveram seus problemas educacionais. Vou citar três países que, embora não tenham resolvido todos os problemas nesta área, pelo menos têm projetos nacionais de educação: Estados Unidos, Argentina e Cuba. Na Argentina, ocorreu até um fato interessante: no início do século passado, devido à onipresença do Estado na educação, chegou a acontecer naquele país um movimento progressista, que contava até com partidos comunistas, para lutar pela escola privada. Obviamente, eles viram a besteira que estavam fazendo e passaram a lutar para mudar a escola pública. Lá, a escola pública universal fez parte da Constituição... mas depois desmoronou tudo. No caso cubano, os avanços vieram porque a Revolução tinha um projeto de educação e saúde.

Há, ainda, os chamados projetos desenvolvimentistas de países, como é o caso da Coréia, do Japão e, mais anteriormente, do Iraque. O Iraque teve um projeto de desenvolvimento nacional (o único no Oriente Médio), daí a enorme preocupação americana com aquele país.

Outra coisa são os projetos de elite nacional. No Brasil, o máximo que a elite conseguiu fazer foi, na década de 30, montar a FFLCH, e, na década de 90, desmontar a FFLCH. Então, também não dá para apostar nesta perspectiva. Parece-me que, no momento, se temos alguma perspectiva real, é no movimento estudantil. Quer dizer, temos que recuperar esta história. Os estudantes são o instrumento pelo qual se pode cobrar do Estado. Nós, professores, somos pouquíssimos, se comparados com eles, e menos mobilizados. Não temos coragem de invadir reitoria. As nossas greves se esgotam no momento em que a questão salarial é resolvida. Então, a reação deve vir do movimento estudantil, até para empurrar os outros segmentos.

E, finalmente, os números de como é que dá para pôr 800 mil alunos no ensino superior público de graduação com 1% do PIB. É só fazer a conta. Um estudante, padrão universidade estadual paulista, na área de graduação em biológicas e saúde, custa em média R$ 18 mil por ano. Na área de exatas, agrária e da terra, cerca de R$ 9 mil por ano. Na área de humanas e artes, dá um pouco mais do que R$ 2 mil por ano. Daí, é possível colocar entre 800 mil e um milhão de estudantes, na seguinte proporção: aproximadamente 10% na área de biológicas e de saúde, cerca de 30% na área de exatas, agrárias e da terra, e cerca de 60% na área de humanas e artes. Que é mais ou menos como se distribui a população. Essa proporção, aliás, é prevista pela Unesco. Se é adequado ou não, mereceria um estudo à parte. Com 1% do PIB, você consegue pôr 80 mil estudantes em cursos de graduação na área de biológicas e saúde, 240 a 250 mil na área de exatas, agrárias e da terra, e 450 a 500 mil na área de humanas e artes.

Samantha Neves

Em primeiro lugar, em relação ao que disse o Gustavo, não tenho dúvida de que ninguém aqui é contra a expansão de vagas, porque entende a educação como um direito. Se a educação é um direito e dever do Estado, deve ser garantida em todos os níveis, para todos. Mas é preciso que fique claro que não é possível expandir sem recursos. Afinal de contas, precisamos de biblioteca, laboratórios, professores, funcionários. Neste ponto, é necessário destacar a importância da LDO, como um espaço de disputa de mais recursos públicos para a universidade pública, pelo ensino público em geral e também para nos articularmos com outros movimentos que lutam pela ampliação de recursos públicos para a educação.

Com relação à autonomia universitária, o Otaviano já destacou o que eu pensava em dizer, mas quero reforçar que há uma diferença central entre autonomia universitária e formulação de políticas públicas. As universidades não formulam políticas públicas. Estas devem ser formuladas pelos órgãos e instituições que existem para isso (Conselho Estadual, Assembléia Legislativa, governo do estado...), obviamente envolvendo os movimentos sociais.

Cláudio Gomide

Gostaria de um aparte. Eu me referi especificamente à autonomia para a criação de curso superior. Isso é assegurado pela LDB. Isso não quer dizer que o Estado não possa ter políticas públicas na educação, nos diferentes níveis.

Sueli Guadelupe de Lima Mendonça

Consulto o plenário se as pessoas inscritas não poderiam deixar suas questões para amanhã, quando vamos debater propostas mais concretas. Com a exceção do professor Cláudio, os demais também vão estar por aqui amanhã. Então, estamos encerrando a primeira etapa do nosso seminário. Agradecemos a todos, principalmente aos alunos que estão firmemente empenhados nesse nosso movimento. Muito obrigado.

Formas de expansão do ensino superior

(Debate realizado em 18 de junho de 2002)

"Foram convidados para este segundo dia de debates o professor José Carlos Souza Trindade, atual presidente do Cruesp, que não virá. Deveria participar, também, o secretário de Ciência e Tecnologia, Ruy Martins Altenfelder Silva, que nem nos respondeu. Convido à mesa os seguintes debatedores: a deputada Maria Lúcia Prandi, da Comissão de Educação da Assembléia, Sérgio José Custódio, representando o Movimento dos Sem-Universidade, e Luiz Fernando da Silva, pela Adunesp.

(Adolfo Hengeltraub, mediador)

"Autonomia não significa ausência de controle social"

Maria Lúcia Prandi, deputada estadual pelo PT e membro da Comissão de Educação da AL

Cumprimento todos os membros da mesa na pessoa do professor Adolfo. Em primeiro lugar, tenho uma notícia não muito boa. Hoje, tínhamos sido convidados pela Comissão de Fiscalização e Controle e pela Comissão de Cultura e Ciência e Tecnologia para uma reunião, às 14h30, com a presença dos reitores da USP, da Unesp e da Unicamp, para discutirmos a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Mas, lamentavelmente, recebemos agora o comunicado de que a reunião foi cancelada. Não sabemos o motivo do cancelamento.

O Fórum das Seis fez um grande diagnóstico e um histórico extremamente substantivo da situação do ensino público universitário em nosso Estado, que comprovou, mais uma vez, a falta de vagas. O que temos, na realidade, é um ensino superir privatizado no estado, uma vez que 88% das vagas de SP estão nas mãos das universidades privadas e um mínimo nas municipais. Nas públicas, estaduais e federais, temos 12%.

E há uma enorme dívida do governo federal para com o nosso estado, pois as instituições federais são pouquíssimas. Não há aqui nenhum caráter de xenofobia ou qualquer coisa assim, mas também é preciso destacar que grande parte das vagas das nossas três estaduais públicas direciona-se para alunos de pós-graduação, muitos deles de outras partes do Brasil.

O excelente trabalho do Fórum das Seis, ao mapear a ausência de atendimento de acordo com as regiões administrativas do estado, mostra situações dramáticas. É com enorme tristeza que vejo a situação da Baixada Santista.

Eu gostaria de destacar duas questões: o problema dos investimentos e a proposta de implantação dos chamados cursos seqüenciais. Eu penso que estes sejam os maiores problemas. Nós queremos o aumento do número de vagas, não resta dúvida, e o Fórum das Seis apresenta, inclusive, uma proposta muito consistente de como poderia ser. Mas os reitores insistiram nos cursos seqüenciais.

É interessante citar, também, um trabalho que se iniciou nessa Casa, a partir da pesquisa acumulada pela Adusp, que é a questão das fundações dentro das nossas universidades. Nós solicitamos informações aos reitores, pedimos uma reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, que ainda não ocorreu. Recebemos um farto material do Tribunal de Contas. Eu diria aqui, hoje, que já temos elementos para instalar uma CPI para a apuração desta relação que, muitas vezes, mostra-se promíscua, entre universidades e fundações.

O caso das fundações apenas reforça a necessidade de democratização e de abertura por parte das universidades. É preciso que o Cruesp e cada universidade realmente abram suas contas, debatam, formulem propostas de maneira coletiva, colegiada, democrática. Nós defendemos, veementemente, a autonomia das universidades. Mas essa autonomia não significa ausência de controle social, pelo contrário, ela tem três objetivos essenciais: garantir a independência da universidade e a autonomia intelectual, que são essenciais para a produção do conhecimento; garantir o financiamento, e, também, no sentido da prestação de contas à sociedade. E o controle social é fundamental, pois se trata de recursos da população ali emprega-

dos. E confesso que temos tido bastante dificuldade neste sentido.

A proposta apresentada pelos reitores nos deixa extremamente preocupados. Estes cursos seqüenciais, que ninguém sabe exatamente como seriam, são inadmissíveis. Chegou a ser dito que não se sabe se dará certo ou não, mas que era preciso fazer uma experiência, como se pudéssemos colocar recursos públicos e nossos jovens à mercê de um interesse mercadológico, imediatista, abrindo mão do tripé, que já foi quebrado e muito bem quebrado pela universidade privada, formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão.

> *"Estes cursos seqüenciais são inadmissíveis. Chegou a ser dito que não se sabe se dará certo ou não, mas que era preciso fazer uma experiência, como se pudéssemos colocar recursos públicos e nossos jovens à mercê de um interesse mercadológico."*

No Brasil, temos um arremedo de controle do Estado sobre a educação. O governo abre mão do papel de provedor, financiador do ensino público, e quer assumir um papel meramente regulamentador, mas nem isso está conseguindo. O provão, por exemplo, tem sido uma avaliação desastrosa. As mudanças e as cobranças essenciais para a universidade privada não são feitas. Ao contrário, vivem ganhando benesses. No final do ano passado, numa caneta-da só, as universidades ou institutos privados tiveram a possibilidade de aumentar em 50% as vagas de seus cursos já existentes.

Bem, tudo o que estou dizendo já é do conhecimento de todos. É preciso fazer propostas. A primeira delas, no meu ver, é exigir a abertura desta caixa preta dos recursos, o controle efetivo, a participação, a gestão democrática, a pós investigação e regulamentação desta relação com as fundações. Em segundo lugar, a médio e longo prazo, as universidades têm que pensar na questão da previdência. É óbvio que esta conta tem que ser feita com o próprio governo, porque as universidades herdaram, junto com a autonomia, todo um passivo, seja nas questões trabalhistas, judiciais, precatórios e, também, as aposentadorias.

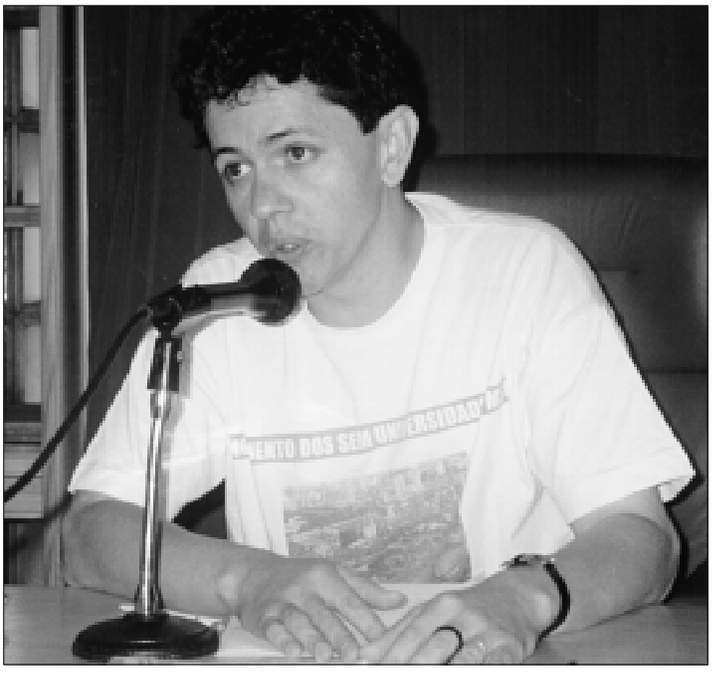
A outra questão é o uso integral das possibilidades de cada universidade. Os 30% do período noturno precisam ser implementados em todas as unidades. Para isso, sabemos que os recursos são essenciais, pois faltam profissionais, laboratórios etc. Veja-se o dramático exemplo da FFLCH/USP.

Para encerrar, vejam esta comparação. O estado de São Paulo investiu, em 2000, cerca de 2,3 bilhões de reais para 79.500 matrículas. Os recursos federais com o ensino superior, no mesmo ano, foram de 5,3 bilhões, para o atendimento de 442 mil matrículas. Quer dizer, se aqui a situação é apertada, como fica o restante do país, diante da miséria que o governo federal tem investido em ensino superior? Em 2000, tínhamos 28.925 alunos matriculados na pós-graduação da USP. Nas três, havia um total de 42.955 matrículas em pós-graduação.

Cito estes números para reforçar a necessidade de mudarmos a situação geral do financiamento da educação. A luta da sociedade, gestores, educadores e trabalhadores da educação, deve ser para chegarmos num gasto de 8% do PIB com educação, passando a 10% em dois anos. E, à guisa de contribuição, a bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou na LDO um projeto de lei propondo um percentual de 11% para as universidades e 2% para o Centro Paula Souza.

"O governo lançou mão dos seus funcionários de luxo, os reitores, para elaborar um plano de expansão meia boca"

Sérgio Custódio, do Movimento dos Sem-Universidade, MSU



O Movimento dos Sem-Universidade é bastante novo e, por isso, talvez a nossa contribuição aqui seja um pouco modesta. Mas não deixa de ser importante. O MSU é um movimento inspirado numa fala do D. Pedro Casaldáglia na Unicamp, quando ele foi homenageado com o título de doutor *honoris-causa*. Ele disse que o Brasil deveria se preocupar com os seus sem-universidade.

Lembrando um texto da professora Marilena Chauí, escrito por ocasião dos 500 anos do Brasil, a sociedade brasileira historicamente tem uma divisão muito clara: uns são feitos para obedecer e outros são feitos para mandar. Acho que, fora desse debate, é difícil entender o problema do ensino superior, pois há alguns preconceitos muito antigos envolvidos: "o ensino superior é uma coisa para a elite e não para o povo"... "na medida em que você estende o ensino superior para um maior número de pessoas, ele perde qualidade"... "só uma parcela da população brasileira está apta para o ensino superior"... "o ensino superior deve selecionar estes aptos"... "não tem sentido expandir o ensino superior, pois não é possível garantir emprego para as pessoas"... "o

Estado já investe muito no ensino superior"... "não dá para imaginar uma sociedade com 100% dos que querem ir para o ensino superior tendo esse direito garantido, pois onde ficariam os operários?"... enfim, dezenas deles. E estes preconceitos vêm à tona em todo os debates que participamos.

Para o MSU, o atual debate sobre expansão do ensino superior, da forma como é colocado pelo governo, tem um eixo muito eleitoral. É que nunca antes na história do Brasil chegou uma quantidade tão grande de gente oriunda do ensino médio, batendo às portas das universidades. Então, o governo tem que dar resposta, para não perder eleitoralmente. E é por isso que o governo lançou mão dos seus funcionários de luxo, os reitores, para elaborar um plano de expansão meia boca. Nós, do MSU, que temos um pé na universidade e outro na periferia, achamos que tudo isso é uma grande manobra eleitoral. Apresentam os tais cursos seqüenciais, que seriam cursos para os pobres, de segunda categoria.

> *O que temos de concreto no ensino superior é a expansão das escolas privadas. Na Grande São Paulo, 91% das vagas estão concentradas no ensino superior privado. Abrem-se universidades como se abrem farmácias.*

O que temos de concreto no ensino superior é a expansão das escolas privadas. Na Grande São Paulo, 91% das vagas estão concentradas no ensino superior privado. Abrem-se universidades como se abrem farmácias. Num dia, você passa num lugar em São Paulo, que tinha uma fábrica abandonada, no outro dia já há uma universidade, uma faculdade, um escolão superior. Sabemos que o padrão orçamentário da maioria das famílias brasileiras é totalmente incompatível com qualquer mensalidade. Muitas das pessoas que estão dentro de uma universidade privada deixam às vezes de comer, de pagar aluguel, de comprar outras coisas, de cuidar de sua vida para ajudar a enriquecer o dono de escola.

Por outro lado, também não podemos defender o sistema de ensino superior do jeito que está, como se fosse uma peça de museu. Acho que temos que avançar na defesa da universidade pública, para que ela seja um pouco mais protagonista, no sentido de pensar o Brasil, de se inteirar com a sociedade. Nós, do MSU, lutamos por uma universidade popular, onde o elemento popular esteja presente. USP, Unesp e Unicamp, que têm suas fundações, seu estilo de administração, sua burocracia, estão muito afastadas do povo por um certo lado. Não sei se este afastamento é culpa dos que estão dentro da universidade.

Mas, vejam bem, para prestar o vestibular, a pessoa precisa de até R$ 200,00. É uma taxa altíssima. E eu tenho que reprimir o meu sonho, porque o ensino médio não me deu a capacidade de me formar para essa concorrência. E eu nem tenho dinheiro no bolso para pagar essa taxa do vestibular. Então, na medida em que gerações e gerações de talentos não são ganhas para o mundo da cultura, para a realização dos seus sonhos, para entrarem na universidade, eu vejo uma grande passividade desta universidade perante a situação.

É "chique no último" falar em universidade na periferia. O povo passa fome, o povo não tem habitação, o povo não tem emprego, o povo não tem universidade. Mas o Movimento dos Sem-Universidade tem insistido em falar da universidade. Nós achamos que a universidade só vai mudar na medida em que incorpore um outro perfil de aluno. Hoje, estes jovens só são convidados a contribuir com o dinheiro do ICMS, e muito poucos chegam até a universidade.

Quem recruta na periferia, e paga o salário direitinho, é o trafico. Quem está ganhando a juventude é o tráfico. As escolas estão se assemelhando às prisões, com grades e muros. Toda escola da periferia tem uma grade. E o secretário da Educação sugeriu, recentemente, que se criassem comissões de dedos-duro entre os estudantes, para dedurar quem está envolvido com o tráfico. Ou seja, repassando o papel para os próprios estudantes da escola. Vejam o nível a que chegamos.

Em vez de um Estado social, temos um Estado carcerário, para vigiar e para punir. Quando nós vimos o lance do Carandiru, a universidade do crime, comandada pelo PCC, pensamos: "por que não uma universidade no Carandiru?" O Carandiru vai ser desativado, com uma área de 427 mil metros quadrados, com vários prédios existentes, sendo que 58 mil metros quadrados são remanescentes de Mata Atlântica. A Unesp gasta 200 mil reais só com o aluguel na Alameda Santos. Então, fizemos uma manifestação na Prefeitura, apresentamos o projeto na Comissão de Educação e, por incrível que pareça, ele foi aprovado. Uma universidade que fosse construída em parceria entre município, estado e União, uma universidade popular, que tivesse um critério diferenciado de acesso, pois nós achamos que o vestibular tem muitos vícios e cai naquela lógica dos aptos. Obviamente, todo mundo sabe, o apto é muito apto economicamente. Quando falávamos da proposta, na Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, por exemplo, sempre nos pediam uma proposta por escrito. Nós dizíamos que não, que somos um movimento social, que só estamos chamando a atenção e o nosso papel não é ter nada pronto. Aliás, didaticamente, é horrível ter coisas prontas; nós queremos justamente que a população participe do debate, desde o nascedouro. Um debate não somente com os setores da educação, mas com os outros setores sociais, como o Movimento dos Sem-Terra, com a Central de Movimentos Populares, com a Central Única dos Trabalhadores, com os vários segmentos sociais. É uma luta social, Paulo Freire já dizia.

Não sei como vamos conseguir isso. Mas vamos conseguir uma universidade onde o povo seja protagonista, onde o povo seja ator, com o engajamento das pessoas. Com as pessoas pensando um projeto de universidade.

"O formato proposto quebra o modelo de universidade que temos atualmente"

Luiz Fernando da Silva, professor da Unesp/Bauru e diretor da Adunesp

Agradeço o convite para estar nessa mesa representando a nossa entidade sindical, a Adunesp, que tem desenvolvido uma luta constante na defesa da universidade pública e pelas reivindicações da nossa categoria docente.Também agradeço ao Fórum das Seis por esse momento.

Sobre o tema que estamos debatendo aqui, gostaria de abordar esta proposta bem concreta de expansão que está sendo materializada na Unesp, através do nosso reitor, que é uma proposta relacionada à expansão através de *campi* avançados, unidades universitárias diferenciadas.

Mas, antes de entrar na discussão desse projeto, que leva a uma precarização das relações de trabalho e à quebra da relação ensino/pesquisa/extensão, quero salientar alguns pressupostos do que entendemos a respeito da discussão sobre universidade pública.

Em 1962, tínhamos no ensino superior brasileiro cerca de 100 mil alunos. Neste mesmo ano, o Centro Popular de Cultura (CPC), ligado a UNE, encenava em todo o país uma peça chamada "O auto dos 99%", de autoria do Oduvaldo Viana Filho, do Marco Aurélio Garcia e outros. A primeira parte fazia uma discussão sobre a questão da estrutura de colonização existente na história do país, desde os portugueses, passando pelos ingleses e chegando até os norte-americanos. Aliás, uma situação muito parecida com os tempos atuais, quando estamos em plena discussão sobre a tentativa de se impor em nosso país e nos países latino-americanos a Área de Livre Comércio da Américas, a ALCA. Na outra parte da peça, havia uma denúncia sobre o elitismo no acesso à universidade.

Evidentemente, nós somos favoráveis, resolutamente favoráveis, à ampliação do acesso ao ensino superior público para a grande maioria da população. Mas, ao mesmo tempo, vemos que, atualmente, o assunto virou uma questão político-eleitoral. Uma segunda consideração é que é impossível discutirmos a universidade pública sem abordar a questão da ciência, da tecnologia, da docência, da articulação da universidade com o ensino médio, sem estarmos pensando também num projeto de nação. Ou seja, qual é a importância da educação como um todo, em termos de projeto de nação, levando em consideração o desenvolvimento tecnológico, científico e, ao mesmo tempo, a relação de desenvolvimento social para a maior parte da população?

> *"Evidentemente, somos resolutamente favoráveis, à ampliação do acesso ao ensino superior público para a grande maioria da população. Mas, ao mesmo tempo, vemos que, atualmente, o assunto virou uma questão político-eleitoral."*

Bem, voltando à história, a situação de escassez de vagas só se resolveu com a implementação das diretrizes impostas pelo Regime Militar, a partir de 1964, com a intensa abertura para o ensino privado.

Feitas estas primeiras considerações, entro especificamente na discussão sobre o projeto de expansão que está sendo apresentado pela reitoria da Unesp. A proposta apresenta a idéia dos *campi* avançados em parcerias com os municípios. A Unesp daria um apoio, em termos de professores, enquanto as prefeituras se responsabilizariam pela parte relacionada a material, serviço, infra-estrutura, manutenção predial, limpeza, segurança etc.

Outro problema é a proposta de professor itinerante, ou seja, aquele que sairia do seu campus de origem, entre os 16 existentes, iria para este campus avançado, daria uma semana de aula no formato modular, e voltaria para a sua unidade. E assim, sucessivamente, outros professores fariam o mesmo. Neste caso, a relação professor/aluno, que é essencial para a pesquisa e a extensão, ficaria extremamente prejudicada.

Esta é a concepção universitária que está sendo proposta como uma maneira de solucionar a expansão de vagas. Trata-se de um formato que destitui totalmente a relação ensino, pesquisa e extensão e quebra, de forma muito consciente, o modelo de universidade que temos atualmente. Concordo que este modelo atual deve ser discutido junto aos diversos setores da sociedade, mas não resta dúvida de que é o que mais tem avançado e dado significativos passos científicos e tecnológicos no país.

O debate com o plenário

Francisco Gonçalves, aluno da Unesp de Presidente Prudente e diretor da UEE

Gostaria de apontar para algumas preocupações no sentido do caráter e conceito da universidade que vem sendo modulada através desse plano de expansão. A expansão universitária é nossa amiga, o modelo é nosso inimigo. Então, me preocupa muito, por exemplo, quando a Samantha diz que a expansão deve estar diretamente relacionada com a preocupação com o mercado de trabalho. Se usarmos como prioridade o mercado de trabalho, podemos estar caindo no problema de mercantilização da universidade pública. Eu gostaria que vocês, da mesa, comentassem o seguinte: para se construir um Plano Estadual de Educação, temos que garanti-lo com muita mobilização social. Como fazer isso?

Alessandra Bortoletto, aluna da Unesp de Assis

Pelas discussões que aconteceram aqui, acredito que a luta contra esse projeto de expansão pública é de todos. A luta por uma universidade popular é de todos, pela contratação de professores, por uma maior assistência aos estudantes. Só que eu venho questionar, parabenizar e reconhecer a participação dos poucos professores na luta junto com os estudantes. Eu venho questionar até que ponto os professores vão apoiar a nossa luta. Em Assis, há 165 professores, mas só uns 10 participaram da nossa greve.

Válber Monteiro, aluno da Fatec/SP e diretor de escolas públicasda UEE

Parabenizo a iniciativa do Fórum das Seis em promover este seminário, que tem sido muito esclarecedor. O Cruesp apresentou um projeto que tem sido rejeitado pela comunidade, não só das universidades, como do Centro Paula Souza, que também faz parte da proposta. No caso do Centro Paula Souza, já foi aberta a Fatec Zona Leste e cinco outras devem começar a funcionar em breve. Muito embora elas estejam dentro dos critérios de graduação mínima, até por conta da pressão da comunidade, nós queremos saber mais e, de fato, interferir neste processo. Acho que a maioria se sente como se estivesse passando um cheque em branco para o Cruesp e o governo do estado nesta questão da expansão.

Milton Vieira do Prado Júnior, presidente da Adunesp de Bauru e conselheiro no CO

A minha pergunta é bem objetiva. A verba aprovada aqui, na AL, para a expansão de vagas, saiu carimbada para *campi* novos? Porque a desculpa dada no Conselho Universitário é que não seria possível pensar em expansão de vagas nos *campi* atuais.

Sueli Guadelupe de Lima Mendonça

Minha pergunta também é para a deputada Maria Lúcia Prandi. Afora a criação dos novos *campi* da Unesp, que ainda estão sendo discutidos numa comissão do CO, já existem dois programas em curso na Unesp, que tratam de formação aligeirada de professores. Um deles é o trágico PEC/Formação Universitária, que foi um convênio entre USP, Unesp e PUC com a Secretaria Estadual de Educação, visando formar professores que só tinham ensino médio, num prazo de um ano e meio, pois este era o tempo necessário para caber dentro do governo Alckmin. O segundo programa é o Pedagogia Cidadã, que é uma versão melhorada do outro projeto. Infelizmente, o Pedagogia Cidadã recebeu pedido de 119 prefeituras, entre elas prefeituras petistas. Nós temos uma crítica muito severa a esses cursos de formação aligeirada de professores e gostaríamos de saber a posição da deputada quanto a isso e se o Partido dos Trabalhadores está discutindo o assunto. Faço este questionamento pois nos preocupa muito o fato de prefeituras do PT estarem endossando o programa.

Ciro Teixeira Correia, presidente da Adusp e membro do Fórum das Seis

Aproveitando a presença da deputada Maria Lúcia Prandi, especificamente em relação a um trecho de seu pronunciamento hoje, sobre a questão das fundações. As fundações estão relacionadas com a discussão de recursos, não porque sejam mecanismos de trazer dinheiro para as universidades. Não são. As fundações são uma desculpa, que é utilizada em nome do desenvolvimento do ensino para canalizar recursos para outros interesses. A iniciativa da Comissão de Educação em promover aqui, nesse plenário, no ano passado, aquela audiência pública sobre as fundações foi muito importante. Neste sentido, gostaria de saber quais desdobramentos houve desse fato.

Maria Lúcia Prandi

Em primeiro lugar, acho que o debate foi colocado no devido lugar. Quer dizer, nós sabemos que a política educacional, a política universitária, a questão de vagas, são parte de um modelo de sociedade que queremos. E também temos claros os compromissos que este governo tem para com a educação, que foram firmados com órgãos internacionais.

O Brasil tem pouco tempo universitário. O momento atual é tão grave quanto foi na década de 60. Ou, talvez, até mais grave, porque é mascarado com uma pseudodemocracia. Neste sentido, fico extremamente feliz de ver o movimento dos Sem-Universidade. O professor Paulo Freire, antes de morrer, numa das suas últimas entrevistas, disse que queria que o Brasil explodisse em inúmeras marchas... a Marcha dos Sem-Terra, a Marcha dos Sem-Trabalho, a Marcha dos Sem-Educação, a Marcha dos Sem-Universidade. E penso que é isso que começa a acontecer agora.

E qual foi o grande movimento da sociedade brasileira, no qual os estudantes tiveram papel fundamental na década de 60? Foi, justamente, o movimento dos excedentes, aqueles que passavam no vestibular, mas não eram atendidos devido à insuficiência de vagas. O governo militar "resolveu" esta questão com o Ato Institucional nº 5, fechando a UNE e todas as organizações estudantis. Além disso, promoveu uma grande expansão do ensino privado. Hoje, temos uma política que é inimiga da educação pública, principalmente da universidade pública, que é o neoliberalismo. Assim como no restante da América Latina e no Caribe, o Brasil assumiu compromissos com organismos internacionais na política educacional.

Então, o diagnóstico da educação em nosso estado está feito. Tivemos uma perda de vagas na educação infantil; um apressamento do ensino fundamental, com a famigerada aprovação automática. A universidade pública passou a ser vista não como aquele espaço de excelência, de reflexão e de formulação de projetos de sociedade, numa relação dialética. A política neoliberal reserva, a países como o nosso, não esta produção, mas apenas a alimentação de um mercado de trabalho cada vez mais inexistente, ao mesmo tempo que cada vez mais exigente e devorador. Porque se o jovem não tiver uma grande formação – e as tecnologias estão em constante mudança – será expulso imediatamente deste mercado.

Alessandra, quando você diz que nem sempre os professores estão unidos, penso que o pior mal que esta política neoliberal fez à sociedade brasileira é colocar a questão como se a vitória de cada um, o bem estar de cada um, a produção de cada um, dependessem exclusivamente de si mesmos. É a idéia do individualismo, de que os "bons" sobrevivem. Quem está fora é porque não é bom, não se esforçou, não se reciclou. A universidade, a escola como um todo, jamais podem cair neste discurso e descartar o coletivo. Penso que, justamente, são os espaços como este seminário que vão nos fazer novamente criar o coletivo.

Como interferir na expansão? Para nós, da Assembléia, não há como interferir. A não ser através do debate e da discussão, já que defendemos a autonomia universitária. Nós tentamos abrir a discussão, fazemos a crítica, convidamos várias vezes os reitores... enfim, várias iniciativas. Mas sabemos que somos a minoria, e que a maior parte dos deputados relaciona-se com os donos do poder e com o governo. Agora, tem um exemplo que não podemos deixar de citar, que ocorreu quando o reitor Marcovich, da USP, no apagar das luzes de seu mandato, tentou regulamentar a questão das fundações. Ali, houve um confronto direto, que envolveu alunos, professores e funcionários. Uma parte destes alunos, inclusive, é perseguida até hoje.

Quanto à questão do professor Milton,

se a verba aprovada vem com carimbo. Não. Ela foi aprovada como um aporte de R$ 50 milhões no orçamento do estado e as universidades apresentaram o seu projeto de expansão. Mas isso não ficou consagrado no orçamento no sentido de como se daria em cada uma. Eu até votei contra a proporcionalidade que foi aprovada, pois quebrava os princípios que garantiam um determinado percentual para cada uma das três universidades.

Sueli, quero abordar duas questões sobre a formação de professores. Há um decreto famigerado, cujo número me foge agora, que quer dar à formação de professores um caráter de segunda categoria. Seria, também, um apressamento universitário, descaracterizando a formação, as áreas do conhecimento. Quanto a isso, nós somos absolutamente contra. A outra questão, Sueli, é a seguinte: temos um número significativo, milhares de professores efetivos das redes públicas estadual e municipais, os chamados professores de educação básica I (de primeira à quarta séries), que, segundo a LDB, têm que ter o nível universitário. Então, na verdade, fez-se esta programação para atender professores que já têm uma formação e uma grande experiência em sala de aula, que já são titulares de cargo. Eu questiono em parte, também, o apressamento desta formação. Mas, se trabalharmos com a realidade concreta, estes professores poderiam até perder os seus cargos. Eu não conheço as prefeituras petistas que aderiram a esta Pedagogia Cidadã, mas posso até levantar se foram casos semelhantes aos do estado.

Sobre a questão das fundações, levantada pelo professor Ciro, que só foi possível pelo excelente trabalho do Fórum das Seis e da Adusp, estamos na seguinte situação: temos uma série de materiais, que podemos passar para o Fórum das Seis, que contém a maioria das respostas dos reitores, aliás, bem evasivas. Estamos solicitando novas informações. Eu e o deputado César Callegari temos colocado que já temos, talvez, um número suficiente de informações para provocar a instalação de uma CPI. Já temos elementos para a convocação dos reitores, ressaltando que não seria convite... e sim convocação

Finalizando, acho que nossa tarefa é expandir esse debate, fazê-lo chegar às escolas de ensino médio e a toda a sociedade, como forma de engrossar esse movimento dos Sem-Universidade. Estou certa de que só mudaremos a política educacional se mudarmos os rumos do país, se tivermos um governo comprometido com o desenvolvimento econômico, social e científico do país.

Luiz Fernando da Silva

Fazendo uma avaliação sobre o que ocorreu no último período de mobilização, em torno da campanha salarial de 2002, desenvolvida pelos trabalhadores da educação e estudantes das três universidades e do Centro Paula Souza, vemos que vários pontos ganharam destaque. Além da questão salarial, conseguimos colocar em pauta a ampliação da assistência estudantil, a contratação em tempo integral de professores e funcionários por concurso público, a ampliação de vagas em cursos regulares de graduação e vários outros pontos. E é interessante que todos estes pontos da nossa pauta nos remetem diretamente a uma contraposição ao programa de expansão como está sendo apresentado pelo Cruesp.

Neste sentido, parece-me singular o que ocorre no caso da Unesp, em Assis, Marília e Bauru, com relação às formas de organização e o patamar político que ela atingiu. Por exemplo, a articulação dos três segmentos, discutindo e se mobilizando, através de assembléias e atos conjuntos, conseguiu estabelecer uma organicidade maior no enfrentamento, não somente salarial. Numa avaliação inicial, parece-me que a mobilização passa muito, nesse próximo período, por essa experiência que estamos acumulando agora. Vocês imaginem, por exemplo, a importância de assembléias como as de Bauru, que reuniram entre 300 e 800 pessoas, com a composição massiva de estudantes, com processos de votações diferenciados, mas que se unificavam em comandos de greve, comissões de ética e por aí afora.

Concluo, portanto, que barrar este plano de expansão passa pela articulação destes três segmentos. É preciso aproveitar as experiências acumuladas no período de campanha salarial e trazer a luta para o cotidiano de estudantes, professores e funcionários.

Sérgio Custódio

Considero que muitas questões já foram respondidas pelos companheiros da mesa. Mas vejo com grande preocupação as coisas que estão acontecendo na sociedade brasileira, um certo vício eleitoral. O que é permitido e o que é proibido, em função das eleições. E, como a cada dois anos tem eleição, a cabeça das pessoas e das organizações sociais, salvo honrosas exceções, funciona de acordo com a questão eleitoral. Este é um problema que temos que enfrentar, ou seja, em que medida os setores sociais organizados acabam deixando a política só para os políticos. Se apossar da política é uma necessidade. Aí, eu concordo com a Alessandra, em relação a pouca participação dos professores. Isso é visível em qualquer greve ou manifestação e não deixa de ser um indicador de como são as coisas. Uma parte dos professores, inclusive, tem uma postura muito complicada, como é o caso destas fundações. Muitos deles, como é o caso de um ex-reitor da USP que foi ser reitor numa universidade privada, têm interesses bem mercantilistas. Isso é muito ruim e é o comportamento padrão de uma elite docente. Nesse ponto, cabe muito bem a minha afirmação anterior, de que não devemos defender a universidade enquanto museu.

Os professores de Ciências Sociais da USP chamam os estudantes que estão em greve a sair da greve. Então, este também é um demonstrador objetivo de como estão as coisas. Alguém da reitoria pediu para os professores pararem a greve, que em tese é boa para todos, porque pede mais professores para a FFLCH, e este grupo de docentes acatou a ordem. Tentaram acabar com um dos movimentos mais bonitos que a gente teve recentemente.

Os outros assuntos, como a autonomia da universidade e a expansão, particularmente no caso da Unesp, que envolve outras cidades, também têm um viés eleitoral. Porque são cidades com bases territoriais de deputados. Se o processo fosse sério, eles deveriam olhar os indicadores do próprio Fórum das Seis, que mostram a necessidade de expansão aqui, no centro nervoso, na Grande São Paulo, e colocariam esse tema antes de qualquer escolha. E o caso da Universidade do ABC, que já foi aprovada nesta Casa, que teve o consenso de vários prefeitos, vários partidos e está na gaveta do governador?

É grave, também, o caso das Fatec's. O pessoal da Zona Leste tem uma luta histórica para que lá não se instalasse um cadeião, e sim uma universidade. E o que fez o governo? Instalou ali somente uma Fatec

Agora, depois de muito debate sobre o Carandiru, o governo também já fala em instalar ali uma outra Fatec. Eles acham que, para os pobres, só se deve oferecer algumas poucas vagas de cursos técnicos e aligeirados.

É preciso colocar toda esta situação dentro de uma denúncia maior, dentro de um Brasil que não tem projeto de futuro. A resposta muito simples, que o MSU sempre dá, é de que não são os pobres que podem diminuir a qualidade da universidade. O que diminui a qualidade da universidade é o engenheiro formado na Poli sendo montador de celular, pois 88% dos equipamentos são importados. É a universidade deixar de se inserir numa lógica de ensino, de extensão e de pesquisa, para se dedicar a formar apertadores de parafusos para as multinacionais.

Geraldo Barbosa da Silva Júnior, aluno da Unesp de Assis

Gostaria de fazer um agradecimento, em primeiro lugar, principalmente aos professores da Adunesp, que nos ajudaram e trouxeram aqui.

Em Assis, nos deram uma grande ajuda. Mas eu também quero fazer um chamado, pois estou muito preocupado com as questões práticas a partir de agora, principalmente sobre como vamos levar esse debate de volta aos *campi*. É um chamado aos professores e funcionários para se unam a nós.

Os professores são uma categoria difícil de se unir, eu sei. Mas eu também acredito que o homem é capaz de fazer a sua própria história, transformar-se e mudar. E vocês, professores, também já foram alunos e podem compreender essa luta. E nós, alunos, somos professores em potencial. Então, temos que tirar um pouco dessa dicotomia que a sociedade coloca à nossa frente, fazendo com que acreditemos que não é possível mudar mais. Como disse o Sérgio, temos que chegar a uma universidade popular, temos que olhar a educação como um todo.

Clóvis da Silveira Júnior, aluno da Unesp de Assis

Quero reforçar um aspecto que foi abordado pelo deputado ontem, a respeito de sociedade e de socialização de informação. Acredito que a universidade tenha essa obrigação de extensão, pesquisa etc. A realidade de Assis é que existe uma desinformação quase que total da comunidade. Por exemplo, a prefeitura disponibilizou alguns imóveis para serem usados para a expansão. E o que acontece? A comunidade está tão desinformada e enganada por esse despotismo terrível, que se sente premiada pelos novos cursos que vêm chegando. Então, essa socialização pode partir de nós mesmos, em direção à comunidade. Mas isso é algo que não é feito. Na verdade, faço uma indagação e um chamamento para que o movimento não seja somente uma questão intelectual, mas que também passe a interagir com a sociedade. Que não nos fixemos simplesmente em reuniões fechadas, distantes da população. A sociedade tem nos cobrado isso.

Wilfred Rodrigues W. Parer, aluno da Fatec Americana e diretor da UEE

Em alguns momentos, o companheiro do MSU questionou o papel da Fatec, que estaria formando técnicos em vez de profissionais críticos. De fato, nós, tecnólogos, queremos nos colocar como indispensáveis para a formação da soberania nacional, para a formatação de uma tecnologia nacional.

A respeito do movimento estudantil, creio que a forma de nos organizarmos para obter a vitória é a unidade. Na greve de 2000, houve uma vitória muito grande dos estudantes, com a unidade da USP, Unesp, Unicamp e Fatec's de todo o estado. Fizemos grandes manifestações. E isso foi produto da unidade entre as diversas entidades representativas dos estudantes. Agora, temos que repetir isso, traçar uma pauta única dos estudantes das três universidades e das Fatec's, com datas únicas de mobilizações e uma política comum. Eu, como diretor da UEE, tenho acompanhado de perto a questão das Fatec's e coloco-me à disposição para fazer o debate. A luta é comum: em defesa da universidade pública. E, para salientar exemplos de vitórias em todo o mundo, quero citar a vitória dos estudantes da Universidade do México, há dois anos, que barraram um projeto avançado de privatização.

Jazon Silva de Souza, aluno da Unesp de Assis

A privatização e 'mercadologização' do ensino já estão ocorrendo. Dentro dessa questão da expansão dos cursos na Unesp, isso fica bem claro. Esses projetos, na verdade, entregam a universidade pública na mão das elites agrárias locais. Acho que isso não está muito claro aqui. Não se trata apenas de novos cursos e vagas, nem só de interesses eleitorais, mas também de um plano para deixar a universidade pública para a burguesia agrária local, que tem um projeto próprio de desenvolvimento. No projeto do Cruesp, há um trecho que deixa isso bem claro: "...com os cursos, será possível criar a possibilidade de agregação de valor para a produção agrícola regional, ou seja, de indispensável sustentabilidade para a industrialização da região, transformando a produção agrícola em bens de consumo mais rentáveis e a médio prazo...". Eu penso o seguinte: se a burguesia agrária local tem projeto de desenvolvimento, que ela banque isso com seus próprios recursos. Não é neoliberalismo? Que eles contratem técnicos para desenvolverem seus projetos, ao invés de utilizarem a universidade pública para a criação de cursos que terão toda uma base de pesquisa voltada aos interesses da iniciativa privada, não necessariamente voltados para os interesses da maioria da sociedade.

Milton Vieira do Prado Júnior

Em primeiro lugar, quero repudiar a ausência do reitor da Unesp e presidente do Cruesp nesta mesa. Ele demonstra não estar pronto a debater com a comunidade da Unesp. Temos que repudiar isso e deixar claro aos deputados dessa Casa que, quando os reitores vêm aqui, não o fazem em nome da comunidade da Unesp e das outras universidades. Eles vêm com um projeto debaixo do braço e, com certeza, com um futuro projeto político.

Como não estamos conseguindo fazer o debate com esses setores, o caminho que vejo é procurar barrar esse projeto institucionalmente. Se formos votar esse projeto internamente na Unesp, daqui a pouco vamos ter que nos vincular ao Movimento dos Sem-Universidade, pois não haverá mais Unesp. Não temos nenhuma garantia de verbas extras para a continuidade desse projeto na Unesp, ou seja, no futuro teremos que dividir as migalhas entre todos. Aí, estaremos com uma universidade de tipo 'frankstein', ou coisa parecida. A única solução, provavelmente, diante da existência de mais *campi*, com a Unesp 'valorizada', será a venda no mercado: a privatização final.

César Callegari

Quero fazer duas observações que me parecem importantes. Ouvi na manifestação de quase todos aqui uma preocupação sobre o caráter eleitoreiro ou político do papel do poder legislativo. Uma coisa precisa ficar bem clara: infelizmente, as preocupações com a questão educacional são muito pouco representadas no poder legislativo do Brasil inteiro, inclusive em São Paulo. Quando tenho contato com jovens estudantes, vejo a profunda aversão que as pessoas têm em relação ao processo político eleitoral e acho isso muito preocupante.

Falou-se, aqui, a respeito da Alca. São os deputados federais de SP, assim como dos demais estados, que vão votar os acordos que estão sendo construídos, nesse momento, sobre a Alca, inclusive com funcionários públicos patrocinados pelo governo brasileiro. E os deputados federais e senadores que serão eleitos é que vão votar isso. Como é que nós estamos nos preparando para criar compromissos com essas pessoas que vão assinar, em nome da sociedade, os acordos que podem condenar o Brasil a uma perene situação de dependência?

Enfim, eu queria deixar aqui dois ou três pontos que recortam todo esse problema da questão da expansão de vagas. Já falei muita coisa ontem e apenas vou reforçar. Primeiro: nós vamos viver um problema gravíssimo de financiamento na questão da educação no estado de SP e no Brasil, particularmente no nível superior. Esse problema já existe, mas pode ser agravado. É claro que nós esperamos que o Brasil reencontre um período de crescimento da economia, mas, se isso não acontecer logo, estaremos rapidamente sufocados. Presa a esta questão do financiamento, há uma questão política na pauta, que precisa ser discutida: vem aí uma reforma tributária. Estamos aqui debatendo as perspectivas e fazendo a crítica do modelo de expansão e tudo o mais, mas se vier uma reforma tributária que retire a base de sustentação do financiamento das universidades, pode ser o colapso de qualquer problema presente e de qualquer sonho futuro. Vejam, o ICMS, que hoje paga as contas das universidades públicas aqui no nosso estado, pode não existir a partir do ano que vem. Pode ser criado, no lugar dele, uma outra coisa, chamada de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), e a decisão sobre quem paga esse imposto e para onde ele é distribuído é uma questão política. É uma questão de queda de braço. Homens e mulheres de carne e osso, com suas diferentes concepções e ideologias, é que vão votar esse assunto. É por isso que chamo a atenção para o fato de que não é possível discutir nada, a longo prazo, sobre expansão de vagas e cursos, ou a própria existência da universidade, se não tivermos muita atenção para o problema do financiamento.

Outra questão é a reforma previdenciária. Nós sabemos que, hoje, um dos problemas graves de financiamento da universidade é que estão querendo colocar dois pés dentro de um mesmo sapato. Ou seja, duas funções distintas do Estado – a de manter e desenvolver o ensino superior público e a de garantir o pagamento das aposentadorias – estão sendo pagas unicamente pela primeira função. Logo mais, não haverá dinheiro nem para pagar as aposentadorias e, muito menos, para bancar a expansão das universidades públicas. Se tivermos a capacidade política de separar essas funções, teremos um acréscimo de 30 a 35% de recursos no curto prazo.

Acho que teremos embates importantes de agora para a frente. Por isso, faço um chamado tanto aos estudantes quanto às entidades de

professores e servidores aqui presentes. Acho que vale a pena arriscar um debate público, patrocinado por vocês, no início deste segundo semestre, a respeito das alternativas que temos aí. Um debate multipartidário e que traga para os vários segmentos da universidade quais são os programas dos candidatos a presidente da República para o ensino superior público. O mesmo vale para os candidatos ao governo de São Paulo. Essa seria uma grande contribuição ao debate.

Sérgio Custódio

'Nóis é burro, mas nóis não é trouxa'... A gente sabe que vai haver eleição no Brasil e que não é pouca a representação do ensino privado. Nada menos do que 138 deputados federais foram eleitos diretamente pelo dinheiro do ensino privado, que forma um grande e ativo lobby em Brasília. Não sei se a escola pública elege tanta gente. Acho que não. Então, por isso é muito importante ter gente como o Callegari aqui na Assembléia. É claro que a gente desconfia muito de tudo o que se faz só em função da eleição, daquele pessoal que só pensa 'naquilo'. Às vezes, rebaixa uma reivindicação ou uma luta porque tem uma agenda eleitoral a cumprir, porque não pode falar isso ou aquilo. É nesse sentido que vai a nossa crítica. Mas é inegável que é fundamental ter parlamentares comprometidos com a nossa luta. Precisamos eleger pessoas compromissadas com a defesa da educação.

Na questão da Fatec, o problema é que a lógica do governo de criar novas Fatec's não está dentro do raciocínio que o Wil defendeu aqui, de pensar a tecnologia para a soberania do país. No máximo, o raciocínio do governo pode ser encaixado nas necessidades do mercado de trabalho, ainda que não haja emprego para todos. Então, isso é um rebaixamento das expectativas populares, um rebaixamento da função do Estado, que vai na rebarba do ensino privado. Na Zona Leste, por exemplo, que tem quatro milhões de habitantes, que luta há mais de 20 anos por uma universidade, o governo simplesmente cria uma Fatec e deixa a grande maioria da população nas mãos do ensino privado.

Luiz Fernando da Silva

Concordo com a idéia de que, de fato, nos documentos que dão subsídios à proposta de expansão do Cruesp é possível verificar os desdobramentos com relação aos interesses políticos e econômicos locais, que submetem a lógica e a dinâmica destes *campi* avançados. Eu estava analisando matérias publicadas nos jornais Cruzeiro do Sul e Diário de Sorocaba, relacionadas à proposta de criação de cursos na região de Iperó, no caso a Engenharia Mecatrônica e a Engenharia Ambiental, propostos pela reitoria da Unesp. É interessante verificar, nestes jornais, como se apresenta a implantação destes cursos como fato consumado, faltando apenas solucionar problemas em relação ao local. Os vestibulares já seriam realizados neste ano. No entanto, ainda nem foi votada no Conselho Universitário a resolução se vai haver ou não a implantação desses *campi*, ou se seriam outros. Ou seja, há uma truculência na forma de abordar o assunto, criando uma expectativa junto às populações locais. Nestas regiões, inclusive, estão sendo criados movimentos, como "Universidade pública, já!", que vão capitaneando interesses da população local no sentido de ter uma universidade pública na região, o que é muito legítimo.

Um outro aspecto, que eu considero muito importante, é a proposta do Callegari de promovermos debates com os candidatos a presidente e a governador de São Paulo. E esse debate deve estar envolvido nos debates mais amplos, por exemplo: educação e dívida externa, educação e FMI, educação e Alca... ou seja, a universidade deve estimular o debate sobre tudo isso.

Sueli Guadelupe de Lima Mendonça

Quero discordar radicalmente da deputada Maria Lúcia Prandi. A visão que ela apresentou sobre os cursos de formação aligeirada de professores, nos convênios PEC/Formação Universitária e Pedagogia Cidadã, é exatamente aquilo que a reitoria e os elaboradores dos projetos têm nos dito. Na verdade, estes dois projetos, que começam pela formação de professores (e sempre é assim, pelo elo mais frágil), já são a implementação na prática dos cursos propostos pelo Cruesp. O primeiro foi por meio de convênio com a Secretaria Estadual da Educação e o segundo é convênio com as prefeituras municipais. Ou seja, estão desviando o dinheiro e a responsabilidade constitucional das prefeituras (ensino fundamental e educação infantil) para a formação de professores, que é ensino superior. E a leitura feita da LDB, com relação a isso, é equivocada. A LDB dá a brecha, sim, para a formação em serviço, só que o Cruesp e o governo optaram por oferecer uma licenciatura plena, pois o diploma que estes professores terão é o mesmo que o oferecido por um curso de nível superior de Pedagogia. E nos preocupa quando a presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa tem essa visão de um projeto como esse, que nós estamos denunciando. Essa já é, na prática, a implementação da política do Cruesp.

Antônio Luís de Andrade (Tato)

Ontem, discutimos dois pontos que são fundamentais: traçamos um diagnóstico sobre a situação do ensino superior público no estado de SP e falamos da questão dos investimentos necessários ao funcionamento das universidades estaduais paulistas. Hoje, estamos num segundo momento, no qual estamos debatendo quais são as tendências e as propostas que estão em curso dentro do estado de SP. É por isso que havíamos convidado o reitor da Unesp, para que fizesse uma explanação, bem como o secretário de Ciência e Tecnologia, para que nos mostrasse quais são as políticas que vem adotando no sentido da ampliação no Centro Paula Souza. Aliás, é preciso destacar que essas novas Fatec's estão sendo criadas sem que a decisão passe pelo Conselho Universitário da Unesp, o que deveria acontecer, devido ao vínculo. Mas isso não está acontecendo, numa clara ingerência da Secretaria de Ciência e Tecnologia dentro da Unesp.

Um terceiro ponto: como é que conseguiremos levar a discussão da defesa da universidade pública, de forma a envolver o conjunto dos movimentos organizados e atuando no seio da sociedade? Durante a greve de 2000, numa das reuniões do Fórum das Seis, apareceu uma proposta para que promovêssemos um grande debate com estas entidades (movimento dos docentes, dos estudantes, dos sem-terra, dos sem-teto, dos sem-universidade etc), para darmos um pontapé inicial. Hoje, esta idéia está mais válida do que nunca. Agora, às 15 horas, quando formos lançar o "SOS Universidade", este é um ponto fundamental. Outro ponto é que, diferentemente do que ocorreu em 1989, temos que colocar na pauta a necessidade de colocar o pé na estrada, ir nas cidades onde temos *campi* da Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza. Se não fizermos isso, corremos o risco de ser atropelados, porque os acordos que são feitos na calada da noite já estão definidos previamente. Estes acordos não respeitam os movimentos sociais se eles não estão nas ruas. Não adianta ocupar as galerias da Assembléia Legislativa se o movimento não estiver na rua.

Acho que a Comissão de Educação deveria promover duas novas atividades, convocando o reitor da Unesp e o secretário de Ciência e Tecnologia para debater a questão do financiamento e a questão da expansão da universidade pública.

Eduardo Galhardo, docente da Unesp em Assis, membro do Cade

A grande questão colocada aqui é a seguinte: expansão ou melhora da qualidade dos cursos existentes? Temos problemas sérios na contratação de docentes. Para quem não conhece, há um anuário estatístico da Unesp, recentemente publicado, mostrando que em 1995 tínhamos 3.500 professores na ativa; no ano de 2000, isso baixou para 3.000 professores. Há uma clara redução do quadro docente. Então, quando o deputado Callegari disse que a qualidade pode vir a diminuir, é preciso dizer que ela já diminuiu. Como membro do Conselho de Administração e Desenvolvimento da Unesp (Cade), vejo outras questões, além dos problemas relativos às aposentadorias, os chamados inativos. Temos, também, o financiamento dos hospitais universitários; o custo para cobrir a deficiência da saúde de quase um terço do estado de São Paulo, como acontece com o hospital de Botucatu, é de quase 30% do que sobra do custeio. Então, são muitas questões a serem discutidas.

Foi mencionada a proposta de Assis, que passou pela congregação local. Em 2001, saiu na Folha de S. Paulo que a Unesp estaria criando 10 novos cursos em Ilha Solteira, Franca, São Vicente etc. A comunidade caiu matando a direção, chamando-a de irresponsável, pois não havia levado em conta as necessidades de Assis. Essa proposta, que partiu da comunidade, é fruto de uma negociação e, recentemente, foi incorporada à Comissão de Desenvolvimento do Vale do Paranapanema, que reúne 18 municípios, e isso tomou uma dimensão interessante, pois é suprapartidário. O que eu acho interessante (apesar de não defender a proposta como um todo, pois acho que tem algumas falhas) é a discussão. É a primeira vez na história de todas as unidades do interior que a comunidade foi chamar a atenção da Unesp dizendo: 'vocês são conser-

vadores, não querem sair do seu gueto...". E isso chegou aos jornais.

Para concluir, quero propor que a Assembléia Legislativa solicite à universidade um maior esmiuçamento do orçamento e como é gasto, além de acompanhar todo esse processo de expansão, dando-lhe diretrizes. Isso criaria um foro, onde essa comunidade de Assis poderia expor e discutir democraticamente um projeto de expansão, sem perder a qualidade.

Alexandre dos Santos Lopes, aluno de Marília

Quero falar mais a respeito das formas de mobilização e de luta que podemos utilizar. Eu acho que as soluções não são imediatas, mas a luta é imediata. Nós temos aqui postos dois projetos de universidade. Um deles, proposto pelo Cruesp, é um projeto irresponsável, que não visa qualidade de ensino e tenta destruir o tripé na universidade. Então, minha pergunta, ao deputado Callegari, é como essa Casa pode contribuir na luta dos estudantes, docentes e funcionários, que é também de toda a população, já que é ela quem paga o ICMS que sustenta o ensino superior público em São Paulo.

Ciro Teixeira Correia

Acho que fica evidente na discussão feita aqui, e em outros momentos, que as propostas colocadas em pauta do ponto de vista oficial, do governo, do Cruesp, não contemplam minimamente as reais necessidades de expansão do ensino superior público no estado. Não contemplam a discussão sobre os recursos que são necessários para o ensino superior e para os demais níveis do ensino. Nós temos dito que estes recursos existem e que estão disponíveis na nossa economia e que é preciso que sejam arrecadados; e aí entramos na discussão colocada pelo Callegari, sobre a reforma tributária etc. Nesse sentido, o Fórum das Seis tem procurado cobrar do Cruesp que não sejam apresentadas a esta Casa e à sociedade propostas isoladas de expansão do ensino superior público. Estas propostas isoladas vão na contramão dos interesses coletivos e privilegiam interesses localizados e individuais.

Talvez, tenhamos a oportunidade de discutir um pouco esta questão com o Cruesp, porque temos um compromisso – e vamos cobrá-lo – de discutir a pauta completa do Fórum das Seis para esta data-base. Nesta pauta, os itens expansão, critérios de expansão, reposição de quadros têm destaque. Assim, faço uma pergunta ao deputado Callegari: pela primeira vez, os reitores dispuseram-se a assinar um documento conjuntamente com o Fórum das Seis, de apoio à PEC 14, de autoria do deputado, que prevê a incorporação na Constituição estadual do mínimo de 9,57% do ICMS. Tem havido um efetivo apoio do Cruesp na Assembléia para a aprovação da PEC?

César Callegari

Quanto à Emenda 14, resumindo, ela está 'trancada' aqui na Assembléia Legislativa. Há um impasse porque, claramente, a bancada do PSDB não quer que a PEC seja aprovada com a redação que tem, ou seja, de que o governo do estado tem a obrigação de aplicar, no mínimo, 9,57% dos recursos do ICMS nas universidades estaduais paulistas. O PSDB só aceita votar se for retirado o percentual da PEC, e que ele seja definido por uma lei complementar, a ser oferecida pelo governo estadual. Na semana passada, tivemos aqui uma reunião com os três reitores, chamada por iniciativa do deputado Walter Feldman, que durou três horas. Os reitores reafirmaram seu apoio à emenda na sua redação final, mas ouviram todas as objeções que os deputados do PSDB têm em relação a ela. Eu reafirmei que não participaria da construção de uma meia-sola, uma emenda constitucional que não protegeria coisa nenhuma, seria uma enganação. Colocar na emenda apenas que 'o estado obriga-se a dar recursos para as universidades' é chover no molhado, pois isto já está dito. O único sentido da emenda é estabelecer um patamar mínimo obrigatório, assim como acontece com a Fapesp, que é protegida neste sentido, pois tem a garantia de 1% das receitas tributárias do estado de SP. Naquela reunião, confesso que esperava uma reação mais agressiva dos reitores em relação aos deputados. Mas faço questão de reiterar que eles reafirmaram o seu pedido pela redação original da PEC.

Sérgio Custódio

Nas minhas considerações finais, quero chamar atenção de novo para aquilo que o MSU vem fazendo. Apenas retomando o exemplo dado da Zona Leste, é claro que é preferível ter lá uma Fatec do que um cadeião.

O Tato sugeriu que fizéssemos um encontro, para além do debate eleitoral, com os vários movimentos sociais. O MST, por exemplo, tem proposta de universidade, inclusive para a cidade de São Paulo. O momento em que estamos vivenciando a crise da FFLCH é propício para este tipo de iniciativa.

De nossa parte, temos tentado, junto com outras entidades, na cidade de São Paulo, levar este debate para o maior número de pessoas. Na maioria dos lugares é porta fechada, cara feia, não está na prioridade dos partidos, mas a gente tem ido aí. Agradeço a oportunidade de participar neste seminário e coloco o MSU à disposição da luta em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade para todos.

Luiz Fernando da Silva

Ressalto a necessidade de as formas de luta e de organização extrapolarem a articulação dos três segmentos dentro da universidade, saindo para dialogar com os diversos setores da sociedade, entidades sindicais e outros movimentos sociais. Parece-me que este é o caminho que foi apresentado nas várias falas e é por onde devemos trilhar, para discutirmos e barrarmos estas propostas que estão sendo apresentadas.

De outro lado, no momento em que discutimos a questão da expansão de vagas, fazemos a discussão da concepção de universidade. E essa discussão só pode se dar à medida que estamos discutindo projetos políticos para a sociedade, projetos de nação. Temos que avançar neste sentido. Muito obrigado aos debatedores e a todos os que compareceram a este seminário. A nossa luta está apenas começando.

Seminário terminou com lançamento do "SOS Universidade"

No segundo dia do *"Seminário sobre expansão do ensino superior público do estado de São Paulo"*, 18 de junho, aconteceu o ato de lançamento do Movimento Estadual em Defesa da Universidade Pública e Gratuita "SOS Universidade". Na mesa, estavam os professores Antonio Luís de Andrade (Tato), da Adunesp e do Fórum das Seis; Ciro Correia, da Adusp e coordenador do Fórum das Seis; Lisete Arelaro (representante da Anped); Denise Rykala, do Sinteps; Samantha Neves, do DCE-USP; Valber Monteiro, diretor de escolas públicas da UEE; Alexandre dos Santos Lopes, do comando de greve dos estudantes da Unesp de Marília; e os deputados César Callegari (PSB), Jamil Murad (PCdoB) e Maria Lúcia Prandi (PT).

O objetivo do "SOS Universidade" é fortalecer a luta em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza. A intenção é intensificar a mobilização no segundo semestre letivo, tomando como eixo a luta por uma modelo de expansão que contemple a qualidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com garantias de verbas por parte do governo.

Todos os oradores observaram a necessidade de expandir o debate, trazendo os movimentos sociais para a luta, como é o caso dos outros sindicatos, do Movimento dos Sem-Terra (MST), do Movimento dos Sem-Universidade (MSU), Andes, Fasubra e outros.

Entrevista

Entrevista

"Com certeza, toda a comunidade universitária se manifestou sobre o Projeto de Expansão Unesp" *

Entrevista com José Afonso Carrijo Andrade, Assessor Chefe de Relações Externas da Unesp

Adunesp: *Do ponto de vista institucional, como está a tramitação desta discussão nos órgãos colegiados da Universidade? A Reitoria já considera o projeto como aprovado? Se não, o que falta para que seja considerado aprovado?*

José Afonso Carrijo Andrade: O Reitor da Universidade Estadual Paulista, em fevereiro do corrente ano, encaminhou ao Conselho Universitário para análise, uma proposta de ampliação de vagas na Unesp, mediante a criação de novos *campi* e novos cursos de graduação. Em sessão extraordinária, de 27/02/2002, após demoradas discussões, o CO aprovou por unanimidade, quanto ao mérito, o "Programa de Expansão de vagas na Unesp", quer seja com a criação de novos *campi*, quer seja com o aumento de vagas nos *campi* já existentes, ressaltando que, neste último caso a ampliação de vagas obedeceria às tramitações estatutárias e regimentais da Universidade.

Nessa mesma oportunidade, por iniciativa do CO, criou-se um grupo de trabalho para, ao final de 120 dias, apresentar a este mesmo colegiado um estudo amplo e aprofundado sobre o tema.

Nesse contexto caberia ao Grupo de Trabalho apresentar sugestões ao CO sobre:

· as localidades onde serão criados os novos *campi* e em ordem de prioridade

· os possíveis cursos a serem criados

· levantamento dos estudos operacionais quanto ao investimento, custeio de pessoal, e reflexos, com vistas a garantir a qualidade do ensino, pesquisa e extensão

· indicadores de projetos pedagógicos.

Todos esses trabalhos foram realizados e deverão consubstanciar um relatório para ser apresentado ao CO que, em reunião extraordinária, apreciará, em definitivo, a implantação do Programa de Expansão.

Adunesp*: A comissão formada pelo CO vem desconsiderando os estudos já existentes sobre a expansão da Unesp, como por exemplo o que está sendo retomado pela Comissão de Expansão da CCG. Por que existem duas comissões paralelas estudando a expansão da Unesp, uma do CO e outra da CCG? Por que não foram unificadas?*

Carrijo*:* No primeiro semestre de 2001, o CO, em sua reunião ordinária, aprovou a criação de 13 novos cursos de graduação em várias unidades universitárias da Unesp, incluindo a criação do *campus* de São Vicente. Entendendo essa aprovação pelo CO como uma expansão, a CCG, em sua reunião de 24/09/2001, discutiu esse assunto e avocou a si o direito e o dever de apresentar uma proposta ao CO para definição dessa política. Em 18/02/2002, a CCG cria então uma comissão para estudar a ampliação de vagas na Unesp. Ocorre que, em 27/02/2002, o Reitor da Unesp fez uma representação ao CO, propondo a criação de sete novos *campi* e novos cursos na Unesp. Nessa mesma reunião, o Conselho Universitário houve por bem aprovar quanto ao mérito o Programa de Expansão de vagas na Unesp, seja em novos *campi*, seja nos *campi* já existentes. No caso dos *campi* já existentes o processo de expansão seria balizado pelas normas que sempre nortearam a solicitação de novos cursos. No caso da criação dos novos *campi* e novos cursos, o CO decidiu criar um Grupo de Trabalho paritário, cujos membros seriam indicados pelo CO, CEPE e Administração Central, para, no prazo máximo de 120 dias, como já mencionado, apresentar estudos aprofundados sobre o assunto. Em outras palavras, o CO constituiu uma comissão para estudar um caso específico, ou seja, a criação de novos *campi* e novos cursos, que utilizarão recursos extra-quota do ICMS.

Portanto, não vejo esse assunto como algo preocupante ou contraditório. Em nenhum momento houve desconsideração. Além do mais, as comissões estão em projetos completamentares: CGC com *campi* tradicionais e o CO com novos *campi*. Também penso ser normal a existência de uma terceira comissão para estudo de expansão universitária, como aquela nomeada pelo Cruesp e formada pelos Pró-reitores de Graduação da USP, Unesp e Unicamp.

Adunesp*: A condução da discussão sobre a expansão permitiu que a comunidade unespiana apresentasse suas aspirações? Quando foi dada a oportunidade para que as respectivas unidades universitárias se manifestassem sobre o assunto?*

Carrijo*:* Com relação ao Projeto de Expansão Unesp, podemos afirmar com certeza que toda a comunidade universitária se manifestou em pelo menos quatro momentos distintos. O primeiro foi durante o processo eleitoral para escolha do Reitor da Unesp. Durante esse período, o então candidato e atual reitor Dr. José Carlos Souza Trindade não só expôs essa idéia em plano de campanha, como também debateu publicamente o assunto com os demais candidatos. Um outro momento em que este projeto foi exposto à comunidade universitária ocorreu no segundo semestre de 2001, quando o Reitor submeteu seu Plano de Gestão ao Conselho Universitário. Em novembro de 2001, essa questão volta à tona quando o Cruesp discute na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em audiência pública, o projeto de expansão de vagas da Unesp com a criação de novos *campi* juntamente com a USP e Unicamp. Cabe lembrar ainda que nessa oportunidade estavam presentes representantes da Adunesp, do Fórum das 6, Adusp, Adunicamp, Fatec e Paula Souza, os quais participaram efetivamente

** Entrevista concedida no mês de julho/2002.*

do debate. Novamente, em 27/02/2002, o Reitor submeteu formalmente o Projeto de Expansão Unesp ao Conselho Universitário, principal órgão decisório e representativo da Unesp, cujos membros certamente verbalizaram o pensamento de seus representados ao aprovar por unanimidade o projeto. Tenho certeza, também, que esses representantes socializaram as decisões.

***Adunesp**: Quais são os campi que a Reitoria pretende implantar e como está o processo de discussão com as prefeituras?*

***Carrijo**:* Com a aprovação do relatório elaborado pelo grupo de trabalho criado pelo CO, serão implantados os seguintes *campi:* Registro (Curso de Agronomia), Rosana (Curso de Turismo com ênfase em Ecoturismo), Itapeva (Curso de Engenharia Industrial Madeireira), Sorocaba (Curso de Engenharia de Controle e Automação), Dracena (Curso de Zootecnia), Ourinhos (Curso de Geografia com ênfase em Climatologia), Tupã (Curso de Administração com ênfase em Agronegócios) e Iperó (Curso na Área Ambiental). Em relação às discussões com as prefeituras, há, sem exceção, um forte entusiasmo e interesse colaborativo, o que é também partilhado pela população local e regional. Todas as cidades presentes na representação do Reitor ao CO já disponibilizaram prédios para início imediato das aulas e aguardam apenas a aprovação daquele colegiado para assinarem os convênios inerentes ao Projeto de Parceria com a Unesp, nos quais há inclusive a proposta de doação de prédios e áreas com mais de 10.000 m^2 em regiões privilegiadas das cidades.

***Adunesp**: Em visita às cidades onde poderão existir os novos campi da Unesp, como pode ser constatado na imprensa local, o reitor tem indicado que tais campi já estão aprovados. No entanto, a decisão final ainda não foi tomada pelo CO. Neste caso, o colegiado máximo da Unesp não estaria sendo desrespeitado, bem como as cidades envolvidas?*

Carrijo**:* Esta colocação é uma inverdade e, em nenhum momento, o Reitor fez afirmações com este teor. Ele sempre enfatizou que o CO aprovou a ampliação ***quanto ao mérito e que havia nomeado uma comissão de estudos para apresentação do projeto pedagógico e que o assunto deveria retornar ao CO para aprovação definitiva . Inclusive todas essas afirmações foram filmadas e gravadas em suas respectivas cidades por ocasião das sessões públicas de assinatura dos Protocolos de Intenção do Projeto Pedagogia Cidadã. Essa iniciativa recebeu o imediato e vivaz apoio das comunidades, transformando rapidamente a proposta apresentada em atitudes cooperativas de ensejo à sua concreta efetivação. Como de outras vezes, o interior do estado tem se mobilizado e divulgado amplamente e até ansiosamente esse empreendimento nos seus veículos de comunicação local e regional. Se eventualmente algum jornal deu destaque e não mencionou aprovação do CO ***quanto ao mérito,*** isso deve ser creditado ao puro entusiasmo da comunidade local.

***Adunesp**: No projeto da Reitoria, como seria o funcionamento destes novos campi? Como se daria a participação das prefeituras? Elas arcariam com alguma parte no funcionamento do respectivo campus? Essa parceria com os municípios não estaria desviando o poder municipal da sua responsabilidade constitucional para com a educação, ou seja, ensino fundamental e oferta de educação infantil? Como se justificariam os gastos da prefeitura com o nível superior de ensino?*

***Carrijo**:* Conforme acertado previamente e, após a aprovação do Projeto de Expansão pelo CO, as prefeituras serão responsáveis pela disponibilização de imóveis adequados para as instalações (salas de aula, bibliotecas, laboratórios) onde irão funcionar os cursos. Além disso, caberá ainda às prefeituras a contratação de auxiliares de serviços (vigilantes, serventes etc.) que cuidarão dos prédios. Agora, atribuir à parceria Unesp/prefeituras um desvio nas responsabilidades constitucionais dos municípios em gastar recursos que deveriam ser gastos com a educação básica é, no mínimo, limitado. Não creio que nenhuma prefeitura possa ser criticada por querer para sua comunidade um ensino superior público de qualidade. No caso da educação não cabe a dicotomia "isso" ou "aquilo". É preciso e desejável o "isso" e "aquilo". Isto é não se pode economizar em educação. Não se trata de substituição, mas de acréscimo.

***Adunesp**: Como estes campi seriam bancados financeiramente nos anos seguintes à sua instalação, já que a verba conseguida junto à Assembléia Legislativa não prevê continuidade para os anos seguintes? O atual orçamento da Universidade seria suficiente para bancar os novos campi nos anos seguintes?*

***Carrijo**:* Temos no momento recursos já aprovados e em torno de R$36.552.000,00 e que são mais do que suficientes para cobrirem os gastos com docentes nos quatro primeiros anos. Esses recursos cobrem também todos os gastos com a instalação dos sete novos *campi* que estão sendo apresentados para julgamento no CO. Esses recursos já assegurados permitirão ainda que todas as bibliotecas e laboratórios didáticos necessários para garantir que o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade sejam implementados.

Dizer que a Assembléia Legislativa não prevê continuidade de recursos para o ano seguinte é mais uma compreensão equivocada das explicações dadas pela Reitoria em diversas oportunidades. Nesse sentido, através da iniciativa exclusiva dos deputados paulistas já temos assegurado para o ano que vem (2003) a emenda de nº 2444 ao Projeto de Lei já aprovado de nº 267/2002, que diz textualmente *"O poder executivo dará continuidade ao Projeto de Expansão de Ensino Superior Público em parceria com as Universidades Estaduais"* Com isso, estão garantidos os recursos para os sete novos *campi*. Reitero aqui o que já está registrado em ata do CO (27/02/2002) e que pode também ser visto acessando no Portal da Unesp (www.unesp.br) clicando o ícone Expansão Unesp, Notícias, onde constam as informações do discurso do Reitor. Lá fica claro que os recursos necessários para a viabilização, manutenção continuada desses *campi*, incluindo contratação de novos docentes, em momento algum serão retirados do orçamento da Unesp. Em outras palavras, para manutenção dessas unidades da Unesp, será consignada dotação orçamentária extra quota do ICMS.

***Adunesp**: Como se deu o processo de escolha destas cidades? Quais foram os critérios utilizados?*

***Carrijo**:* O grupo de trabalho nomeado pelo CO, e por força da decisão desse próprio Conselho, iniciou seus estudos considerando as cidades contempladas pela proposta do Reitor e os estudos realizados por uma equipe de trabalho coordenada pelo Profº Drº Antônio Manoel dos Santos Silva, que analisou cada uma dessas cidades e suas regiões de influência, com vistas a instalação de um novo *campus* da Unesp. Como critérios para escolha dessas cidades foram utilizados, entre outros, a identificação de regiões ou microregiões do estado carentes de ensino superior público e de qualidade; o interesse colaborativo do município em participar do Projeto de Parceria; a disponibilidade de prédios e/ou áreas para implantação de um *campus* da Unesp, a infra-estrutura urbana e o interesse das indústrias locais e regionais em atuar com parceria da Unesp em projetos futuros.

***Adunesp**: Há informações de que a Unesp pagou uma quantia de R$ 72 mil ao ex-reitor Antônio Manoel para a realização do estudo "Vertente Atlântica", que subsidia o atual projeto de expansão. Não seria o caso de uma licitação?*

***Carrijo**:* Não houve necessidade de licitação porque o trabalho foi desenvolvido por uma equipe de pesquisadores / especialistas, coordenada pelo Prof. Dr. Antonio Manoel, e não por uma empresa. O projeto denominado "Proposta de Elaboração de Atuação da Universidade Pública na Vertente Atlântica: Litoral Paulista e Vale do Ribeira" foi apresentado à Reitoria e aprovado quanto ao seu mérito, tendo sido desenvolvido em todas as fases no período de fevereiro a novembro de 2001. Cumpre informar também que trabalho desse porte não ficaria a um preço inferior a R$ 500.000,00 e não teria a garantia de qualidade do trabalho apresentado por profundos conhecedores da Unesp, como é o caso

do Prof. Dr. Antônio Manoel, ex-reitor desta Universidade e seus colaboradores, especialistas e docentes.

***Adunesp**: Como se daria a contratação de professores para estes novos campi? Seriam contratados em regime de dedicação exclusiva (RDIDP), levando-se em conta as necessidades do tripé ensino/pesquisa/extensão? Fala-se em contratação por CLT; isto está definido?*
***Carrijo**:* Especificamente com relação ao Regime de Trabalho, também como sugestão ao CO, está sendo proposta contratação inicial no Regime CLT. O que está claro para todos os partícipes (Uneps, prefeituras e governo) é que ao final dos quatro primeiros anos de sua existência esses *campi* estarão atuando vigorosamente no ensino, pesquisa e extensão.

***Adunesp**: Caso haja a previsão de trabalho de docentes que já estão na Unesp nesses novos campi, eles ganhariam somente diária ou teriam algum tipo de complementação salarial? Se for complementação salarial, não estaria a própria Unesp pagando duas vezes pelo mesmo contrato? Tal fato não traria prejuízo às atividades de ensino/pesquisa/extensão desenvolvidas por este docente em seu campus de origem?*
***Carrijo**:* Além dos professores contratados para atuarem em tempo integral nesses *campi*, eventuais professores de apoio pertencentes aos quadros de Unesp poderão colaborar, com o recebimento de diárias e/ou ajuda de custos, sempre nos termos da legislação em vigor.

***Adunesp**: Em 2002, a Reitoria da Unesp negou a contratação de 189 docentes em RDIDP, devidamente aprovada nos colegiados competentes, alegando falta de recursos. Com a escassez de recursos e docentes, como é possível contar com a colaboração de professores para esse tipo de expansão, sem estrangular ainda mais a vida de cada campus?*
***Carrijo**:* Efetivamente a Unesp não possui no momento as condições para contratar os 189 docentes em RDIDP, solicitados pelas suas várias unidades, por falta de previsão orçamentária nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, e conforme já mencionado nas várias respostas anteriores, os recursos necessários para docentes que irão ministrar cursos nos novos *campi* não virão dos recursos orçamentários tradicionais da Unesp e sim do governo estadual, através de suplementação orçamentária extraquota 9,57 % do ICMS.

***Adunesp**: O projeto inicial do Cruesp, discutido em audiência pública na Assembléia Legislativa de SP, no final de 2001, previa que a maior parte das novas vagas viria através de cursos seqüenciais. Esta proposta ainda é vigente? Se sim, o senhor considera que um curso seqüencial é capaz de garantir a qualidade da formação do aluno?*
***Carrijo**:* O projeto do Cruesp, ainda vigente, proposto para ser completado em cinco anos, previa a ampliação de 3000 vagas em cursos regulares de graduação e 1500 novas vagas no formato de cursos seqüenciais. O atual projeto da Unesp não contempla cursos seqüenciais. Mas, essa discussão certamente deverá ser retomada, visto que a LDB prevê essa modalidade de curso, que teve um crescimento de 300 % nas universidades particulares. Isso merece no mínimo uma reflexão por parte da comunidade e das universidades públicas e a Unesp certamente não se furtará a essa discussão.

***Adunesp**: Como está sendo discutida essa expansão no Cruesp? Há acordo entre os reitores so bre isso? Por que a USP e a Unicamp não estão propondo novos campi?*
***Carrijo**:* Esse assunto está no âmbito de cada uma das universidades e, no segundo semestre deste ano, por ocasião da elaboração do orçamento programa do estado, o assunto deverá retomar à pauta do Cruesp, após definição dos respectivos Conselhos Universitários.

***Adunesp**: Como o senhor vê as críticas de que a Reitoria da Unesp, ao procurar implementar este projeto, estaria seguindo as necessidades da agenda do governo estadual, na contramão da autonomia universitária?*
***Carrijo**:* O próprio Conselho de Reitores propôs formalmente em 19/01/2002 iniciar estudos com o intuito de expandir as vagas das Universidades Públicas Paulistas, aproveitando a sua capacidade já instalada. Estabeleceu-se como meta a necessidade de superar o índice inferior a 10% de vagas oferecidas pelo sistema público de ensino superior, de eliminar a perversa barreira de atendimento a apenas 5,8% dos inscritos nos vestibulares das três universidades, e de elevar o índice de 16% de nossos universitários em instituições públicas. A não concretização dessas metas, aliada à expansão do ensino médio, torna possível prever uma piora sem precedente neste quadro. Se mantivermos a situação atual, em pouco tempo nossa participação percentual cairia ainda mais e ficaria até difícil defender a existência da Universidade Pública, em virtude de estarmos atendendo a minoria de 1% da população estudantil universitária e consumindo (as três universidades públicas) 10,57 % do orçamento geral do estado de São Paulo (incluindo o 1% da Fapesp). Pensando apenas estas razões, entre dezenas de outras, temos a certeza de estar sim defendendo a autonomia universitária e ao mesmo tempo prestando contas à sociedade que mantém a Universidade.

***Adunesp**: Os estudantes da Unesp deflagraram greves e manifestações em vários campi, reivindicando contratação imediata de docentes em RDIDP para os cursos regulares existentes e melhorias na assistência estudantil (moradia, bolsas, restaurante universitário etc). Os estudantes consideram contraditório a Reitoria propor novos campi e cursos e, ao mesmo tempo, alegar falta de verbas para atender essas reivindicações. Como o senhor vê isso?*
***Carrijo**:* Acredito sinceramente que as manifestações estudantis não ocorreram por conta do Programa de Expansão, até porque nossos estudantes não possuem informações necessárias para fazerem um juízo sobre isto. Eles ainda não se organizaram para eleger seus representantes no Conselho Universitário onde receberiam as informações oficiais e as razões desse programa de expansão. Entretanto, a ampliação dos programas assistenciais, nesta gestão, é claramente visível e de fácil constatação nos diversos *campi*.

***Adunesp**: Como o senhor vê as críticas dos estudantes do curso de Relações Internacionais (RI), de Franca, de que o curso foi criado sem a infra-estrutura necessária?*
***Carrijo**:* Transcrevemos na íntegra a manifestação do responsável pelo curso em questão, Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi:
"Quando se fala em implantação de curso novo devemos pensar, inicialmente, em termo de viabilidade, oportunidade, necessidade e suficiência e, diante disso, não podemos aguardar que todas as condições para isso sejam um dado "a priori". Portanto, seria uma postura meramente ideal pensar que podemos ter todas as condições satisfeitas anteriormente à realização de qualquer ato da administração. Do ponto de vista das propostas feitas pelos alunos do curso de Relações Internacionais de Franca, cujo pleito se restringe à contratação de professores, à disponibilidade de salas de aulas, ao aparelhamento da biblioteca e à ampliação do restaurante universitário/moradia estudantil, é nossa obrigação informar que todos esses itens foram previstos na proposta pedagógica de implantação do curso, indicada, justificada e elaborada pela comunidade acadêmica do *campus* de Franca e para a qual houve tramitação e aprovação nos órgãos competentes e superiores da universidade. Devemos adiantar que temos tratado essas questões em caráter de prioridade e, em que pesem os problemas de contratação agudecidos pelo ano eleitoral, informamos que já foram autorizadas a contratação de quatro docentes, e a transferência de mais um docente proveniente de Bauru e estamos transferindo outro de Jaboticabal. São, portanto, seis novos professores.

Do ponto de vista das instalações, temos priorizado a montagem de laboratórios didáticos e Franca está sendo contemplada com dois laboratórios compostos por 40 mi-

cro computadores, ambientes de aprendizagem compostos por televisores, videocassetes, data-shows e bancadas de trabalho, podendo ser utilizados por duas classes simultaneamente. Quanto ao aparelhamento da biblioteca com livros e periódicos específicos da área, devemos enfatizar que não só a Reitoria, como os funcionários da biblioteca de Franca e a administração central de bibliotecas, têm priorizado a aquisição de acervo para cursos novos.

Finalmente, sabemos que há ainda uma série de medidas a serem implementadas, como abertura de campo de estágio profissionalizante, consolidação das áreas de interesse profissional e estabelecimento de convênios com instituições de formação na área no Brasil e no exterior para os quais os alunos sequer ainda perceberam a amplitude e que estão sendo providenciados pela Coordenação do Curso em conjunto com a Arex. Podemos concluir que a iniciativa de implantação do curso de Relações Internacionais em Franca está sendo consolidada com obstinação e destemor e a Universidade em todas as suas instâncias só tem a ganhar com a formação desses novos profissionais pois trata-se de um campo profissional em expansão, não só no Brasil como no mundo."

Adunesp*: Nos novos campi, estaria assegurada uma infra-estrutura similar à dos campi já existentes, em termos de biblioteca, laboratórios etc?*

Carrijo*:* Esta pergunta já foi amplamente respondida nas questões anteriores.

Em foco

Em foco

Precariedade em várias unidades espelha as contradições da expansão imposta pela atual Reitoria

"A Unesp rege-se pelos princípios de liberdade de pensamento e de expressão, de desenvolvimento crítico e reflexivo, com o objetivo permanente de criação e de transmissão do saber e da cultura, devendo:
I – Criar, preservar, organizar e transmitir o saber e a cultura por meio do ensino, da pesquisa e da extensão; (...)."

Trecho do estatuto da Unesp

Os docentes e servidores das universidades estaduais paulistas tiveram uma importante e poderosa aliada na data-base 2002: a mobilização dos estudantes. Através de ocupações, protestos e paralisações que chegaram a durar mais de três meses, como no caso da FFLCH/USP, e de diversas unidades da Unesp (Marília, Assis, Bauru, IA e outros), eles colocaram na rua as reivindicações mais sentidas da comunidade acadêmica.

Pedindo uma solução para o problema da moradia estudantil, os alunos do IA deram o pontapé inicial na luta estudantil na Unesp. Eles ocuparam por quase dois meses a unidade, entre abril e maio deste ano. No dia 21 de abril, durante uma reunião do Conselho das Entidades Estudantis da Unesp (CEEU), representantes de 30 entidades de quase todos os *campi* aprovaram um plano para expandir a luta do IA. Em Marília, a ocupação deu origem a uma forte greve, que envolveu os cursos de Ciências Sociais, Biblioteconomia, Filosofia e Pedagogia. A discussão baseava-se na falta de professores e na defasagem de bolsas de assistência estudantil, devido ao grande número de estudantes de baixa renda no campus, que têm dificuldade de custear os estudos. Além da contratação de professores em RDIDP e da concessão de 149 bolsas PAE, a pauta da greve trazia os seguintes pontos: não ao plano de expansão do Cruesp; construção imediata de um restaurante universitário e não cobrança de taxas nos cursos de extensão.

"Com esta política irresponsável de não contratar professores em regime de dedicação exclusiva, o senhor reitor obriga-nos a aceitar docentes substitutos, muitas vezes alunos de primeiro ano de mestrado. Como eles não são contratados para fazer pesquisa e orientar alunos, é claro que a qualidade do ensino acaba caindo", critica Alexandre dos Santos Lopes, ex-coordenador geral do Centro Acadêmico de Ciências Sociais "Olga Benário Prestes" e membro do comando de greve.

A greve em Marília rompeu os muros da Universidade. Apoiados por docentes e servidores, os estudantes fizeram várias atividades na cidade, como aulas públicas em praças, passeatas, manifestações na Câmara Municipal, entre outras.

Alexandre, de Marília (acima), e Alan, do IA: movimento estudantil ativo na Unesp

Em Assis, também em conjunto com professores e funcionários, a greve começou forte entre os estudantes. Em assembléia dos três segmentos, realizada em 10 de junho, deliberou-se que a paralisação teria como bandeiras centrais o reajuste de 16% de reajuste salarial; a contratação de professores (em RDIDP) e de servidores; uma discussão mais democrática a respeito da expansão de cursos e vagas na Unesp; além de itens ligados à assistência estudantil: construção do novo bloco de moradia, em caráter de urgência; manutenção e melhoria do RU; ambulatório médico e xerox.

Durante o período de greve, que durou até o fim do semestre letivo, o campus manteve-se mobilizado, realizando atividades dentro da unidade, como palestras, ocupações e eventos culturais, e junto à comunidade, com a divulgação à imprensa, cartas abertas e passeatas. "A nossa luta não vai parar por aqui", diz Luiz Carlos Zardini Luz, do Centro Acadêmico de Psicologia de Assis. "Vamos disseminar a mobilização nos *campi* e transformar a nossa Universidade."

Fragilidade anunciada

O número de vagas oferecidas no campus de Franca em 2002 cresceu 20% com o curso de Relações Internacionais, saltando de 400 para 500. Curso novo... velhos problemas.

"O que mais nos tira o sono é pensar que, se com 100 alunos a mais, já virou esse caos, imagine com 200, 300 ou 400...", arrepia-se a aluna Janaína Correa da Silva, projetando o cenário dos próximos anos. Ela cita a falta de professores e de infra-estrutura estudantil, que se verifica no apertado espaço no restaurante universitário, nas poucas vagas na moradia estudantil, na escassez de bolsas PAE etc.

Janaína acredita que a falta de estrutura para receber os novos alunos acaba levando a uma elitização maior da instituição. "Sem bolsas, moradia e alimentação acessíveis, uma parte considerável não terá condições de estudar", pondera. A aluna também elenca problemas com a biblioteca, que não está equipada para atender aos novos alunos.

São Vicente, que teve seu primeiro curso – Biologia Marítima – iniciado em 2002, encontra-se em situação ainda mais difícil. "Estamos muito receosos em relação à abertura de novos *campi* na Unesp, uma vez que em São Vicente, que é um campus novo, aberto esse ano, nós sofremos muito, principalmente com o problema referente ao corpo docente", preocupa-se o aluno Rafael Riani Costa Perinotto. "Até onde sabemos, será adotado o mesmo 'método' de professores

itinerantes nestes novos *campi*", diz ele, referindo-se à ausência de um quadro de professores fixos no curso. "Além de propiciar um ensino de qualidade discutível, isso dificulta muito a realização de trabalhos de pesquisa e extensão dentro do campus, interferindo no que deveria ser realmente uma universidade pública, constituída sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão."

"Ninguém seria louco de afirmar que é contra a expansão de vagas nas universidades publicas, já que isso faz parte da nossa luta cotidiana", acrescenta Alan Livan, diretor de relações externas do Diretório Acadêmico Manoel Bandeira, do IA, lembrando que as reivindicações de mais professores e ampliação da assistência estudantil já são históricas no movimento. "Infelizmente, a expansão do Cruesp não é nada disso, é uma mentira. Significa dinheiro público, tão necessário, sendo jogado pela janela na construção de pseudos *campi*, sem contratação de professores, sem extensão, sem pesquisa, sem assistência estudantil. Trata-se de um teste com o nosso dinheiro, sem garantia nenhuma de dar certo." Ele reforça que está em jogo a definição de uma política de conjunto para o ensino superior público paulista, que tende a nortear toda a organização da universidade, do ponto de vista de seus trabalhadores, de seu financiamento, das condições de trabalho etc. Alan destaca que a comunidade acadêmica quer expansão, sim, mas de verdade, com garantia de qualidade.

A presença dos estudantes foi marcante em todas as atividades da campanha salarial deste ano. Na foto, manifestação em frente à Reitoria da Unesp, em 16 de maio

Carta dos alunos de Assis

No início de julho, os estudantes de Assis produziram um estudo sobre a evolução do número de alunos, professores e servidores na Unesp nos últimos anos. O documento, entregue ao vice-reitor, professor Paulo César Razuk, aponta ainda o esvaziamento da assistência estudantil. *Abaixo, reproduzimos alguns trechos:*

"(...) Foco de resistências outrora, alvo de adesão, agora, não por desejo de quem a constrói cotidianamente - alunos, docentes, funcionários – vemos o risco eminente desta Universidade ruir diante de um processo de desvalorização de seu patrimônio humano, cultural e material, determinada por uma política de privatizações.

Os últimos anos têm sido cruciais para este processo de deterioração. De acordo com o Anuário Estatístico da Universidade Estadual Paulista – UNESP, de 2001, seguem-se os dados abaixo.

Em 1990, esta Universidade contava com um **corpo discente** (graduação e pós-graduação) de 19.750 alunos e em 2000 este número sobe para 32.017.

Em contrapartida, com relação aos **docentes**, em 1990 a Unesp contava com 3.171 professores em RDIDP e no ano de 2000, este número cai para 2.899.

É também neste período que se acentuou o processo de aposentadorias, - chegando a 1.000 docentes inativos no ano de 2000 – desguarnecendo diversos cursos desta Universidade, uma vez que as substituições marcam um movimento decrescente.

A este quadro se acrescenta a tendência da atual política desta Universidade na contratação de docentes em Regime de Turno Completo (RTC). (...)

(...) De acordo com a mesma fonte, o número **funcionários técnico-administrativos** em 1990 era de 7.353 e em 2000 cai para 7.156. Esta evidente defasagem vem se refletindo em diversas dificuldades administrativas nos campi.

Este cenário, inegavelmente, aponta para a desqualificação desta Universidade, na medida em que, sob tais circunstâncias se inviabilizam a produção de conhecimentos relevantes (através da pesquisa), o atendimento às reais necessidades da comunidade (através dos serviços de extensão) e a formação de quadros profissionais críticos e competentes (através do ensino).

Reconhecendo-se que as condições sociais e econômicas vêm inviabilizando o acesso ao ensino superior para a grande maioria da população brasileira, e considerando-se que é papel da Universidade pública, mantida pela sociedade, envidar todos os seus esforços para possibilitar tal acesso, torna-se fundamental apontar, também, o atual quadro da **assistência estudantil** na Unesp.

No que se refere à **moradia**, apesar do crescimento significativo de alunos matriculados na Universidade, entre os anos de 1999 e 2000 verificou-se o aumento de apenas 91 vagas em moradia estudantil (prédios próprios e imóveis alugados). A despeito deste aumento, no ano de 2000 existiam 883 vagas ocupadas por 1040 alunos, o que significa um total de 157 alunos morando em condições precárias e insalubres. Há casos em que cerca de seis alunos ocupam quartos apropriados para três pessoas, obrigando alguns alunos a dormirem no chão no decorrer de seu ano letivo; mesmo assim, deve ser lembrada a existência de listas de espera.

(...)

Queremos, sim, uma Universidade pública que possa atender à imensa maioria da população. Contudo, queremos uma universidade da qual todos nós possamos nos orgulhar, tal qual em suas origens.

(...)

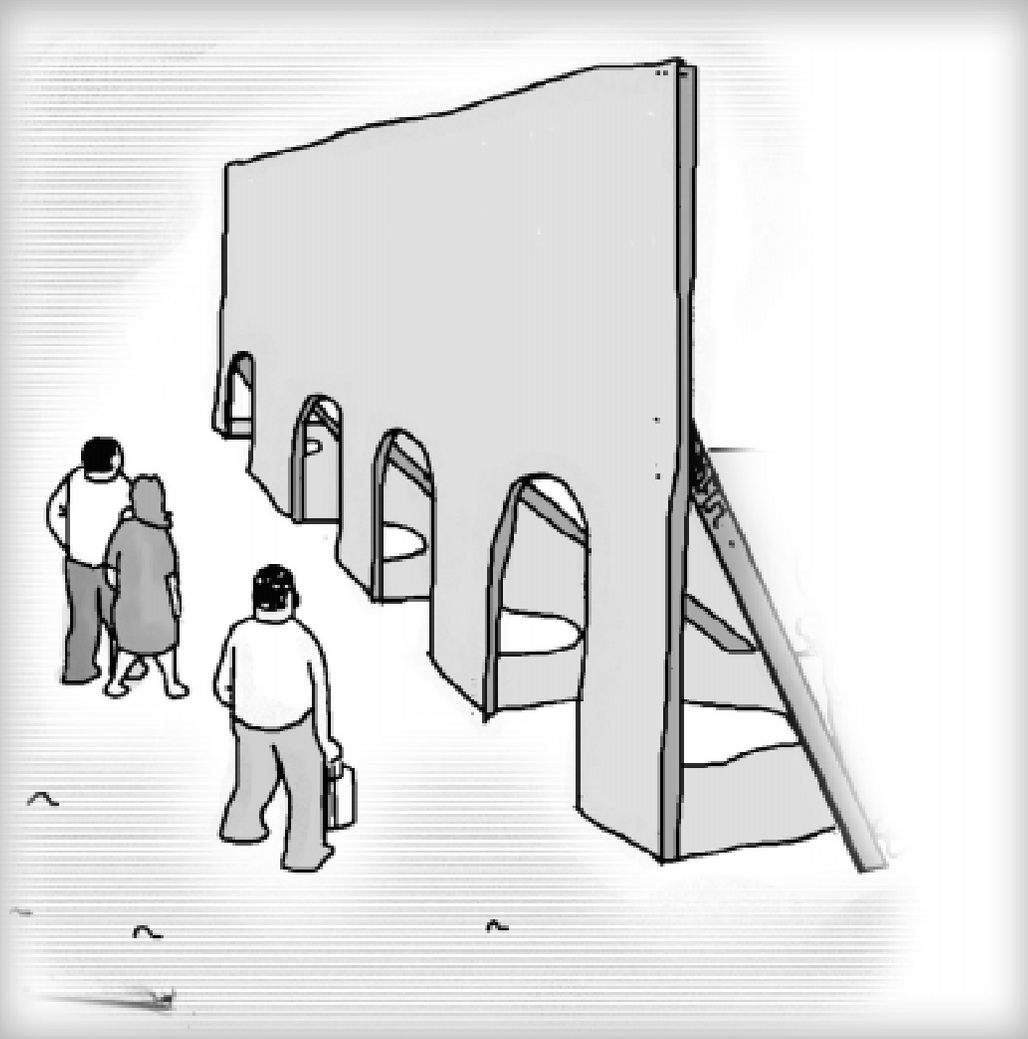
Não permitiremos que o *ideal da interiorização* que originou esta Universidade seja substituído por uma política expansionista leviana que nos levará - inexoravelmente – ao descumprimento de seus próprios objetivos, uma vez que retira dos cidadãos seu direito a uma educação de qualidade, e à promoção do aligeiramento na formação de quadros profissionais e de pesquisadores.

Se um dos argumentos para tal *expansionismo* se pauta pelo crescimento da iniciativa privada no ensino superior, cabe aos dirigentes das universidades públicas do estado de São Paulo, empenharem-se para que se ampliem os recursos públicos que garantam a qualidade do ensino superior em vez de promoverem seu esfacelamento. (...)

Alunos da Faculdade de Ciências e Letras de Assis."

Manifesto

Manifesto



À comunidade unespiana

Manifesto da Adunesp sobre a expansão de vagas

A Adunesp-Seção Sindical vem manifestar suas preocupações e temores decorrentes da forma como a Reitoria e algumas autoridades universitárias vêm tratando e conduzindo a questão da expansão da Unesp. Infelizmente, desse processo sai ferida de forma mortal a autonomia de nossa Universidade. Lamentavelmente, alguns dos representantes da comunidade e das autoridades universitárias (diretores, representantes em órgãos colegiados centrais, pró-reitores, assessores, reitor e vice-reitor) estão se fazendo alçar à condição de algozes da nossa história de luta pela autonomia e capitulando face às pressões e a ingerência do governo estadual e prefeitos municipais, inclusive atentando contra a democracia acadêmica, ao irem avante a qualquer preço, não se importando com as conseqüências e os custos de suas atitudes para o futuro da nossa Universidade.

O que mais nos surpreende é a forma como campeia dentro da Universidade, entre alguns docentes, funcionários e alunos, formas degradantes de "servidão voluntária": a submissão frente às imposições da Reitoria e dos "chefetes" de plantão. Tristes sombras de lembranças dos tempos da ditadura, jocosamente apelidada pelo Pasquim de "República das Bananas". Estão sepultando a Universidade e seu futuro sob o manto das negociatas feitas na calada da noite, em acordos firmados a portas fechadas.

O mais grave é que a adesão e o consentimento têm como objeto de troca e pressão dar às nossas unidades universitárias aquilo que lhes é legítimo por natureza e direito: respeito, autonomia, dignidade, viabilizando recursos, obras, contratação de pessoal, bolsas de estudo, programas de saúde dos trabalhadores e estudantes, dentre outras. O que mais deixa perplexos aqueles que ainda crêem na Universidade e num conjunto de princípios éticos, que até recentemente orientaram a Unesp e ainda são a estrela guia de muitos, é o aviltante silêncio daqueles que deveriam denunciar publicamente essas falcatruas e a troca de favores e interesses.

O projeto de expansão de vagas proposto pela Reitoria da Unesp vem sendo implementado de forma desrespeitosa e em detrimento dos interesses da comunidade acadêmica, assim como fere a autonomia da nossa Universidade.

O Sindicato, assim como a maior parte da comunidade acadêmica e da sociedade, é favorável à expansão de vagas nas universidades públicas, como forma de universalizar a educação superior pública e de boa qualidade.

A proposta apresentada pela Reitoria da Unesp, ao nosso ver, condena de forma inequívoca o ensino superior público a um destino duvidoso e pantanoso. Não será através de uma proposta de expansão claramente eleitoreira e meramente quantitativa, com precários cuidados sobre a vida financeira e orçamentária, de médio e longo prazo, para o conjunto da Universidade, além do claro descaso acadêmico, pedagógico e científico, que daremos uma resposta real e permanente para a sociedade, sobre a questão da expansão de vagas, unidades e cursos. Podemos perceber que a desinformação ou meias verdades, informações truncadas e deliberadamente sacanas têm permitido que se aprofunde, mas sem revelar de modo contundente, uma outra concepção de Universidade; A UNIVERSIDADE OPERACIONAL (Chauí, 1999). Tais práticas procuraram evitar que ocorresse, de fato, na comunidade unespiana, um debate franco e verdadeiro, unidade por unidade, congregação por congregação, em todos os órgãos colegiados, com os deputados estaduais, com a sociedade. O que fatalmente revelaria o hiato existente entre a proposta de expansão e os reais interesses da comunidade universitária.

> *"Não será através de uma proposta de expansão eleitoreira e quantitativa, com precários cuidados sobre a vida financeira e orçamentária, além do claro descaso acadêmico, pedagógico e científico, que daremos uma resposta real para a sociedade."*

Aliás, há um ponto de honra na histórica luta pela UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE: todos têm direito ao ensino público, gratuito e, principalmente, de qualidade. O que não podemos afirmar que está garantido na proposta da Reitoria da Unesp. O comprometimento da qualidade poderá ocorrer por razões de ordem financeira, administrativa, pedagógica e política, não apenas para as novas unidades que poderão ser criadas, mas para o conjunto da Universidade o que, com certeza, terá repercussões e afetará, praticamente, todas as unidades hoje existentes.

Por exemplo, todos os que defendem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não a identificam na proposta do atual "projeto de expansão" de vagas que está sendo apresentado. Diga-se, de passagem, que critérios acadêmicos, científicos, pedagógicos, administrativos e de apoio à comunidade acadêmica foram adotados pelas outras duas universidades paulistas (USP e Unicamp). Na USP, Sônia Penin, Pró-Reitora de Graduação, fez questão de frisar que a expansão naquela Universidade será dentro das unidades já existentes e que a única possibilidade de criação de novos *campi* se reduz a Cubatão e Carandiru, além de uma futura incorporação da Faenquil, principalmente pelo que ela representa em termos de equipe, estrutura e pesquisas em química fina. Segundo informações publicadas no Jornal da USP, de 1º a 7 de julho de 2002, pág. 3, as novas vagas e novos cursos passam por uma avaliação econômica e acadêmica, antes de serem aprovados.

Ainda segundo ela, um curso em fase de avaliação passa por uma série de critérios para ser aprovado. Entre esses critérios, estão: inovações acadêmicas, evolução no número de alunos de graduação e pós-graduação, evasão, demanda da Fuvest, evolução do quadro docente, carga didática dos docentes, qualidade da pesquisa, períodos do curso (diurno ou noturno), empregabilidade dos alunos, experiência avaliada pela formação de alunos, licenciatura, gastos com pessoal técnico e administrativo, exigência de infra-estrutura de apoio aos alunos (moradia, alimentação e saúde) e investimentos em geral.

Gostaríamos de chamar a atenção para os cuidados que estão sendo tomados nas outras duas universidades paulistas para a ampliação de novos cursos e vagas em unidades já existentes. Lamentavelmente, no relatório em discussão no CO do dia 14 de agosto de 2002, precisamos fazer um esforço quase sobre-humano e forçar demais a razão para

localizarmos alguns desses critérios.

Será que pretendemos dar à sociedade paulista cursos e estruturas de qualidade duvidosa, mas não se quer que ela saiba disso? Que os alunos que irão ingressar nessas novas unidades terão no prospecto do vestibular a informação de que seus cursos poderão ser fechados por denúncia de contrato e que eles correm o risco de serem transferidos, compulsoriamente, para outras localidades se quiserem concluir seus cursos? Que não haverá de fato ensino/pesquisa e extensão? Que seus professores não oferecerão aulas regulares, mas módulos, nem acompanhamento e orientação continuada?

A seguir, apresentamos um conjunto de ponderações e elementos que devem ser avaliados criticamente pelos conselheiros e pela comunidade universitária.:

· A base deste "projeto" são as chamadas "unidades diferenciadas" (*sic*) que reforçam a visão operacional e mercadológica do ensino superior, consolidado em cursos modulares por serem relativamente mais baratos, mas que de fato engambelam uma fatia da população que anseia por mais vagas no ensino superior público. Aliás, é bom que se ressalte que o "projeto" da Reitoria está em consonância com a política educacional do governo federal e estadual, em relação aos rumos do ensino no país. Juntamente com órgãos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio e BIRD. Por exemplo, o governo federal participou de reuniões que visam transformar o ensino (não só o superior) em mercadoria. Forças da oposição estão denunciando e solicitarão ao governo que não seja signatário desse acordo que destruirá o ensino público e gratuito em nosso país. Pode-se dizer que a proposta de expansão de vagas da Reitoria da Unesp dá um passo à frente nessa destruição. Estamos informados e esclarecidos suficientemente sobre as conseqüências e implicações para a Unesp como um todo, da adoção das unidades diferenciadas, para darmos um voto consciente e esclarecido para a criação das novas unidades universitárias? Será esta uma questão irrelevante para a Universidade? Cremos que não!

· Além de criar um modelo de unidade não previsto no estatuto da Unesp, a proposta de administração destes novos *campi* fere a autonomia universitária no que tange à contratação de funcionários e suas relações com a Universidade, bem como põe em risco o futuro dos cursos, na medida que a sua continuidade depende de contratos firmados com prefeituras locais. A continuidade dos cursos e, portanto, a sua conclusão para aqueles que os iniciarem, fica assim submetida ao léu dos ventos políticos das administrações municipais e estaduais. Teremos coragem de, simplesmente, pegarmos nossas trouxas e irmos embora para casa? Onde ficarão nosso compromisso acadêmico e nossa responsabilidade social? Cremos que, mais uma vez, seremos obrigados a dividir o cobertor de nosso já curto orçamento, pessoal e custeio, com as novas unidades e, fatalmente, comprometer nossas unidades e cursos já existentes. Um golpe baixo e inadmissível contra nossa comunidade, hoje e no futuro.

· As universidades estaduais paulistas caracterizam-se pelo padrão de qualidade, historicamente conquistado graças ao esforço de docentes, funcionários e estudantes na construção do conhecimento e no desenvolvimento de suas pesquisas e não pelo oferecimento de cursos pretensamente mais baratos, administrativamente mais enxutos e sob o tacão da administração central da Universidade.

· Quanto às questões de ordem econômico-financeira, sabe-se que o nosso cobertor já está curto e que as previsões não são nada promissoras ou otimistas, segundo a APLO, e, mesmo assim, a Reitoria da Unesp insiste na criação de novos *campi*. Mesmo com a dotação suplementar desse e do próximo ano, os recursos serão suficientes para essa empreitada irresponsável que o Reitor e muita gente, dentro e fora da Universidade, querem empurrar para a Unesp? Quais são as projeções de médio e longo prazo para cada unidade? Quais são as garantias de financiamento regular das prefeituras e do governo do estado para essas unidades? Apenas o da conveniência política, muitas vezes conjuntural, como nesse ano. Por que não utilizarmos esses recursos para os novos cursos já aprovados ou que vierem a ser aprovados nas unidades já existentes, na consolidação daqueles que foram criados o ano passado e que se iniciaram nesse ano?

· Quanto aos problemas de ordem acadêmica e didático-pedagógicas: os professores virão de unidades de fora e só para dar aulas; as contratações serão efetuadas em CLT – o que fere a constituição – e em RTC. Como os cursos serão modulares, não haverá iniciação científica e pesquisa. A concentração de carga excessiva de conteúdo tem sérios reflexos sobre a fixação e a construção do conhecimento, acarretando o comprometimento da formação dos alunos. A situação se torna mais crítica e desesperadora na medida em que, na prática, não haverá atendimento aos alunos para esclarecimentos, dúvidas, orientação de estudos etc. Além da constatação destes problemas em um campus já existente – de São Vicente – os outros que estão sendo propostos trazem outras incertezas: os convênios com as prefeituras municipais e a possibilidade de rescisão do contrato por parte das prefeituras por questões, políticas, financeiras, o que pesará permanentemente na cabeça dos alunos, funcionários e professores contratados pela Unesp.

· Em caso de não termos mais as dotações orçamentárias suficientes e necessárias ao funcionamento das novas unidades e cursos, o que acontecerá com os alunos, funcionários e professores? Funcionários e professores serão demitidos, mas, e os alunos? Cadê o compromisso com a democratização do acesso e da função social da Universidade com a região e a comunidade local, que investiu recursos da prefeitura por dois, três ou quatro anos naquela unidade? Simplesmente, pegamos as malas e vamos embora, fechamos as portas? Isso é um crime contra o bem público e deveria ser passível de cadeia para aquelas autoridades que, consciente e deliberadamente, foram responsáveis ou coniventes com essas ações.

· Outra questão relativa aos estudantes: a Unesp terá, para os alunos das unidades que fecharem suas portas e encerrarem suas atividades no município, condições econômicas, técnicas, pedagógicas e acadêmicas para atendê-los? Se forem em número significativo da cidade e região, estaremos criando um embaraço terrível para aqueles que terão que deixar a casa de seus pais e parentes para se mudarem para outras regiões do estado onde existam os mesmos cursos. Isso se quiserem concluir seus cursos universitários. Mesmo assim, como sobreviverão se forem pobres ou arrimos de família, se não tiverem condições econômicas para se sustentar fora da sua localidade de origem? Os senhores conselheiros, diretores, pró-reitores, funcionários, diretores, simplesmente lavarão as mãos, dizendo que esse não é um problema seu ou da Universidade? Não devem se esquecer que hoje e muito menos para daqui um ou dois anos, os estudantes de uma unidade que teve suas atividades encerradas não estão previstos como alunos regulares nas outras unidades universitárias. Parece-nos que seria muita irresponsabilidade deixar essa herança para os "outros".

· Caso sejam transferidos para outras unidades, como está previsto no projeto, qual será o impacto do remanejamento/transferência desses alunos dos novos *campi* sobre o funcionamento das unidades para onde foram compulsoriamente alocados? E, mais, para concluírem seus cursos, teremos condição de mudar a grade curricular e os programas de ensino aprovados pelas congregações e conselhos de curso, para implementar uma nova, em função dos alunos transferidos? Teremos salas, espaço e organização do acervo novo nas bibliotecas, laboratórios, quadros técnico-administrativos e docentes em número suficiente para atender a demanda que estava em outra localidade, num outro espaço e com uma outra estrutura?

Existe em nossa comunidade um número considerável de docentes e funcionári-

os que ainda orientam sua vida acadêmica e pessoal pautados em princípios éticos dignos: conclamamos estas pessoas a se unirem a nós para a construção e implementação de uma expansão séria e conseqüente da Unesp e que garanta nossa Universidade enquanto um coletivo universitário de qualidade e em situação de igualdade com as maiores e melhores universidades do país.

A Unesp está em risco e, com ela, 26 anos de trabalho para construí-la e torná-la respeitável. Conclamamos nossa comunidade, nas congregações de cada campus, os diretores de nossas unidades, os representantes eleitos, para darmos um basta a essa situação que vem sendo criada autoritária e atabalhoadamente pela Reitoria. Precisamos recolocar a autonomia de nossa Universidade em lugar de destaque, libertá-la das imposições e imposturas que atentam contra a democracia interna e a função social da nossa COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA. Omitirmo-nos sobre essa questão, nesse momento, significa capitulação e cumplicidade. Não vamos ficar calados diante do bárbaro crime que está sendo arquitetado contra a nossa Universidade, contra a educação pública superior brasileira e contra a população paulista.

A Adunesp, sintonizada com os anseios da ampla maioria da comunidade acadêmica e da sociedade, propõe:

1) Que se faça uma inversão de pauta e primeiro se aprove o segundo Item desta na reunião extraordinária do CO.

2) Que o atual projeto seja discutido, mas não se delibere sobre ele, nem mesmo a título de votar o seu mérito e que ele, bem como todos os estudos e pareceres a ele referentes, sejam enviados ao CEPE para manifestação desse colegiado central, a exemplo do que ocorreu na CCG.

3) O atual projeto deverá ser encaminhado para todos os professores e às congregações para análise e debate. Na próxima reunião ordinária do CO, deverá ser apresentado um cronograma de atividades a serem realizadas em todas as unidades, com prazos e critérios de avaliação precisos e que contem com a participação das entidades estudantis, servidores e professores (DCE, Sintunesp e Adunesp). Num segundo momento, os relatórios seriam enviados para sistematização e compilação das alterações e novas propostas. Desse relatório, nasceria uma versão de proposta da comunidade universitária que seria apreciada no CEPE, CADE, CCG e, finalmente, no CO.

4) Ao invés de concentrarmos esforços nas dotações extra-orçamentárias, insistir na elevação da dotação orçamentária exclusiva para a Unesp, de 0,2% na quota parte do ICMS, perfazendo um total de pelo menos 9,77% para as estaduais paulistas. Essa dotação exclusiva estaria vinculada e um projeto de melhoria dos cursos regulares de graduação já existentes e a uma política de expansão de curto e médio prazo. Essa expansão faria parte de um planejamento plurianual, inicialmente de cinco anos, para novas unidades e cursos. Nesse quesito da dotação de 0,2%, nosso orçamento seria mandatário. Este planejamento deverá possuir os estudos básicos dos novos cursos e unidades, bem como o cronograma de liberação dos recursos, também contratação de servidores – docentes e técnico-administrativos. Nessa programação, deverá constar obrigatoriamente o cronograma da instalação e ampliação, ano a ano, dos laboratórios, salas de aula e de estudos, bibliotecas, uma programação consistente de aquisição de livros e revistas, contratação docente em RDIDP, bolsas de iniciação científica e pesquisa, assistência estudantil. Poderíamos partir da idéia de iniciar a expansão com o modelo de campus avançado. Este seria monitorado e tutorado por uma unidade universitária próxima e contaria com o apoio de outras unidades; seria ainda supervisionado pelo CEPE, CCG e CADE, contaria com uma estrutura mínima de pessoal técnico administrativo para operar na unidade.

> *"Há um ponto de honra na histórica luta pela UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE: todos têm direito ao ensino público, gratuito e, principalmente, de qualidade."*

5) Poderíamos trabalhar a questão financeira, pois, está claro, ela pode pesar a nosso favor. Face às incertezas das receitas, tanto as municipais, quanto as estaduais e federais não regulares, mas extra-orçamentárias, estaríamos expostos e sem condições de garantir o funcionamento das novas unidades e cursos a elas ligados. Afinal, não temos nenhuma garantia de perenidade que nos dê segurança para entrar numa proposta de expansão nesses moldes. Entendemos que a questão possui uma relevância política ímpar, principalmente se soubermos dar a devida cobertura a ela, Por exemplo, poderíamos solicitar uma reunião ampliada do CO, que deveria contar com a presença dos líderes das bancadas dos deputados. Uma reunião com nossos conselheiros, para debater a expansão, seria uma iniciativa esclarecedora e importante para nossa estratégia de tornar realmente pública essa questão. Numa outra sessão, contar com a presença do Movimento dos Sem-Universidade (MSU), Movimento dos Sem-Educação (MSE), Central dos Movimentos Populares (CMP), Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Fórum de Prefeitos. Poderíamos nos articular para fazer pressão, inclusive, pela aprovação da PEC 14, quando estivéssemos com o deputados estaduais.

Mais uma vez, a Adunesp reitera sua disposição na construção de fato de uma UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA, DEMOCRÁTICA, LAICA, DE QUALIDADE E SOCIALMENTE REFERENCIADA.

São Paulo, 9 de agosto de 2002.

Artigos

Artigos

Expansão do sistema estadual público de ensino superior e como o Centro Paula Souza nele se insere

Por Sílvia Elena de Lima*

"O sistema estadual público de ensino superior contribui atualmente com pouco mais de 10% das matrículas nesse nível de ensino e necessita de rápida e significativa expansão". Esta afirmação é o ponto de partida para justificar as alternativas de expansão propostas pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), apresentadas no início do segundo semestre de 2001. O Cruesp propõe: 1) incremento da expansão nas universidades; 2) criação de novos *campi*; 3) criação de cursos seqüenciais e básicos; 4) apoio aos cursos profissionalizantes de nível superior; 5) formação de professores para o ensino básico e 6) utilização de novas tecnologias.

Pela proposta, o Ceeteps – Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza", autarquia de regime especial associada e vinculada à Unesp, será o responsável pela implementação das alternativas 3 e 4, o que é, no mínimo, uma ofensa ao potencial de ensino público de qualidade que o Centro é capaz de desenvolver.

A atual estrutura do Ceeteps contempla 14 Faculdades de Tecnologia e 100 Escolas Técnicas, onde são formados profissionais para o parque industrial, setor agropecuário e de serviços. Estas unidades estão distribuídas por 83 municípios do Estado e, em muitos deles, a única ação de educação pública está a cargo das Faculdades de Tecnologia ou das Escolas Técnicas do Centro Paula Souza.

O Ceeteps, ao longo de seus 30 anos, alcançou reconhecimento nacional face à inquestionável qualidade dos cursos oferecidos. A proposta pedagógica baseada no modelo universitário, com desenvolvimento de pesquisa e realização de extensão de serviços à comunidade, inclusive nas Escolas Técnicas, certamente foi decisiva na diferenciação do Ceeteps das demais instituições do mesmo gênero. Tal modelo foi implantado em função do vínculo com a Unesp e se manteve até o final de 1997.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1996, criou uma modalidade específica de ensino, a Educação Profissional (Cap. 3, artigos 39 a 42). A regulamentação deste capítulo ocorreu em abril de 1997, através do decreto 2.208. Assim, o Ceeteps deixou de ministrar o ensino técnico (modalidade até então inserida no ensino médio) e o ensino tecnológico (modalidade até então inserida no ensino superior), para oferecer a educação profissional. Apesar de parecer apenas uma mudança de nomenclatura, a filosofia da educação profissional é mercantilista: vagas são abertas e fechadas ao sabor do mercado; a formação do aluno é superficial, aligeirada e de qualidade questionável, pois o conteúdo das disciplinas profissionalizantes é muito reduzido. Por não se situar em qualquer dos níveis de ensino, a educação profissional transformou-se num ensino suplementar ou complementar, sem identidade.

A proposta do Cruesp vem reforçar os prejuízos já contabilizados pela comunidade do Ceeteps e pela sociedade paulista. O espaço ocioso existente nas Escolas Técnicas, mencionado pelo Cruesp em seu relatório, é fruto da reforma imposta pelo decreto 2.208/97. Utilizá-lo para cursos seqüenciais e básicos, como propõe o Cruesp, determinará o fim de qualquer expectativa do Ceeteps voltar a oferecer vagas públicas de qualidade.

As reformas impostas pelo Decreto 2.208/97

É preciso destacar que, para regulamentar o Capítulo da Educação Profissional da LDB, a primeira iniciativa do governo federal foi enviar ao Congresso Nacional o projeto de lei 1.603/96. As discussões em audiências públicas, seminários e encontros, dos quais participaram educadores, especialistas, estudantes, profissionais da área e sindicalistas, fizeram com que o governo perdesse o debate, pois as argumentações contra o projeto foram muito mais consistentes do que as apresentadas pelo MEC e pela SEMTEC em sua defesa. Assim, o governo "democraticamente" retirou o projeto da Câmara dos Deputados e editou o Decreto 2.208/97, uma versão piorada do PL 1.603/96, e que hoje "organiza" a educação profissional em todo o país.

O decreto especifica a abrangência da educação profissional em três níveis de ensino: básico, técnico e tecnológico.

O nível básico é uma modalidade de educação não formal destinada à qualificação e à requalificação básicas de trabalhadores, independente de escolaridade prévia. Tem duração variável e pode ser ministrada em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

O nível técnico, estruturado por áreas e setores da economia, e oferecido na forma de módulos com caráter de terminalidade para efeito de qualificação profissional, é destinado a alunos matriculados ou egressos de cursos de nível médio, ministrado de forma concomitante ou seqüencial a este. Os currículos são organizados a partir de perfil de competências necessárias à atividade requerida.

O nível tecnológico compreende cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos de cursos médio e técnico e estruturados para atender os diversos setores da economia. A exemplo do proposto no decreto para o nível técnico, também esse nível de ensino é estruturado por áreas e setores da economia, oferecido na forma de módulos com caráter de terminalidade para efeito de qualificação profissional e com currículos organizados a partir de perfil de competências necessárias à atividade requerida.

Para todos os níveis, ao final de cada módulo cursado, serão conferidos certificados de qualificação e, através de exames, serão expedidos certificados de competência para fins de reconhecimento de estudos e dispensa dos mesmos nos respectivos cursos.

A possibilidade de conferir certificados de competências aos trabalhadores, em função dos conhecimentos adquiridos, tanto no ambiente de trabalho como em outras experiências, de caráter educativo ou não, tende a instituir o analfabetismo no país, pois as pessoas não escolarizadas serão desestimuladas a buscar maiores conhecimentos, além daqueles empíricos que o seu cotidiano lhes conferiu, para sentir-se inserido no mercado de trabalho que, por sua vez, não oferece condições de ingresso a esse pseudo-profissional.

O caso específico do Ceeteps

Somente é possível ao Cruesp pensar em utilizar o Ceeteps para concretizar a idéia de expansão através de cursos seqüenciais e básicos que, em conjunto com a "utilização de novas tecnologias", são o carro-chefe da expansão em termos numéricos, em virtude do desmonte provocado pela aplicação do decreto 2.208/97 nas escolas técnicas industriais, agrícolas e de serviços. Existem, segundo o próprio relatório do Cruesp, 30 mil vagas ociosas. O que o Cruesp não diz é que a "ociosidade" é resultado da imposição das seguintes mudanças:

- Cursos foram fechados; os currículos foram reduzidos e um grande número de professores foi demitido;
- A partir de 1998, no período matutino, as escolas somente podem oferecer ensino médio e a quantidade de vagas foi reduzida de 27.000 para pouco mais de 8.000;
- No período vespertino, as escolas somente podem oferecer o ensino profissional de nível técnico para alunos matriculados na segunda série do ensino médio, o que obviamente reduziu a demanda pela conseqüente redução do público alvo;
- Nesta mesma época, a duração do curso de nível técnico foi reduzida para três semestres e separada da educação formal de nível médio;
- A oferta de vagas passou a ser semestral para o ensino profissional de nível técnico e continuou a ser anual para o ensino médio.

A partir destas transformações, 16 unidades do Ceeteps deixaram de oferecer ensino médio, o que, além de causar um grande impacto negativo nas respectivas cidades do interior paulista, já carentes dessa modalidade de ensino público, tornou as escolas ociosas no período da manhã, coagindo as comunidades locais a realizarem convênios com a iniciativa privada para a ocupação daqueles espaços, propiciando alguma renda para as unidades que recebem do governo valores insignificantes para custeio.

Outro resultado da implantação das reformas nas escolas técnicas do Ceeteps foi a dificuldade no preenchimento de vagas do "novo ensino técnico". A população paulista, acostumada com a tradição e qualidade dos cursos técnicos oferecidos em suas escolas há mais de 25 anos, não absorveu bem as mudanças ocorridas. No ano de implantação das reformas, 50 unidades tiveram problemas para conseguir preencher as vagas oferecidas e sete delas tiveram matrícula ZERO. Fatos inéditos na história do ensino técnico paulista.

Além de, gradativamente, aumentar o número de salas ociosas, a reforma implantada vem também descaracterizando algumas unidades, principalmente as agrícolas, pela inserção de habilitações alheias ao objetivo destas unidades, como enfermagem, turismo e contabilidade. O fechamento dos alojamentos e a falta de oferta de ensino médio também são outros fatores agravantes da crise nas escolas agrícolas, pois, para o aluno da zona rural, a dupla jornada escolar é muito mais penosa do que para o da zona urbana.

A miscelânea de alunos de faixas etárias diversas, de conhecimentos heterogêneos, de expectativas conflitantes, com permanência prejudicada em função dos módulos e ainda submetidos à dupla jornada escolar pela concomitância, tem trazido mais problemas pedagógicos do que soluções profissionais.

A falta de estabelecimento de uma política educacional consistente é sentida pelos alunos. Não há material didático específico, não há certeza dos conteúdos dos currículos determinados pelos parâmetros curriculares nacionais, o que deixa os docentes também sem muita confiança no trabalho que vêm realizando com estes jovens.

A análise dos fatos leva a crer que o mesmo desmonte ocorrerá com as Faculdades de Tecnologia, para as quais a lógica das reformas pode ser assim resumida: os cursos seqüenciais e básicos propostos pelo Cruesp para o Ceeteps implementar, na verdade são os cursos modulares que o Ceeteps quer oferecer e são os cursos pós-médios que a SEMTEC orienta fazer.Segundo o MEC, com o rápido crescimento do número de alunos cursando e concluindo o curso médio e com as constantes mudanças verificadas no mundo do trabalho, aumenta a demanda pela oferta de educação pós-média, superior ou não. Neste contexto, surge a reforma da educação profissional de nível tecnológico, onde estão alojados os cursos de tecnologia.Para atender as novas diretrizes curriculares, que prevêem a redução dos cursos, os mesmos serão estruturados em módulos, disciplinas, projetos ou outras atividades educacionais, com base em competências, elaborados a partir de necessidades oriundas do mundo do trabalho, devendo cada modalidade referir-se a uma ou mais áreas profissionais.

Na mesma linha de pensamento, a organização do ensino tecnológico, prevista inicialmente pelo Ceeteps para ser implementada no início de 2002, é baseada na estruturação de cursos em módulos de formação básica, caracterizado por conhecimentos de caráter geral; de formação tecnológica profissionalizante, caracterizado por conhecimentos necessários ao domínio de uma determinada área tecnológica e de formação tecnológica específica, caracterizado por ênfases dentro de cada área tecnológica.

A modularização do ensino tecnológico já começou

A Fatec Ourinhos, que é uma extensão da Fatec São Paulo, realizou no dia 25/08/02 o primeiro vestibular para os cursos modulares de tecnologia. Os currículos dos cursos são organizados por módulos. O Módulo I, com duração de 720 horas, conduz à Certificação Profissional de Instrutor de Informática.

O Módulo II, com duração variável, possibilita diferentes certificações profissionais: Administrador de Bancos de Dados (1044 horas); Administrador de Redes Locais (1044 horas) ou Programador (900 horas).

As três certificações profissionais do Módulo II são abertas a todos os interessados, independentemente de estarem vinculados à Fatec; a condição para obtenção das certificações é apresentação do certificado de Instrutor de Informática (Módulo I), que, por sua vez, é obtido sem freqüência mínima, apenas com aprovação no exame de certificação de competência.

Com as três certificações do Módulo II e 75% de presença em cada disciplina dos Módulos I e II obtém-se o Diploma em Projeto de Sistemas de Informações (1800 horas), que tem validade por 5 anos. Com este diploma o aluno pode candidatar-se a um dos cursos conducentes à titulação:

a) Tecnologia em Projeto de Sistemas de Informações (2196 horas);
b) Licenciatura em Sistemas e Tecnologias de Informações (2520 horas);
c) Análise de Sistemas e Tecnologias da Informação (3060 horas).

Segundo o Diretor Superintendente do Ceeteps, o curso da Fatec Ourinhos "não se propõe apenas a conceder um título de graduação" e "foi desenvolvido com o propósito de propiciar aos alunos a oportunidade de se inserir no mercado de trabalho mesmo antes de terminar o curso superior".

No nosso entendimento, a modularização propõe a destruição do curso superior de tecnologia, desenvolvido há anos pelas Faculdades de Tecnologia do Ceeteps. É um curso fragmentado e empobrecido, que distancia cada vez mais os cursos de tecnologia da graduação, da pesquisa e da extensão de serviços à comunidade.

É exatamente o que pretende a expansão de vagas do Cruesp para o Ceeteps com os cursos seqüenciais e básicos. Os atuais cursos de tecnologia, que são de graduação, passarão a ser seqüenciais, modalidade de cursos superiores que não são de graduação. O relatório do Cruesp deixa claro:

"As instituições públicas de ensino superior, que se encarregarão dos cursos seqüenciais e básicos, poderão ser as Fatec's (Faculdades de Tecnologia) do Centro de Ensino Tecnológico Paula Souza (Ceeteps) ..."

"É proposta a implantação desses cursos nos espaços disponíveis nas Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) pertencentes ao sistema Paula Souza, o que representa mais de 30.000 matrículas, em cursos de dois anos."

"Esta proposta altera significativamente a participação pública, com custo aluno bastante menor, e pode ser feita de forma modular."

"Mais tarde, o sistema poderia transformar-se em Centro Universitário (instituição de ensino superior que não necessita dedicar-se à pesquisa e dispensa a autorização prévia para a criação de cursos)."

Por estas afirmações, contidas no relatório do Cruesp, temos a resposta de como o Ceeteps está inserido na expansão de vagas: de forma subalterna e para encher as estatísticas do governo, e não para um projeto de educação tecnológica de qualidade para o estado de São Paulo. Não é esta a expansão que defendemos.

A sociedade paulista deve repudiar qualquer proposta de expansão de vagas que não seja de qualidade. O primeiro movimento de repúdio já surtiu algum efeito, pois as novas Faculdades de Tecnologia criadas recentemente ainda oferecem cursos tradicionais de graduação na área tecnológica. Não fossem a mobilização e o repúdio da comunidade e da sociedade, todas elas estariam oferecendo cursos modulares como os da Fatec Ourinhos.

Para a abertura destas novas unidades foram destinados apenas R$ 4.300.000,00. Além de ser um valor irrisório para implantação de cinco faculdades de tecnologia, ainda há o agravante de não haver previsão de suplementação orçamentária para a sua manutenção. Como o orçamento do Ceeteps já está muito aquém das necessidades, impossibilitando qualquer tipo de investimento e provocando um insustentável arrocho salarial dos trabalhadores, entendemos estes cursos como um estelionato educacional; uma solução rápida para atender apenas a demanda eleitoral e não efetivamente uma proposta de expansão do sistema público estadual paulista de ensino superior.

A nossa reação deve ser contínua e a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, mais do que nunca, nossa maior bandeira de luta.

Expansão sim, porém, com qualidade, sem jamais dissociar o indissociável: o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade.

** Sílvia Elena de Lima é diretora do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, o Sinteps*

Quanto custa uma boa universidade pública?

Por Otaviano Helene *

A necessidade de expansão do ensino público superior no Brasil, em geral, e em São Paulo, em particular, é cada vez mais urgente. Coerentemente com suas lutas históricas, várias entidades e associações (sindicais, estudantis, científicas, populares etc) têm intensificado suas discussões, estudos e campanhas sobre a questão, conseguindo alguma repercussão junto a organismos responsáveis pela política educacional no país. Infelizmente, essas repercussões têm sido insuficientes para que algo concreto e significativo seja conseguido, o que nos obriga a intensificar mais e mais nossas campanhas e a sensibilizar setores que poderiam ser beneficiados por essa expansão, como os estudantes secundaristas e cidades e regiões abandonadas pelo setor público. Além disso, devemos apresentar o problema de forma clara para conseguir sensibilizar a opinião pública de que essa expansão é viável e trará enormes benefícios culturais, sociais e econômicos para o estado de São Paulo, bem como para todo o país.

Com vista a colecionar alguns fatos relevantes para a discussão, estima-se aqui o custo do ensino superior público e verifica-se se esse custo é ou não condizente com as possibilidades econômicas do estado de São Paulo. Para tal, vamos tomar como referência os custos de um estudante na USP, uma das melhores instituições de ensino superior do país, e a produção econômica de São Paulo.

Como estimar

As universidades públicas são responsáveis não apenas pelo ensino superior em nível de graduação, como também pelo ensino de pós-graduação, por pesquisas científicas e tecnológicas e por diversos programas de extensão e prestação de serviços à comunidade. Assim, a estimativa do custo de um estudante pode variar significativamente segundo algumas hipóteses de trabalho.

Um ponto, entretanto, é necessário considerar. As universidades públicas paulistas, entre elas a USP, são responsáveis pelo pagamento das aposentadorias de seus antigos docentes e parte de seus antigos funcionários. As universidades podem e devem continuar pagando seus aposentados; entretanto, apenas para questão de contabilidade social, esses pagamentos devem ser classificados como despesas previdenciárias, e não educacionais. Isso é necessário tanto para que possamos comparar nossa situação com a de diversos países[1] ou com o custo do ensino privado (cujas aposentadorias são pagas por outros órgãos e não pelas instituições mantenedoras).

Para avaliar a conseqüência de diferentes metodologias, foram feitas duas estimativas diferentes do custo de um estudante universitário.

Em uma das estimativas subtraiu-se, unidade a unidade, os gastos referentes a despesas previdenciárias. A seguir, distribuiu-se as despesas não classificadas (como com hospitais, museus, administração central, atendimento aos estudantes, entre outras) pelas várias unidades na proporção do número de alunos de cada uma delas. Finalmente, as despesas do Instituto de Ciências Biomédicas e do Instituto Oceanográfico, que em 1999, ano que se tomou como referência, não tinham cursos de graduação, foram distribuídas pelas unidades que mais usufruem dos serviços dessas unidades na proporção do número total (graduação e pós) de alunos de cada uma delas. O custo assim apurado foi então dividido pelo número total de estudantes de graduação e pós-graduação e aparece na coluna A da tabela a seguir[2].

Há diversas despesas feitas pela USP, assim como por outras universidades públicas, que não correspondem total e exclusivamente a atividades de ensino ou pesquisa. Exemplo são os atendimentos hospitalares desvinculados das atividades estudantis, despesas judiciais, projetos especiais, estações de rádio, museus, entre outras. Estimando metade das despesas hospitalares como sendo de atendimento, somando-se os projetos especiais e as sentenças judiciais, e ainda metade das despesas dos institutos especializados e dos museus, chegamos a um valor de aproximadamente 15% do orçamento da USP. Assim, numa segunda estimativa, tomaram-se os valores anteriores menos 15%. Esses custos aparecem na coluna B da tabela.

Há grandes diferenças entre os custos por aluno de unidades que se dedicam às mesmas áreas que não podem ser atribuídas à qualidade do ensino e da pesquisa. Por exemplo, o custo médio por estudante de engenharia no campus de São Carlos é cerca de 65% superior ao custo do mesmo estudante na capital. Relação próxima a essa ocorre na área de química, mas neste caso sendo mais caro no campus da capital do que em São Carlos. No caso do curso de física o custo/aluno em São Carlos é duas vezes maior que o da capital. Apenas na área de matemática o custo/aluno não apresenta uma grande diferença nos dois *campi*.

Nas áreas de ciências biológicas e da saúde pode-se observar diferenças equivalentes nos diferentes *campi*: 64% em medicina, 69% em odontologia, e 150% na área de farmácia. (As duas escolas de enfermagem, da capital e de Ribeirão Preto, apresentam os mesmos custos por aluno.)

Embora não haja dados suficientes para estimar as diferenças de custos entre diferentes unidades, é possível supor que o mesmo ocorra com as áreas de humanidades e artes.

As diferenças encontradas são, em média, de 64% e podem ser atribuídas a diferentes esforços nas áreas de pesquisa e desenvolvimento ou a outras especificidades não diretamente ligadas à qualidade do ensino. Se fizermos a hipótese que diferenças como essas podem ser encontradas em todas as unidades, é possível estimar que com um custo cerca de 30% (aproximadamente a metade da diferença média encontrada) menor é possível oferecer cursos de qualidade, de graduação e pós-graduação, ao mesmo tempo em que se mantém o princípio de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

Diferentes áreas

Os custos apurados acima variam entre pouco mais do que R$ 1400/ano por aluno a cerca de R$30.000/ano por aluno[3]. Os custos mais baixos estão nas áreas de humanidades e os mais altos mais concentrados em ciências biológicas ou áreas ligadas à saúde humana.

Nas áreas de humanidades e artes, o custo médio apurado com a metodologia da coluna A é de cerca de R$ 3000 e com a metodologia da coluna B R$ 2600.

Nas áreas científicas, técnicas e agrárias, aqueles custos ficam entre R$ 9700 (A) e R$ 8200. Nas áreas biológicas e ligadas à saúde humana, os custos ficam entre R$ 13000 e R$ 11000, aproximadamente, dependendo da hipótese.

Na média global esse custo é de cerca de R$ 7900 (A) ou R$ 6700 (B).

Pelas razões discutidas no último parágrafo do item anterior, esses custos podem ser reduzidos em até 30% sem comprometer a qualidade do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços.

Esse custo é viável?

A média das despesas educacionais públicas com o ensino superior nos diversos países é de aproximadamente 1% do PIB. Portanto, para discutirmos a viabilidade de um ensino superior em nível de graduação precisamos ver se este cabe em 1% do PIB paulista. Entretanto, considerando a desejada indissociabilidade entre ensino e pesquisa, devemos adicionar a esse 1% do PIB paulista um percentual correspondente ao que dever-se-ia estar investindo em ciência e tecnologia nas universidades públicas. Gastos públicos com C&T da ordem de 1% do PIB são bastante típicos; se admitirmos que a metade desse valor fosse gasto pelas universidades, teríamos um total de 1,5% do PIB paulista. Quantos estudantes poderíamos ter com esse orçamento?

O PIB paulista de 1999 (ano correspondente aos custos estimados) foi de 340 bilhões de reais. Portanto, 1,5% dele corresponde a 5,1 bilhões. Considerando que os estudantes nas três áreas dividem-se em 60%, 30% e 10%, a equação a resolver é

$$5{,}1 \cdot 10^9 = N(0{,}60m_1 + 0{,}30m_2 + 0{,}10m_3)$$

onde m_1, m_2 e m_3 são os custos médios nas três áreas. Portanto, com os custos médios da tabela poderíamos ter entre N=848 mil e N=998 mil estudantes. Levando em conta o discutido anteriormente, uma redução do custo de 30% sem comprometimento da qualidade do ensino e da pesquisa, esses números seriam de 1,2 milhão a 1,4 milhão de estudantes.

Expansão possível

Uma proporção de estudantes de graduação para estudantes de pós-graduação do estado de São Paulo é atualmente superior a 10 para 1. Para finalizar esta estimativa admitiremos uma proporção 10 para 1. Poderíamos ter, portanto, entre 770 mil, na hipótese mais conservadora, a 910 mil estudantes de graduação, e de 78 mil a 90 mil estudantes de pós-graduação.

Há hoje 740 mil estudantes de graduação no estado de São Paulo, 86 mil em instituições estaduais ou federais, 619 mil em instituições privadas (e ainda 35 mil em instituições municipais, cuja estrutura de ensino mais se assemelha às instituições privadas do que às públicas). Note-se, portanto, que todo esse contingente estudantil poderia ser absorvido por um sistema público de qualidade e gratuito mesmo dentro da hipótese mais conservadora para a estimativa do custo aluno e sem que nenhuma concessão fosse feita para a indissociabilidade ensino, pesquisa científica e a extensão de serviço.

Com a hipótese menos conservadora, poderíamos praticamente dobrar o número de estudantes no ensino superior paulista, passando dos atuais 740 mil para cerca de 1,4 milhão de estudantes.

	A	B
FFLCH	1884	1414
FD	2855	2427
FEA	3907	3321
ECA	5952	4974
FE	7414	6302
Média	**3070**	**2610**
FAU	5527	4698
EP	5562	4728
IME	8347	7095
EESC	9203	7822
ICMC	9437	8021
IQSC	11126	9457
IF	13213	11231
ESALQ	11399	9689
IGC	14160	12036
IQ	17329	14730
FZEA	16304	13858
FMVZ	16741	14230
IFSC	26554	22571
IAG	29023	24670
Média	**9658**	**8209**
FFCLRP	8682	7380
EE	10235	8700
IP	7327	6228
FCF	10426	8862
IB	12593	10704
EEFE	7917	6729
FO	11941	10150
FM	11671	9920
EERP	10000	8500
FSP	18548	15766
FORP	17821	15148
FMRP	19073	16212
FOB	20081	17069
FCFRP	25352	21549
Média	**12780**	**10863**

Notas

[1] As recomendações internacionais (da OCED e Unesco) são que as contribuições correspondentes aos trabalhadores ativos do sistema educacional feitas para financiar sistemas previdenciários, sejam elas feitas pelos próprios trabalhadores ou pelos empregadores, devem ser incluídas nas despesas com educação; entretanto os pagamentos de pensões e aposentadorias não.

[2] Estamos supondo aqui que estudantes de graduação e de pós-graduação têm custos equivalentes. Essa hipótese pode ser justificada uma vez que a demanda por aulas é usualmente maior entre os alunos de graduação enquanto alunos de pós-graduação demandam mais atendimento individual por parte de professores e outros recursos das instituições (espaço físico, apoio de técnicos especializados, etc) não demandados por estudantes de graduação na mesma intensidade.

[3] Note-se que este custo é encontrado em uma unidade onde atividades de ensino existiam em pequena quantidade. Apesar disso vamos manter esse valor, bem como outros possivelmente excessivos, para os raciocínios que se seguem.

** Otaviano Helene é professor do Instituto de Física da USP, vice-presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp).*

Expansão do ensino superior público paulista e a negação da política

Por Samantha Neves*

Introdução

Nossas críticas, que se seguem, têm como principal eixo denunciar a posição, por parte da grande maioria dos elaboradores de políticas públicas no estado de SP (seja na Assembléia Legislativa, no governo do estado ou nas reitorias das universidades estaduais) – em consonância com as políticas desenvolvidas na esfera federal – de que o ensino superior público paulista deve se expandir com parcos recursos públicos, para o quê é necessário pensar um outro modelo de universidade 'mais racional e eficiente'. É neste contexto que surgiu no ano passado a proposta do Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas) de cursos de curta duração no interior das universidades e Fatec's e, neste ano, a proposta da reitoria da Unesp de criar novos *campi* em diversas cidades do interior do estado, propondo, para tanto, a contratação apenas de professores em regime parcial e 'visitantes', professores da Unesp que recebem um adicional no salário para transporte e estadia, sem a ampliação devida de infra-estrutura, e com a responsabilidade pela contratação de funcionários atribuída às administrações municipais.

É essencial que as universidades públicas se expandam, e muito, mas com recursos públicos para tanto. Não podemos ignorar que sucessivos governos após a ditadura militar entenderam que o ensino superior privado era o que deveria se expandir, orientando as políticas públicas educacionais neste sentido ao longo de quase quarenta anos, razão pela qual as universidades públicas pouco se expandiram proporcionalmente. Não será possível reverter rapidamente um quadro construído ao longo de quarenta anos de ausência do poder público na garantia do acesso ao ensino superior público.

Acesso ao ensino superior no Brasil: políticas públicas para expansão da rede privada

Se até a década de 60 a oferta de vagas nos ensinos fundamental e médio brasileiros era restrita, atendendo basicamente às classes médias, no final da década de 60 e início da década de 70, as redes públicas de ensino sofreram uma intensa expansão. As classes trabalhadoras passaram a ter acesso à escolarização num projeto que era, porém, de erradicação do analfabetismo para a formação de mão-de-obra – um projeto dos militares e empresários brasileiros da época. A concepção era de um ensino fundamental formando mão-de-obra sem necessidade de qualificação e um ensino médio técnico para formação de mão-de-obra qualificada. Paralelamente, a concepção para o ensino superior era de oferecê-lo para as classes médias em instituições privadas.

Portanto, embora discordemos do projeto no qual estava inserida a ampliação do ensino básico no período, é inegável que se tratou de um processo de democratização do acesso ao ensino neste nível, com a oferta de vagas no ensino público básico para as camadas populares bastante ampliada, ao contrário do que se deu no ensino superior, em que a expansão ocorreu principalmente no setor privado para atender às demandas das classes médias urbanas. Desta forma, ocorreu uma convergência entre a defesa do princípio da expansão do ensino universitário dentro de um espírito de contenção, formulada pela política educacional do regime autoritário, e o estilo de planejamento econômico que canalizava e concentrava os recursos orçamentários na ampliação da infra-estrutura econômica em detrimento de investimentos em políticas sociais, como educação – não muito diferente do projeto que vem sendo implementado na década de 90. Ao apoiar a criação de estabelecimentos superiores particulares, o Estado inclinou-se para uma política de ampliação das chances educacionais destinadas a setores das camadas médias urbanas, sem envolver-se com o seu custo. Se, em 1962, 59,6% das matrículas no ensino superior estavam no sistema público, em 73, tínhamos 39,3% das matrículas no ensino superior público (MARTINS, C. B. Ensino Pago: um retrato sem retoques, 1988). Tal concepção fica explícita no seguinte trecho:

> "De um lado surge a falta de recursos porque se insiste, demagogicamente, em querer que o erário público, principalmente o federal, arque com todas as despesas (educacionais)... Só por utopia ou má-fé se pode defender, num país de economia fraca como o Brasil, a gratuidade do ensino em todos os graus. O princípio de igualdade de oportunidade só será válido quando aquele que puder pagar o ensino o fizer a fim de que os parcos recursos restantes possam ser empregados em benefício do maior número possível dos desfavorecidos." (Relatório Meira Mattos, p.225)

Hoje, temos o seguinte quadro quanto à porcentagem de matrículas por nível de ensino na rede pública (dados de 1998): ensino fundamental 1ª a 4ª séries: 91,6%; ensino fundamental 5ª a 8ª séries: 89,1%; ensino médio: 82,4%; ensino superior: 37,9% (Fonte: INEP/MEC, in "Educação para todos: avaliação do ano 2000", 1999).

Especificamente quanto ao ensino superior, segundo estatísticas do ano 2000, disponíveis no *site* do MEC/Inep, das 2.694.245 matrículas realizadas em cursos de graduação em todo o Brasil, 1.879.301, ou seja, 72%, foram efetivadas na rede privada. Em São Paulo, a situação é ainda mais grave: das 818.304 matrículas em cursos de graduação, 730.626, ou seja, 89%, ocorreram na rede privada, tendo sido efetivadas na rede pública 87.678 matrículas (11%).

Algumas das primeiras e principais medidas da ditadura militar foram referentes à reforma universitária, no período 64-68, com os acordos MEC-USAID, o Relatório Meira Mattos e o GT da Reforma Universitária proposto pelo MEC, reforma que visava um maior "aproveitamento" das universidades, com propostas como o sistema de créditos, aumentar o ritmo de trabalho do pessoal, aproveitar ao máximo as salas de aula e recursos didáticos etc.

> "(...) a Reforma tem objetivos práticos e visa conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional que tem por conseqüência o aumento da produtividade dos sistemas econômicos" (Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, p.243)

Uma das principais transformações foi o vestibular tornar-se classificatório. Até então, tínhamos a "incômoda" figura dos excedentes, estudantes que obtinham a nota mínima (5,0) para admissão, mas não entravam porque não havia vagas (e que iniciaram os protestos estudantis no período...). Ao invés de propor ampliação de vagas, o regime militar tornou o vestibular classificatório, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade pelo fracasso ou sucesso, na tentativa de mascarar a falta de vagas.

Esta expansão brutal do ensino superior pago deu-se com a total colaboração do Conselho Federal de Educação (atual Conselho Nacional de Educação): se, em 1962, este conselho autorizou 10 cursos superiores a funcionarem, em 1972 autorizou 278 novos cursos. (MARTINS, C. B. Ensino Pago: um retrato sem retoques,1988). Tamanha inversão em um período tão curto (10 anos) explicita qual era o projeto que se consolidou "naturalmente", pois permanece até hoje: expandir as chances educacionais no ensino superior através das instituições privadas. Outra questão relevante: abriu-se uma brecha, que seria depois amplamente utilizada, a de permitir que se mantivesse o sistema de estabelecimentos isolados, ao qual era reservado, naquele momento, o caráter excepcional e que, ironicamente, nos dias atuais parece ter transferido este papel para a universidade como tipo de estrutura para o ensino superior.

Trata-se de um projeto de privatização do ensino superior que não se consolidou apenas através de propostas pontuais – mas às quais também precisamos estar atentos – de cobrar

mensalidades nos cursos das universidades públicas; mas sim, principalmente, através de ações políticas que criaram condições para a expansão do ensino superior privado: estagnação na oferta de vagas nas universidades públicas e rápida aprovação de cursos em universidades (e estabelecimentos isolados) privadas, pelo CNE, através de lobbies dos empresários.

A proposta do Cruesp

Em agosto de 2001, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) apresentou a primeira versão de um documento contendo propostas de "expansão do sistema de ensino superior público paulista". É sabido por muitos que a capacidade do sistema público superior de ensino deve ser ampliada significativamente; no entanto, a "proposta Cruesp", como ficou conhecido o documento, propunha uma tímida ampliação dos cursos de graduação tal qual os conhecemos hoje e a grande parte das novas vagas seria em cursos de curta duração – cursos seqüenciais e básicos.

Esta previa, com R$ 465 milhões, a criação de 20.730 novas matrículas em dez anos nas próprias universidades em seus cursos de graduação (crescimento de 5% ao ano), 94.000 novas matrículas em três anos em *cursos seqüenciais e básicos*, 3.600 em cursos profissionalizantes de nível superior também em três anos (formação de tecnólogos, pelo Centro Paula Souza) e 15.000 em três anos para formação de professores para o ensino básico (programas de educação à distância) – totalizando 133 mil novas matrículas. Em resumo, com metade do orçamento anual da USP (que é de cerca de R$ 1 bilhão), propunham criar duas vezes o número anual de matrículas da USP (média de 65 mil matrículas de graduação e pós)! A partir das críticas feitas em uma audiência pública, uma nova versão foi elaborada em setembro, propondo, com orçamento extra de R$ 50 milhões, para o ano de 2002, 3.000 vagas nos cursos de graduação, 1500 em cursos seqüenciais e básicos, 1200 em cursos profissionalizantes de nível superior e 5000 para formação de professores, no primeiro ano de implementação.

Mais correto seria dizer que o Cruesp não apresentou proposta alguma, pois, embora a segunda versão do documento date de setembro de 2001, as entidades vinculadas à universidade, como a Associação de Docentes da USP e o Diretório Central de Estudantes (DCE), a ele tiveram acesso apenas via Assembléia Legislativa, após a referida proposta já circular por corredores parlamentares. A mesma Assembléia sediou uma audiência pública em agosto de 2001, em que houve grande pressão contra a proposta – estudantes e professores das três paulistas (USP, Unicamp e Unesp) e principalmente das Fatec's. Mais uma vez, a burocracia universitária desconsiderou a chamada comunidade universitária como interlocutor legítimo. Manteve-se em silêncio mesmo depois de 'descoberta' esta proposta e da audiência pública, e para os debates (dois) ocorridos na USP sobre a proposta, organizados pelo DCE, Adusp e Fórum de Cursinhos Alternativos e Comunitários no fim de 2001, embora convidados oficialmente, apenas um membro do Cruesp, o professor Angelo Cortelazzo, pró- reitor de graduação da Unicamp, compareceu em uma ocasião, por ser conhecido pessoal de uma integrante do Fórum de Cursinhos. Limitaram-se a reduzir a proposta para 'projeto piloto', considerando as "discussões com a comunidade interna e externa". No entanto, a formulação e a circulação desta proposta foi restringida ao máximo e a segunda versão claramente corresponde a um recuo frente o projeto inicial, mas nem por isso perdeu seu caráter demagógico e agressivo à universidade crítica, baseada no ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, os elaboradores do documento apropriaram-se da luta de alguns movimentos que há muitos anos se organizam para reivindicar uma universidade pública em sua região, como é o caso da Baixada Santista, do ABC paulista e da zona leste da cidade de São Paulo, propondo que tais regiões deveriam ter novos *campi* e/ou cursos e/ou universidades públicas por serem regiões bastante populosas, não mencionando em momento algum, é óbvio, a existência de tais movimentos que foram justamente os responsáveis por tornar pública essa demanda.

O silêncio e o sussurrar por parte dos proponentes se agravam ainda mais quando a justificativa à formulação baseia-se no seguinte argumento:

> "Levando-se em conta que a universalização do ensino médio no estado de São Paulo atinge uma população de menor poder aquisitivo, e que isso significa *aumento de demanda por vagas no ensino superior por um contingente que não pode ter acesso ao ensino pago, ações que contribuam para equacionar esse problema devem ser priorizadas*, aumentando a participação do sistema público e gratuito na formação de cidadãos e na diminuição das atuais diferenças sociais. Por outro lado, dados apresentados pela Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) durante o XIV Encontro do ForGRAD, em Curitiba-PR (maio/2001), apontam que, *em função do perfil sócio-econômico da população não atendida na educação superior do país, o sistema privado só teria condições de expandir pouco mais de 10%* de sua participação atual [...]" ("Proposta Cruesp", p. 11, grifos meus)

Impressiona como o direito à educação foi reduzido a uma variável de regulação de mercado e só por impossibilidade de expansão do sistema privado o sistema público deve "priorizar" a expansão de vagas. O fato de que este direito não vem sendo cumprido por diversas gestões governamentais nos últimos 30 anos e tampouco vem sendo preocupação dos dirigentes universitários espanta quando tão declaradamente consta em um documento assinado por reitores. A redução de direitos a serviços e de cidadãos a consumidores parece não mais incomodar.

Outro ponto que chama a atenção é a desqualificação dos cursos de graduação tais como os conhecemos na USP. Ao longo da proposta Cruesp, estes cursos recebem a denominação "cursos tradicionais" ou referem-se ao "modelo tradicional", sempre muito próximo às propostas de 'inovação' ou às sugestões de revisão da universidade de hoje, por exemplo, as propostas de "utilização de novas tecnologias" na formação de professores quando se referem à possibilidade de cursos não presenciais, ou a famigerada educação à distância.

Portanto, não seria difícil afirmar que com uma postura de recusa ao debate, com o uso de argumentações reducionistas e desqualificações, estaríamos diante de uma proposta leviana de reformulação do ensino superior público paulista, que desconsidera a interlocução com a comunidade universitária e a possibilidade de sua contribuição para os rumos desta universidade, e por conceberem a possibilidade de universidades dentro da universidade: centros de excelência como os cursos de Ciências Moleculares e de Humanidades (este em fase avançada de implementação, tramitando nos conselhos centrais), cursos de graduação e cursos seqüenciais ou básicos para a formação, que atenda em tempo e área do saber às demandas do chamado mercado, que tampouco é definido pela proposta e amplamente usado como justificativa.

Cursos seqüenciais e básicos são-nos apresentados pela proposta como alternativas para uma "rápida inserção dos jovens no mercado de trabalho" – como se o aumento da escolaridade fosse efetivamente uma garantia de inserção em um mercado de trabalho cada vez mais restrito; ágeis, menos onerosas, pois se aproveitariam principalmente das "estruturas ociosas" das unidades de ensino público superior – vale lembrar, fruto das reformas no sistema público de ensino e de sua precarização – e contariam com professores contratados sob o regime celetista pois "parecem a preferível, conquanto de início um pouco mais dispendiosa, tendo em vista não ter custos adicionais com aposentadorias. [...] e algumas disciplinas de menor carga horária [...] formariam uma equação difícil de ser resolvida de forma eficiente num regime estatutário [...]" (Proposta, p. 33).

"Considerando a forte reação à implantação de cursos seqüenciais e básicos, esta vertente foi, proporcionalmente, a menos contemplada. Mesmo assim, acreditamos ser de extrema valia a abertura desses cursos, através de diferentes projetos piloto" (Proposta, p. 47) e prevêem a abertura de 1500 vagas, neste modelo que impreterivelmente dissocia ensino, pesquisa e extensão; que ao se apresentarem e serem divulgados como alternativas inovadoras e ágeis 'minam por dentro' os cursos de graduação hoje existentes, pois, inevitavelmente, apresentar-se-iam como 'arcaicos, grandes, lentos', dignos do "modelo tradicional de universidade" e incompatíveis com o novo modelo de universidade proposto pelo Cruesp.

Outra questão refere-se ao PEC/Formação Universitária, programa de ensino à distância para professores de 1ª a 4ª séries da rede estadual que não têm diploma em nível superior, proposto pela Secretaria Estadual de Educação em 2000, a ser implementado pelas universidades, com forte ênfase nos assim chamados "conteúdos" das disciplinas (metodologias) e menos na "formação generalista" – leia-se Ciências da Educação (Sociologia, História,

Psicologia) e Filosofia da Educação, políticas educacionais, legislação, organização dos sistemas de ensino etc. O custo aluno/ano neste programa é de R$ 2150,00 – enquanto o custo aluno-ano médio em uma universidade é de cerca de R$ 7200,00... – e será oferecido pela USP, Unesp e PUC. Tal programa foi formulado pela SEE, sem a possibilidade de cada universidade elaborar o seu próprio programa de formação de professores, ferindo, portanto, a autonomia universitária; de maneira apressada, para que os cerca de 12 mil professores de 1ª a 4ª séries da rede estadual de ensino que não têm formação em nível superior tenham tal formação em dois anos (o que coincidia com o final do mandato da então secretária de educação...), sendo que o que está previsto na LDB, de 1996, é que todos os professores deveriam ter formação em nível superior em dez anos – meta bastante questionável, aliás – o que significa 2006, e não 2002. A proposta do Cruesp é a de estender esta experiência para professores de 5ª a 8ª e ensino médio que tenham licenciatura curta, para 'a complementação de estudos necessários à obtenção de diploma de licenciatura plena'. As tais 15 mil matrículas, portanto, seriam para 'sanar' eventuais distorções na formação de professores que fizeram as chamadas 'licenciaturas curtas', uma excrescência criada na década de 70 que possibilitou que se formassem professores a partir de cursos de 40h, 60h de duração... E por que não acabar com as licenciaturas curtas e ampliar as vagas nos cursos de licenciatura das universidades públicas, com formação crítica? Afinal, se educação é um direito de todos e dever do Estado, é dever do Estado também formar os professores...

Na votação da Lei Orçamentária do Estado de São Paulo, em dezembro de 2001, foram aprovados R$ 45 milhões para ampliação de vagas nas três estaduais paulistas. No entanto, a partir de uma provável negociação lobbista, um deputado e professor da Unesp, conseguiu que R$ 29 milhões fossem destinados a esta universidade, quando o que ocorre normalmente é a distribuição dos recursos entre as três universidades proporcional ao número de alunos (USP sendo a que tem o maior número de alunos, seguida de Unicamp e Unesp). Porém, a aprovação refere-se exclusivamente aos recursos e não à sua forma de implementação, podendo-se esperar que propostas como as de cursos de curta duração surjam novamente nas universidades.

A "Proposta Cruesp" encontra-se disponível, para tirarem cópias, a todos os interessados no DCE-Livre da USP.

Considerações finais

As universidades públicas é que têm que se expandir, com recursos públicos para tanto: expandir chances educacionais significa educação pública, pois aí teremos educação para todos e não apenas para aqueles que podem pagar por ela. A proposta que vimos elaborando conjuntamente com o Fórum das Seis tem como principais objetivos 1) expandir vagas nos cursos regulares de graduação nas universidades públicas já existentes – em um crescimento de cerca de 5% por ano, com contratação de docentes e funcionários para tanto, e ampliação da infra-estrutura (bibliotecas, laboratórios etc.), ou seja, COM AMPLIAÇÃO DOS RECURSOS QUE O ESTADO DESTINA ÀS UNIVERSIDADES (atualmente, 9,57% do ICMS); caso contrário, teremos o sucateamento destas universidades (como entendemos que seja a proposta do Cruesp) e não a sua expansão e 2) propor, a partir de estudos feitos no estado de São Paulo sobre quais são as regiões mais populosas do estado que não contam com universidades públicas, que sejam criadas, nestas regiões, novas universidades ou novos *campi* de universidades já existentes, com os recursos públicos necessários para tanto, é óbvio.

Porém, não se trata apenas de ampliar vagas nas universidades públicas, mas também de questionar o próprio modelo de universidade pública vigente. O Estado deve suprir os recursos para a produção, reprodução e socialização autônomas e críticas do conhecimento, o que se dá pela pesquisa científica, ensino e extensão, integradamente, não cabendo, portanto, uma formação que se preste à ascensão social para as classes médias através da profissionalização. A reivindicação por ampliação de vagas é essencial, pois não é possível conceber uma universidade com estes objetivos que seja uma universidade para poucos. Mas não há sentido em uma ampliação que se dê através de cursos de curta duração, como os seqüenciais e básicos propostos pelo Cruesp, pois é impossível pensar esses cursos desenvolvendo o tripé universitário. Igualmente inadmissível é um modelo de "universidades" diferenciadas dentro da própria universidade.

A organização popular em torno de movimentos por ampliação de vagas e/ou criação de novas universidades públicas em outras regiões do estado, de cursinhos pré-vestibular alternativos e comunitários, de isenção das taxas de vestibular, são movimentos fundamentais por democratização do acesso ao ensino superior que, pago, necessariamente será para poucos. Porém, devem estar – como muitos de fato estão – articulados aos movimentos pela transformação do modelo de universidade pública vigente, movimentos por contratação de professores e funcionários, por ampliação dos recursos públicos para as universidades, contra as fundações de direito privado e os cursos pagos nas universidades públicas (cursos de especialização, extensão, mestrados profissionalizantes, cursos de línguas) – estas as nossas principais pautas no movimento estudantil da USP neste momento.

** Samantha Neves é estudante da Faculdade de Educação da USP e coordenadora do DCE-Livre da USP "Alexandre Vannucchi Leme"*

Banco Mundial, ajuste estrutural e universidade

Por Roberto Leher*

A centralidade adquirida pela educação no discurso do Banco Mundial nos anos 1990 é algo relativamente recente. Até a década de 1960, a educação era uma questão decididamente secundária para o Banco Mundial. Nos termos de um antigo vice-presidente do Banco, Robert Gardner: "nós não podemos emprestar para educação e saúde. Nós somos um banco!" (Caufield, 1996,p.64). Esta situação começou a mudar na gestão de Woods (1963-1968) e, mais acentuadamente, na presidência de McNamara (1968-1981), quando a ênfase no problema da pobreza fez a educação sobressair entre as prioridades do Banco.

A relação do Banco com a Unesco é ilustrativa do seu crescente interesse pela educação. Desde 1964, o Banco estava financiando três quartos dos custos do pessoal da Divisão de Financiamento da Educação da Unesco, em Paris, com o objetivo de contar com pessoal especializado para identificar e preparar os seus projetos (Laïdi, 1989,p.55). Em sua avaliação, a educação deveria fazer parte de seus projetos, mas não a ponto de justificar a criação de uma divisão específica. Nessa época, considerava o financiamento às escolas primárias e secundárias de formação geral um contra-senso, defendendo o ensino técnico e profissional, modalidades tidas como mais adequadas às necessidades (presumidas) dos países em desenvolvimento. Na virada neoliberal da década de 1980, a orientação educacional do Banco sofreu uma inflexão em direção ao ensino elementar. A orientação anterior foi então duramente atacada como voluntarista e dispendiosa. Na década de 1990, a inflexão da década anterior permanece válida, porém a reforma, além de estrutural como nos anos 1980, assume uma feição mais marcadamente ideológica, centrada nas conexões pobreza-segurança-domínio/direção.

Ajuste estrutural e educação

Se o período Reagan representa o ocaso da Unesco, é nesta época que o Banco Mundial assume a liderança inconteste das reformas neoliberais, transformando-se na principal instituição de formulação do ajuste estrutural. Após a gestão McNamara (1968-1981), a doutrina neoliberal foi abraçada pelos novos dirigentes e teóricos do Banco, particularmente por Bela Balassa (o principal mentor das reformas na América Latina) e por Anne Krueger, a economista-chefe do Banco (no governo Bush, filho, ocupa o cargo de vice presidente do FMI). A condicionalidade imposta pelo Banco não era mais setorial como na gestão anterior, mas estrutural. O ajuste estrutural espalhou-se pela região como um rastilho de pólvora, em um movimento conceituado pelos *think-tanks* de Washington como o novo consenso latino-americano, o Consenso de Washington. Neste escopo, o Banco torna-se o principal centro de formulação de políticas educacionais para os países em desenvolvimento. A partir da década de 1980 o volume total de empréstimos para educação triplicou, e a fração do orçamento do Banco para o setor duplicou. A sua área de atuação não se restringiu mais à África e ao Leste da Ásia, abrangendo todas as regiões e, o que é mais importante, os empréstimos não foram mais dirigidos à construção de instalações, mas para outros "*inputs*" que vão diretamente ao âmago da educação.

As suas novas orientações foram apresentadas timidamente no Documento Setorial de 1980. No entanto, nos documentos e estudos subseqüentes o tom subiu consideravelmente. Em um estudo de meados da década de 1980, Warren C. Baum e Stokes M. Tolbert (1985) recuperam a crítica do Documento de 1980 ao ensino diversificado e sustentam explicitamente a vantagem de financiar o ensino fundamental regular, alegando que a taxa de retorno econômico deste nível é a mais alta de todos os níveis. A taxa de retorno média do ensino primário em pesquisa realizada em 44 países em desenvolvimento foi de 27% nos países de baixa renda e de 22% nos de renda média. Para a educação secundária, as taxas foram respectivamente 14% e 13%, e para o ensino superior as taxas foram de 13% e 12% (Baum & Tolbert, 1985:120). Porém, as novas prioridades, na avaliação do Banco, teriam de vir acompanhadas de mudanças muito significativas na forma de gestão dos sistemas de ensino, em suas prioridades e em seus objetivos.

É importante examinar com algum detalhe as novas orientações produzidas nos anos 1980, posto que os desdobramentos posteriores das políticas educacionais na América Latina indicaram que algumas das principais bases das políticas atuais foram produzidas no período em tela, de fato, as medidas propriamente estruturais (modalidades e níveis de ensino prioritários, currículo etc.) já estão aqui.

A mudança mais geral, conforme já discutido, foi a inflexão em direção ao ensino fundamental e ao revigoramento da preocupação com a eficiência interna e externa do sistema. O Banco conclui que a profissionalização do secundário não foi uma boa medida, devendo ser abandonada. O ensino primário, ao contrário, é visto como capaz de incrementar a produtividade do trabalhador, bem como a eqüidade social, com a vantagem de ser mais flexível e, portanto, de permitir futuras requalificações. Esta inflexão é importante pois assinala a mudança da correlação de forças interna do Banco, em favor dos neoliberais, liderados, no caso da educação, por Psacharopoulos.

Como desdobramento da prioridade ao ensino elementar, o secundário permanece fora do espaço e do tempo e a universidade pública é reconceituada como o "*locus*" dos privilegiados que desviam as verbas dos pobres em seu favor. A privatização do secundário é enfatizada, e neste particular os exemplos da América Latina, da Coréia e da Indonésia são lembrados como casos bem sucedidos, pois já possuem uma vasta rede privada: respectivamente, 45% e 60%. Baum e Tolbert alertam, contudo, que a privatização do ensino superior exige cautela, pois implicações políticas podem inviabilizar esta medida desejável.

Em relação à eficiência interna, o Banco recomenda melhorias substantivas no fluxo escolar. Estudo da Unesco (1977) aponta que 15% a 20% de novas vagas poderiam ser abertas nos países em desenvolvimento se não houvesse tantos repetentes. Treinamentos de docentes, revisão de métodos pedagógicos e novos recursos materiais são destacados como necessários para a reversão deste quadro. Porém, a autoridade do governo Central deve estar presente, especialmente por meio da centralização dos mecanismos de controle da avaliação e por medidas como as adotadas pelos governos da Tanzânia e da Zâmbia que implementaram a "promoção automática", uma medida que alguns anos depois se difundiu enormemente na América Latina como se decorrente da inovação pedagógica "construtivista". O Banco critica os países em desenvolvimento face à "crença" de que a redução do número de alunos por turma melhora o desempenho escolar, algo que segundo o Banco pode ser confirmado apenas em turmas com menos de 16 alunos. Em contrapartida, casos como do Oeste da África são apresentados como exemplo de que são possíveis escolas com mais de 45 alunos por turma no ensino elementar, desde que medidas para a melhoria da eficiência do professor sejam adotadas.

Coerente com os objetivos do ajuste estrutural, a preocupação com a "gestão" do sistema torna-se central. Prevalece a avaliação de que os países em desenvolvimento administram de forma incompetente os seus sistemas. O deslocamento de uma elite com experiência nos organismos internacionais é vislumbrado como uma alternativa promissora. A autonomia das escolas, uma certeza na década de 1990, ainda é colocada como questão, embora seja possível notar uma clara preferência pela descentralização; o senão é o modo como o gover-

no pode garantir o controle, algo solucionado, alguns anos depois, com a tríade currículo centralizado, uso intensivo de tecnologias e avaliação nacional unificada.

Na década de 1990, o Banco Mundial se afirma fortemente empenhado em continuar a dar suporte à educação dos países em desenvolvimento para a qual contribui com cerca de um quarto de toda ajuda mundial. Embora estes recursos representem apenas 0,5% do total de gastos desses países com o setor, nada têm de exíguos, pois o volume de recursos destinado à área é próximo de 20% do orçamento de vários países e porque os recursos não são mais direcionados à construção de instalações, mas a "ajudar" os governos a desenvolverem políticas educacionais "convenientes" para os seus países, "incentivando-os" a promover mudanças no financiamento e na gestão do sistema (WB, Priorities..., 1995, p.14-15).

Após a publicação do Documento Setorial de Educação, em 1980, nenhum outro com tal abrangência foi produzido. A publicação *Priorities and strategies for education* (1995), embora aborde questões gerais, é antes uma síntese de várias publicações específicas do Banco, entre as quais destacam-se: *Primary education* (1990), *Vocational and Technical Education and Training* (1991), *Higher Education* (1994), entre outras.

Indubitavelmente, o Banco conseguiu configurar a agenda mundial da educação dos países em desenvolvimento. A prioridade quase que exclusiva ao ensino fundamental é uma prova. Atualmente, mais da metade dos recursos para a educação estão alocados neste nível. Também a preocupação com a eqüidade foi colocada no topo da agenda pelo Banco, aparecendo em destaque em *Priorities* ...,1995. Este tema é visto aqui no contexto da função ideológica assumida pela educação no escopo da "globalização". A proximidade com os "pobres" e com as "minorias étnicas" é condição para a sua eficácia ideológica (*good governance*). Daí recomendações como o envolvimento da população local nos assuntos da escola, a inclusão dos pais na administração da escola e a administração "flexível" dos recursos educacionais. A propósito do ensino superior, o Banco afirma que irá continuar a se concentrar principalmente no financiamento mais eqüitativo e justo deste nível de ensino, anunciando o debate da privatização das universidades. Em suma, nos anos 1990, a ação do Banco está centrada nos aspectos institucionais e no financiamento da educação.

A prioridade à educação não pode ser explicada diretamente pelo financiamento. A enorme importância da educação na formulação do Banco é, sobretudo, ideológica: não casualmente, é na educação que mais se gasta com conselheiros e consultorias de especialistas em programas de treinamento, reformas curriculares, gestão, avaliação etc. A reconfiguração institucional do sistema educacional está presente em todo empréstimo para o setor.

As reformas do ensino superior preconizadas pelo Banco Mundial

O Banco critica os países em desenvolvimento que "insistem em querer universalizar as tecnologias características do século XX em seus territórios", porém, nunca o Banco foi tão explícito e determinado em sua política anti-universitária.

A prioridade conferida ao ensino fundamental e à formação profissional é, simultaneamente, econômica (a força de trabalho deve ser passível de ser adestrada) e ideológica (ganhar as grandes massas para o projeto político que sustenta o neoliberalismo, evitando episódios como Chiapas e, sobretudo, definindo o lugar dos países em desenvolvimento na divisão internacional do trabalho).

A tese das "vantagens comparativas" explica as prioridades educacionais em curso nas periferias. Admitindo a análise de Amin (1996), o mercado dos países periféricos, distintamente dos países centrais, não é tridimensional (capital, mercadoria e trabalho), mas sim bidimensional (capital e mercadoria) ¾ o trabalho nas periferias está excluído do mercado mundializado, tendo que estar confinado, pelas barreiras nacionais que opõem os países centrais e as periferias, a estas últimas. O trabalho nestes países é condizente com o modo como os mesmos estão inseridos na economia mundial: de forma subordinada, periférica e, conseqüentemente, pouco qualificada. A premissa econômica básica é que um mercado global livre decide melhor quais trabalhos estão localizados em que país (Caufield, op.cit.,p.294).

As diretrizes para o ensino superior são coerentes com o conjunto das proposições educacionais do Banco. Se o país submetido às orientações do Banco deve abdicar da construção de um projeto de nação independente, um sistema de ensino superior dotado de autonomia relativa frente ao Estado e às instituições privadas soa mesmo anacrônico. Para que produzir conhecimento novo, se o nosso sistema produtivo "pode" muito bem comprar pacotes tecnológicos? Se o conhecimento é uma mercadoria como qualquer outra, passível de ser patenteada, os países em desenvolvimento "podem" comprar o que há de melhor no mercado. Afinal, alegam seus intelectuais, "por que reinventar a roda?" Isto não quer dizer que o Banco sugira que toda pesquisa deva ser extinta. Apesar de a lógica do processo indicar que a produção de conhecimento novo deva se dar nos centros mais avançados, notadamente nos EUA, países como o Brasil, face à amplitude de seus parques produtivos, teriam de ter alguns poucos núcleos de excelência capazes de adequar os pacotes tecnológicos à realidade local. Isto já está acontecendo em algumas universidades.

O documento "La Ensiñanza Superior: Las Lecciones Derivadas de la Experiencia", Banco Mundial, 1995, materializa as orientações definidas anteriormente. Situa a crise do ensino superior, num primeiro momento, como resultante da crise fiscal. Porém, ao longo do documento, os propósitos políticos vão sendo explicitados sobrepondo-se, portanto, à questão fiscal. O documento apregoa uma maior diferenciação no ensino superior, o que explica o descaso com o princípio constitucional da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão por meio da criação de IES não universitárias (Centros Universitários). O Banco enfatiza a importância de redefinir a autonomia universitária:

> "Uma maior autonomia institucional é a chave para o êxito da reforma no ensino público superior, especialmente a fim de diversificar e utilizar os recursos mais eficientemente. Uma meta indicativa poderia ser as instituições estatais de nível superior gerarem recursos suficientes para financiar aproximadamente 30% de suas necessidades totais de recursos."

O núcleo duro das recomendações do Banco está direcionado contra o que o documento define como o "modelo europeu" de universidade, que associa pesquisa e ensino, alegando que este modelo "tem demonstrado ser custoso e pouco apropriado ao mundo em desenvolvimento". Em linhas gerais, o documento prevê a criação de cursos de curta duração (cerca de 2 anos, como os cursos seqüenciais), direcionados para a formação profissional *vis-à-vis* ao mercado de trabalho.

O Chile é o paradigma para a América Latina. No caso das IES públicas, o documento propõe que, a exemplo do Chile, a política educacional crie as condições para que as IES públicas obtenham fontes alternativas de renda, buscando recursos junto à iniciativa privada, cobrando mensalidades dos estudantes, enfim, orientando-as para o mercado. O documento não ignora que os custos políticos desta política podem ser significativos, pois os estudantes representam uma ameaça para a estabilidade política de governos "débeis". Neste sentido, o documento esboça as linhas gerais de um discurso que ele julga adequado para fazer frente às eventuais dificuldades.

No âmago desse discurso está a contraposição entre o ensino fundamental (voltado para o conjunto da população) e o ensino superior (destinado às elites privilegiadas que, embora não necessitem do ensino público, desfrutam da maior parcela do orçamento educacional). Este discurso é repetido por intelectuais como o Nobel de Economia Gary Becker e em editoriais dos principais jornais brasileiros. Os defensores do ensino público são desqualificados como elitistas, como pessoas insensíveis ao descalabro do ensino fundamental. Definido o discurso, o documento passa à orientação política: "é preciso romper este esquema" mediante ações procedidas com muita cautela. Daí a miríade de projetos na área educacional encaminhados pelo Ministério da Educação.

As universidades estão sendo reconceituadas como instituições desvinculadas da pesquisa, preferencialmente privadas e "autônomas" (isto é, capazes de caminhar com os próprios pés, inclusive quanto a seu financiamento) e, sobretudo, orientadas para atender as necessidades de um mercado configurado pela polarização da economia mundial. Deste modo, o fundamental de suas atividades passa a ser definido em âmbitos diferentes dos da instituição. Importante destacar que a produção de conhecimento novo e mais especificamente de novas tecnologias é vista como anacrônica; o modo hodierno de subordinação dos países latino-americanos aos centros econômicos dominantes torna a aquisição de pacotes tecnológi-

cos mais vantajosa economicamente, conforme tem enfatizado o ministro da Educação brasileiro e, mais amplamente, o Banco Mundial (*Higher Education: The Lessons of Experience*, 1994). Como no Brasil a universidade constitucionalmente teria de obedecer ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e, no caso das instituições públicas, ser gratuita, as diretrizes do Banco teriam de vir acompanhadas por uma reforma constitucional, o que realmente vem sendo feito (Reforma Administrativa).

Nos termos do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, "a sociedade brasileira não quer dar mais recursos para a universidade", fazendo eco ao Nobel Backer: "os governos que mantêm ensino superior gratuito estão subsidiando as pessoas erradas" (Exame, 10/06/96). Ainda na interpretação do ministro Paulo Renato, "a ênfase no ensino universitário foi uma característica de um modelo de desenvolvimento auto-sustentado que demandava criar pesquisa e tecnologias próprias (...) hoje este modelo está em agonia terminal". A ideologia da globalização fornece ao ministro argumentos para sustentar que "o acesso ao conhecimento fica facilitado, as associações e *joint ventures* se encarregam de prover as empresas de países como o Brasil do *know-how* que necessitam. A terceirização das universidades, como fez a Coréia, faz mais sentido do ponto de vista econômico", enfatiza o ministro (Exame, 10/06/96).

À guisa de conclusão

Uma sociedade incapaz de defender a autonomia universitária está fadada a conviver com os fantasmas do autoritarismo do Estado. Trata-se de uma luta difícil, pois, como nos ensinou mestre Florestan Fernandes, mesmo na universidade "há uma inteligência contra-revolucionária que se alia facilmente às forças reacionárias da sociedade", em troca de favores e benesses. Não é possível esquecer que há poucos anos a luta pela autonomia resultou em cassações, buscas nos *campi* e em prisões.

Hoje, o principal ataque à autonomia não vem, felizmente, dos aparelhos repressivos, mas do pensamento instrumental e da racionalidade técnica presente no núcleo dirigente do Estado. A universidade deve contar com meios materiais para não ter que submeter a sua autonomia aos condicionantes externos impostos pelo capital e pelo poder temporal. Esta racionalidade técnica aniquila a ciência, a tecnologia de base científica e os pensamentos filosófico, estético e pedagógico livres. É preciso que fique claro para a sociedade que com a autonomia e democracia não se quer a universidade como um "Estado dentro de um Estado" ou uma "república independente". A comunidade universitária quer concretizar uma forma de autogestão participada. Como bem sintetizou Franklin Leopoldo e Silva (1995), a produção de saber na universidade é uma prática social regida por mediações particulares que configuram a sua singularidade. Por isso, a autogestão participada somente é possível se a universidade for uma autarquia, compreendida como "a qualidade própria de tudo aquilo que pode eleger autonomamente os meios para a realização de finalidades específicas". A insistente intervenção do Estado nas universidades, como faz FHC, é antinômica com o conceito de autonomia e democracia, ou seja, de autodeterminação da atividade universitária.

É fácil notar que a política educacional dos anos 1990 insere-se no quadro mais amplo do ajuste estrutural, a principal condicionalidade imposta pelo Banco Mundial. "O Banco está disposto a apoiar os países que estejam dispostos a adotar reformas políticas que permitam ao setor educacional funcionar de forma mais eficiente e a um menor custo público".

Os Congressos Nacionais de Educação (CONEDs) representam um espaço organizador de resistência à política neoliberal e, ao mesmo tempo, o lugar em que as entidades e educadores que lutam pela escola pública estão esboçando um novo quadro para a educação brasileira, impedindo a destruição do sistema público e definindo as grandes orientações para a construção social de um projeto democrático para a sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

AMIN, S. Les défis de la mondialisation. France: L'Harmattan, 1996.

ARCHIBALD, G. Les États-Unis et L'Unesco. Paris: Publ. de la Sorbonne (Serie Internationale:44), 1993

BARBOSA DE ARAÚJO, A. O Governo Brasileiro, O BIRD e o BID: cooperação e confronto. RJ: IPEA, 1991.

BAUM, W.C.; TOLBERT, S.M. Investing in development: lessons of World Bank experience. Wash. D.C.: BIRD/ World Bank; NY: Oxford University Press, 1985.

CAUFIELD, C. Masters of illusion: the World Bank and the poverty of nations. New York: Henry Holt, 1996.

DUMÉNIL,G.; LÉVY, D. La dynamique du capital-un siécle d'économie américaine. Paris: PUF, 1996.

GEORGE, S., SABELLI, F. Faith e Credit: the World Bank's Secular Empire. Boulder, San Francisco: Westview Press, 1994.

LAÏDI, Z. Enquête sur la Banque Mondiale. Paris: Fayard, 1989.

LEHER, R. Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio" da pobreza. Tese de Doutorado, USP, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano Nacional de Educação. Brasília, D.F.: INEP, 1997.

_____ Planejamento político-estratégico, 1995-1998. Brasília, D.F., 1995.

PAYER, C. The World Bank: a critical analysis. NY: Montly Review Press, 1982.

WORLD BANK.Education: Sector Working Paper, Wash. D.C., 1974.

_____ Education: Sector Working Paper, Wash. D.C., 1980.

_____ La Ensiñanza Superior. Wash.: World Bank, 1995.

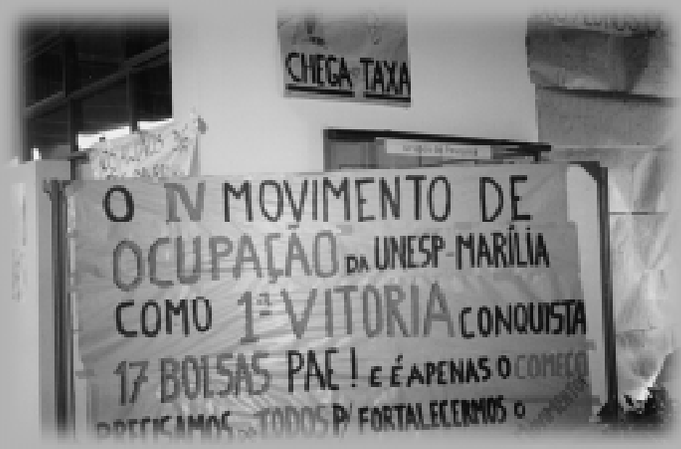
_____ Proceedings of the World Bank: Annual Conference on Development Economics, 1994. EUA: BIRD, 1995.

_____ Priorities and strategies for education:a World Bank Review. Wash.D.C.: BIRD/ World Bank, 1995.

** Roberto Leher é professor da Faculdade de Educação da UFRJ, doutor em Educação – USP. Desenvolve pesquisa no Laboratório de Políticas Públicas da UERJ. É ex- presidente do Andes-SN.*

Imagens da luta

Imagens da luta



A mobilização dos alunos em Marília

Mobilização dos três segmentos, em frente à Reitoria , (SP), em 16 de maio/02

Assembléia conjunta em Bauru, na data-base 2002

29 de agosto de 2002... o dia em que a Universidade relembrou os tempos da ditadura militar

(Tropas de choque da PM reprimiram os mais de 400 manifestantes durante reunião do CO, em Araçatuba)

Reprodução: Folha da Região (Araçatuba)